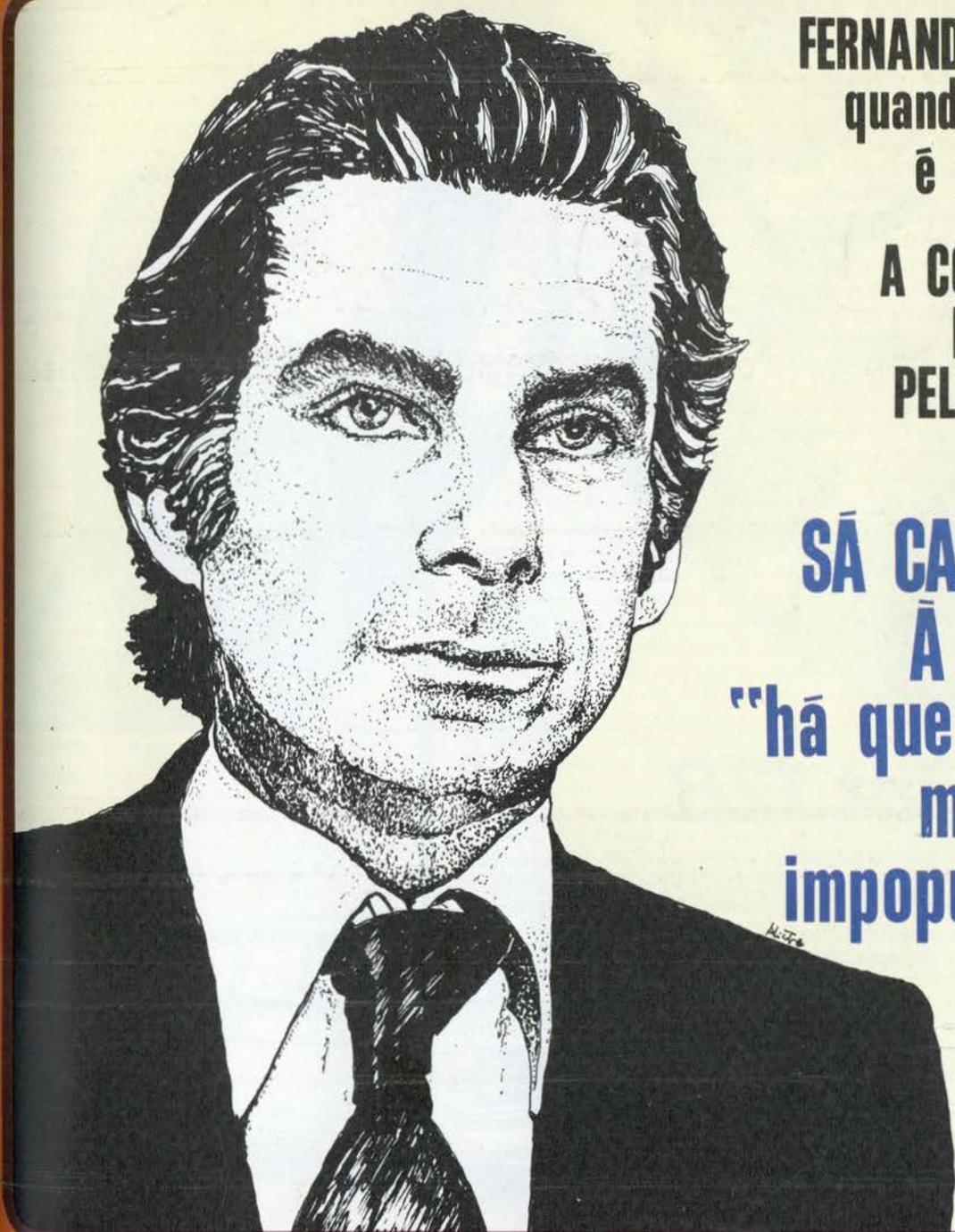


vida mundial

N. 1888 20/5/1976
preço 15\$00



FERNANDO ONETO:
quando morrer
é um aviso

**A CONQUISTA
DO PODER
PELO ENSINO**

**SÃ CARNEIRO
À "VM":
"hã que tomar
medidas
impopulares"**

**por uma
montanha de razões...**



LINTAS FT-01-75

...Fiat 128

Não precisámos alterar a técnica superior dum carro detentor de 7 troféus «Carro do Ano». No entanto, apesar de difícil, ainda conseguimos melhorar alguns pormenores.

Alcatifas, novas cores, bancos com novos revestimentos e de forma mais envolvente e confortável, além de um friso de borracha para melhor protecção exterior, são atributos que agora valorizam ainda mais este modelo.

Optar pelo Fiat 128 é agora ainda mais lógico...

por uma montanha de razões.

FIAT



Director:
Natália Correia

Chefe de Redacção:
Paulo Figueira

Subchefe de Redacção:
Carlos Plantier

Secretário de Redacção:
M. Manuela de Sousa Rama

REDACÇÃO:

Afonso Manta, Carlos Pinto Coelho, Dórdio Guimarães, Feliciano Ferreira, F. Guerra, João de Almeida, José Machado, José N. Fernandes, Tomás Ribas

Fotografia:
Abel Fonseca

Secretariado:
Maria Manuela Andrade

Colaboradores:

A.C. Monteiro, Egídio Álvaro (Artes Plásticas), João Costa (Economia), Jorge Guimarães (Livros), Philippe de Saint-Robert (Paris), Sérgio Lima (Televisão)

Preço: 15 \$00

Assinaturas:

Via ordinária

Continente e Ilhas - 3 meses: 175 \$50, 6 meses: 351 \$00, 12 meses: 702 \$00; Angola, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Macau, Timor, Espanha e Brasil - 6 meses: 351 \$00, 12 meses: 702 \$00; outros países - 6 meses: 455 \$00, 12 meses: 910 \$00.

Via aérea

12 meses: Ilhas Adjacentes - 764 \$00; Angola, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Macau e Timor - 1201 \$00; Espanha - 764 \$00; Brasil - 1284 \$00; países europeus (excepto Espanha) - 1034 \$00; outros países - 1493 \$00.

Redacção e Administração:

Rua de "O Seculo", 63 - Telef. PBX 36 27 51/5.

Composição e Impressão:

Rua de "O Seculo", 41 - Lisboa-2.

Propriedade:

Sociedade Nacional de Tipografia.

Sai às quintas-feiras.

editorial



Por
Natália Correia

QUANDO MORRER É UM AVISO

AINDA que a vertigem de acontecimentos que vivemos devore em desmemória aqueles que, no momento, mais profundamente nos impressionaram, sempre um ou outro escapa a este tropel que nos vai embotando os sentimentos.

A morte de Fernando Oneto inscreve-se precisamente nessa ordem de coisas indelévels. Porque morreu e com ele emudeceu uma voz insubornável? Não chega. Rectifiquemos então: porque morreu de morte inesperada, tanto quanto inesperadamente se pode ver a liberdade ceifar vidas que a tornaram possível. Liberdade? Ser ou não ser, eis a questão que nos põe a forma como Fernando Oneto desaparece do mundo dos vivos. E a resposta escancara uma temível negativa.

Fernando Oneto foi um dos que, em Portugal, mais se bateram pelo triunfo da liberdade. Antes e depois do 25 de Abril. Aos parafusos execráveis mas visíveis da máquina do *antes* pôde escapar com vida o velho lutador antifascista. Por monstruosa ironia, o sub-reptício aparelho opressor do *depois* fez tombar aquele que regressara às antigas lides, agora na pele de combatente anti-social-fascista.

Quando dizemos *fez tombar* queremos significar abertamente o que, sem reboços, deve ser declarado. Fernando Oneto só morreu de morte natural porque a certidão de óbito coloca a foice fatal na mão de um colapso que torna impunes aqueles que o provocaram. Mas entre a medicina legal e a nossa consciência vai uma distância na qual só encontramos razões para não conceber como *natural* uma morte que tem na origem um cerco de aleivias e perseguições cometidas em nome da liberdade, às quais não pôde resistir o coração de um homem que à defesa da mesma o consagrou.

Não é realmente natural a trama que no seio da democracia se tece para envenenar a vida de um verdadeiro democrata.

E eis porque a morte de Fernando Oneto exorbita o círculo dramático em que ocorre e desfralda uma negra bandeira de aviso que nos mobiliza para desmascarar o que nas pregas da democracia continua a insinuar-se como fascismo prefixado de hipocrisia revolucionária.

Entro agora na resposta que devo a um leitor. Escreveu-me este, indignado, porque no editorial que prefaciou o reparcimento de "V.M." aí se aludia às duas faces do fascismo. Pois bem, a resposta está dada. Deu-a a morte de Fernando Oneto. Se, por conveniências ideológicas, o leitor se contentar com o teor da certidão de óbito, o mais que lhe posso desejar é que não tenha muitos pesadelos.

Quanto a nós, resta-nos reforçar a nossa inabalável resolução de abominar, por actos e palavras, todas as fisionomias da repressão, tendo como princípio que, seja qual for a doutrina que as informe, o seu denominador comum é o fascismo.

Isto devemos a Fernando Oneto.

Isto devemos à democracia.

Isto devemos à Nação.

SÁ CARNEIRO: "HÁ QUE TOMAR MEDIDAS IMPOPULARES"

Os próximos dois anos serão, certamente, tempos difíceis: haverá que tomar medidas impopulares, de austeridade, sob pena de nos afundarmos ainda mais numa crise económica que poderá provocar sérias convulsões políticas. Esta previsão, que se afasta do optimismo manifestado por líderes de outros partidos políticos, foi-nos expressa pelo dr. Sá Carneiro, secretário-geral do PPD, na entrevista que nos concedeu (na pág. 3).



A CONQUISTA DO PODER PELO ENSINO

Acusadas de "reaccionárias", alcunhadas de "CAP das escolas", as associações de pais têm vindo a desempenhar, desde a sua criação (pouco depois do 25 de Abril), um importante papel junto do MEIC, pressionando-o no sentido da reabilitação de um ensino que

se degrada, de dia para dia. Alguns dirigentes do seu Secretariado Nacional falaram à "Vida Mundial" sobre a actividade que têm desempenhado — e alertam para os perigos do controlo partidário do ensino (na pág. 20).

separata

GASTRONOMIA

Portugal — quem diria? — é um país de gastrónomos. Dos banquetes reais da Idade Média aos cozinheiros literatos do século passado, a boa mesa foi uma arte sempre cultivada entre nós. E, por vezes, de uma maneira que não pode deixar de surpreender-nos (págs. 27 a 38).



ENTREVISTA

Sá Carneiro fala à "VM" 3

NACIONAL

Eleições presidenciais	8
Material de escuta da RDA?	9
Electricidade: o consumidor paga a crise	10
Desertores: 60 contos em troca da guerra	11
"A la minuta"	12
Os que riem... e os que choram	13
Liga dos Direitos do Homem	14
IPC: um roubo ao povo português	16
Os surdos: coincidências (ab) surdas	17
Sondagem às eleições	18
Associações de pais	20

SEPARATA

Gastronomia: "Deus venha com a fartura que a fome ninguém a atura" 27

BANDA DESENHADA 39

LIVROS

Duas experiências dramáticas	43
Os "dez mais"	44

CINEMA

"Solaris": reinventar o futuro	45
"Chinatown": os traumas de Polanski	46

TV

Programação sem rei nem roque	47
Marionetas	
histórias medievais de mortes e enganos	48

TEATRO

"Equus": RTP "proíbe" a nudez	49
-------------------------------------	----

ÓPERA

Varsóvia: uma certa decepção	50
------------------------------------	----

INTERNACIONAL

Sismos em Itália	52
Entrevista com Houphouët Boigny	56
Crónica de Saint-Robert	59

NACIONAL

Seminário sobre Informação	60
Maria Lamas: uma outra homenagem	61
Fernando Oneto: "homem a abater"	61
Julgamento de Vera Lagoa	63
Açores: as "manobras" são outras	63
Projecto Almeida Santos	63

Sá Carneiro:

“A SITUAÇÃO ECONÓMICA PODE PROVOCAR CONVULSÕES POLÍTICAS”

Aos olhos de muitos portugueses, Francisco Sá Carneiro é a personificação do PPD — o segundo maior partido, em termos eleitorais. As suas opiniões, portanto, reflectem o pensamento político de quase 1 300 000 pessoas, e não podem deixar de ser tomadas na devida conta, por quem governar e for governado.

“Vida Mundial” — Na sua qualidade de secretário-geral do segundo maior partido político português, pensa que o PPD tem vantagens ou desvantagens nessa posição, na actual conjuntura política?

Sá Carneiro — É evidente que os partidos políticos lutam por obter o primeiro lugar e esse foi o nosso empenhamento nas eleições. Os resultados ficaram aquém daquilo que esperávamos — o que aconteceu também com todos os outros partidos políticos e é normal nas eleições —, mas foram muito satisfatórios, tanto no plano nacional como em termos percentuais e absolutos. Creio que o nosso partido ficou muito bem colocado, confirmando a posição do ano passado, no segundo lugar, e que isso poderá ter vantagens, embora não tivéssemos feito a campanha eleitoral para ficar em segundo lugar, mas em primeiro. De qualquer maneira, estamos sempre dispostos a assumir a nossa responsabilidade como segundo maior partido nacional, seja na oposição democrática, seja num eventual governo de coligação.

“VM” — Qual foi o verdadeiro objectivo do PPD ao lançar a candidatura do general Eanes?

S.C. — Ao manifestar o seu apoio à candidatura do general Eanes, o Partido Popular Democrático usou de um direito democrático que lhe assistia e fê-lo com a consciência de que era o momento de clarificar a posição quan-

to às candidaturas. Tivemos em vista as qualidades do general Ramalho Eanes, quer como militar quer como cidadão, sobretudo a sua figura nacional suprapartidária, as garantias de independência e de defesa da democracia que dá. Não procurámos com isso obter qualquer vantagem partidária. Cumprimos

aquilo que julgamos ser um dever dos partidos democráticos: esclarecer o País, os seus militantes e o seu eleitorado sobre a figura do Presidente da República que estariam dispostos a apoiar. Nunca foi nossa intenção apresentar o general Ramalho Eanes como candidato do nosso partido. Sempre o tivemos como um candidato nacional e suprapartidário. E isso ficou bem claro no nosso comunicado. Creio que prestamos um bom serviço ao País, ao manifestar o nosso apoio, naquela altura e pela forma como o fizemos, à candidatura do general Ramalho Eanes.



“VM” — Agora que o general Eanes recebe o apoio dos partidos maioritários, cre que esse objectivo foi alcançado?

S.C. — Creio que sim, precisamente porque, pelo apoio dos três grandes partidos democráticos portugueses, o general Ramalho Eanes aparece claramente como um candidato independente dos partidos e aceite por uma grande população política portuguesa e pelos partidos democráticos portugueses. Congratulo-me pelo apoio que foi dado pelos outros partidos à candidatura do general Ramalho Eanes, que nós em primeiro lugar apoiamos.

“NÃO ANTEVEJO COMBINAÇÕES DE OPOSIÇÃO”

“VM” — Cre que o PS está devidamente apetrechado para formar sozinho um Governo de reconstrução nacional?

S.C. — Como é natural, conheço mal o PS, e sigo sempre a linha de falar mais do nosso partido do que dos outros partidos. Creio que a resposta directa a essa pergunta só os factos a poderão dar. Só a constituição do futuro Governo minoritário do Partido Socialista, o seu programa de Governo e a sua política poderão permitir ajuizar sobre se efectivamente o Partido Socialista está devidamente apetrechado para ser o Governo de que o País necessita: um Governo eficaz, não autoritário, mas com autoridade, e com largo apoio popular. O apoio dependerá essencialmente das medidas que o futuro Governo do Partido Socialista enuncie.

“VM” — O PS já afirmou peremptoriamente que governará sozinho. Nestas circunstâncias, que combinações de oposição entre os outros partidos poderá essa situação suscitar?

S.C. — Não antevejo nenhuma combinação de oposição. A posição do nosso partido é que, em primeiro lugar, não hostilizaremos a posição do Partido Socialista ao querer governar sozinho. Usa um direito que lhe é reconhecido pela Constituição e pelas leis. Considero muito discutível que seja a posição mais conforme ao interesse nacional, mas é um direito que lhe assiste nos termos da Constituição. Em

4 segundo lugar, não faremos com tal

“A INFORMAÇÃO TEM DE EVITAR TODAS AS SITUAÇÕES QUE VISEM TRANSFORMÁ-LA EM PROPAGANDA”

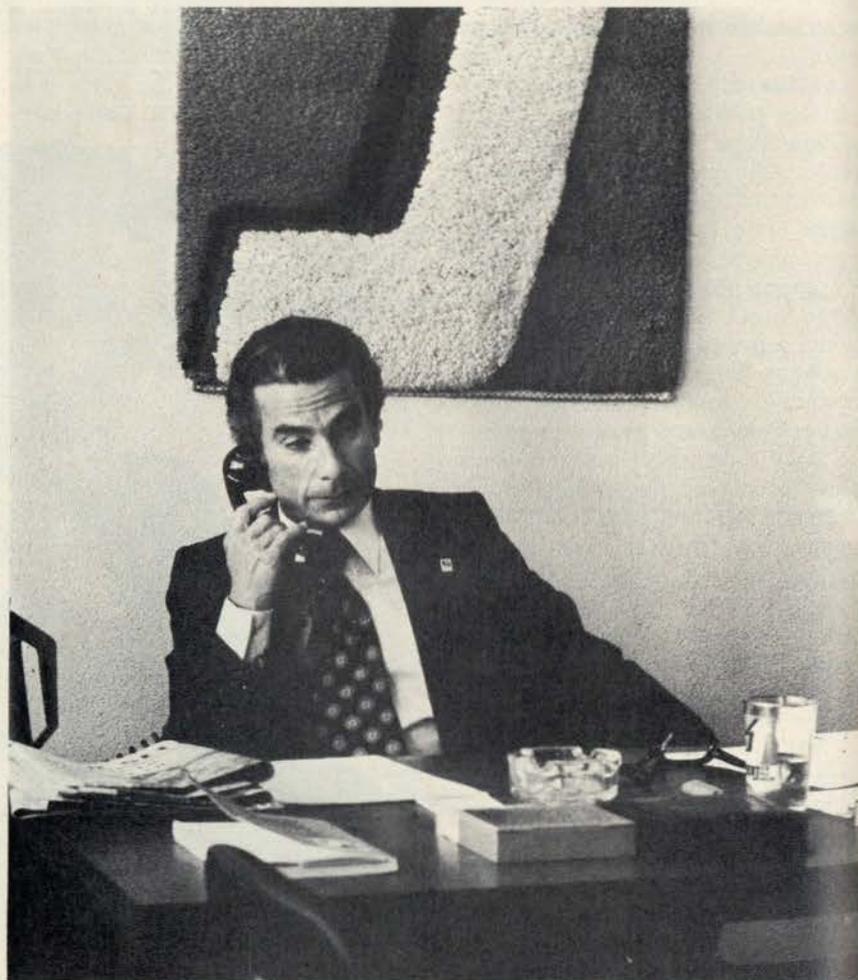
Governo nem um compromisso de apoio sistemático nem uma oposição sistemática. A nossa posição dependerá das medidas concretas apresentadas à Assembleia da República pelo futuro Governo minoritário do Partido Socialista. E, sendo isto assim, não antevejo quaisquer combinações de oposição a esse Governo.

A nossa oposição, quando tiver lugar, em função do conteúdo concreto das medidas, será sempre uma oposição democrática. Não transferiremos a luta partidária para o plano governativo e não nos empenhará, de maneira alguma, o objectivo de derrubar o Governo. Se o Governo funcionar e for útil ao País, contará com o nosso

apoio nessa medida. Se assim não acontecer, faremos uma oposição democrática, mas nunca transferindo o jogo partidário para a oposição ao Governo. Isso parece-nos ser o mais conforme à responsabilidade que temos como partido democrático e o mais conforme à situação do País, que é neste momento grave e delicada, e exige uma cooperação de todas as forças democráticas, no sentido de preservar a democracia e resolver os problemas concretos do povo.

NÃO HAVERÁ UMA “FRENTE” PPD-CDS

“VM” — Dado que qualquer hipótese de aliança, mesmo a nível parlamentar, com o PC é inadmissível pelo PS, em virtude da fractura que isso provocaria no partido e no seu eleitorado, julga que se poderá verificar uma fren-



te comum parlamentar PPD-CDS, forçando um PS minoritário a procurar o apoio do PCP?

S.C. — Quanto à primeira parte da pergunta, devo notar que no programa transmitido pela ORTF (uma “mesa-redonda” com os secretários-gerais dos quatro maiores partidos portugueses, na semana passada) o dr. Mário Soares, ao ser interrogado sobre alianças do PS, disse que de momento estavam excluídas. É uma posição do Partido Socialista, que só a ele respeita. Saliento apenas o facto.

Quanto à aliança sistemática PPD-CDS, como disse já na resposta anterior, não antevejo uma aliança dessas. É possível que em face de determinadas medidas, se elas merecerem a nossa oposição, mereçam também, ou não, a oposição do CDS. Será uma situação resolvida caso a caso, mas por cada um dos partidos, independentemente e sem entendimento prévio.

Quanto à possibilidade de o PS ir buscar apoio parlamentar ao Partido Comunista, as posições manifestadas pelo PS e pelo PC não são nesse sentido, mas não excluem, entretanto, que em casos concretos isso possa suceder. De qualquer maneira, não será com certeza a isso forçado por quaisquer alianças tácticas combinadas previamente entre o segundo e o terceiro partidos eleitorais, porque me parece que a actual situação exclui esse tipo de actuações. Se poderiam ter lugar numa democracia estabilizada, numa situação de estabilidade económica e social, neste momento delicado da vida portuguesa creio que coligações parlamentares dessas, com vista a criar dificuldades ao Governo, são de rejeitar — e cada um dos outros partidos deverá assumir as suas posições independentemente.

“VM” — O Presidente da República será, em última análise, quem determinará a constituição do futuro Governo. Julga que o Presidente da República poderá considerar preferível uma coligação em que entre o PPD? Como reagirá o partido perante essa eventualidade?

S.C. — Quanto à posição do Presidente da República, não lhe posso responder. Creio que ele avaliará a situação no momento concreto em que encarregar alguém de formar Governo e



“SE O GOVERNO FUNCIONAR E FOR ÚTIL AO PAÍS, CONTARÁ COM O NOSSO APOIO”

se orientará, acima de tudo, pelo interesse nacional.

Quanto à orientação do Partido Popular Democrático, se amanhã for chamado a participar numa coligação, assumirá af também as suas responsabilidades, pondo sempre os interesses do País acima dos interesses do Partido. Nessa eventualidade de ser chamado a participar numa coligação com o Partido Socialista, procurará dar o seu melhor contributo a um Governo que sirva efectivamente o nosso país e o nosso povo.

O PPD NÃO INFLECTIRÁ PARA A DIREITA

“VM” — Em relação ao ano passado, o PPD perdeu posições nos Açores. A que atribui esse facto?

S.C. — Creio que isso se deve sobretudo à actuação do CDS, à sua maior implantação, à circunstância de ter podido, agora, fazer uma campanha mais intensa nos Açores. Deveremos ter perdido também alguns votos a favor do

Partido Socialista. A diminuição foi relativamente ligeira e não lhe atribuo especial significado.

“VM” — O dr. Sá Carneiro é acusado de personalizar demasiado em si o seu partido. Aceita essa acusação? E pensa que ela se aplica aos secretários-gerais de outros partidos?

S.C. — Quanto à acusação em si, não a aceito. Nunca foi minha intenção personalizar demasiadamente o Partido. Reconheço que circunstâncias várias têm levado muito a uma identificação do Partido com a minha pessoa. Considero que acima de um certo nível isso é desaconselhável e, dentro do Partido, tenho procurado lutar sempre contra essa demasiada identificação do partido com a imagem do seu secretário-geral. Creio que isso acontece bastante também nos outros partidos e é uma consequência inevitável do momento actual, em que os partidos, com dois anos de actuação democrática, aparecem ainda muito ligados a certas figuras e, menos do que seria desejável, a uma actuação ou a um programa. É um defeito que se irá, com certeza, corrigindo com o tempo e com a prática da democracia. A mim, o que me parece é que devemos procurar diversificar as figuras nacionais do nosso partido e nisso me tenho empenhado.

“VM” — A sondagem da “Vida Mundial” provou que os votos perdidos pelo PPD se deslocaram praticamente todos para o CDS. Considera que o seu partido deveria adoptar uma política mais “direitista” que atraísse esse eleitorado?

S.C. — Não. Creio que o aumento substancial do CDS, em parte alimentado por uma percentagem dos votos que perdemos, veio provar que estas eleições se desenrolaram num clima de muito maior liberdade e autenticidade do que as de 1975. Isto não nos levará nunca a inflectir para a direita a nossa política. Mantemos sempre o rumo inicial, social-democrata, como temos feito com coerência e honestidade e continuaremos a fazer. Parece-me que o melhor serviço que os partidos podem prestar ao povo português, correspondendo assim às suas responsabilidades, é manterem sempre uma linha de coerência e de não inflectirem a sua orientação política ao sabor das variações do eleitorado.

É isso que o nosso partido tem feito e fará — e essa é sempre a minha orientação.

O PROGRAMA DO PS NÃO CONTRARIA O INTERESSE NACIONAL

“VM” — Dentro do esquema governativo que o PS irá adoptar, pensa que ficarão resolvidos os principais problemas da economia nacional?

S.C. — Não sei se o Partido Socialista irá apresentar como programa de Governo o programa eleitoral de Governo que apresentou. Parece-me que seria necessário concretizar mais, detalhar mais. Em todo o caso, não vejo, nas linhas gerais e bastante genéricas apresentadas no programa de Governo do Partido Socialista, nada que contrarie abertamente o interesse nacional. Temos um programa de Governo diverso, mais detalhado, publicado antes das eleições, que se afasta, em alguns pontos concretos, do apresentado pelo Partido Socialista. Parece-me evidente que o nosso serve melhor o interesse nacional do que o do PS, designadamente quanto à reforma agrária, que é da competência da Assembleia da República, quanto a algumas orientações económicas e de política financeira. Em todo o caso, não vejo, no programa genérico do Partido Socialista, nada que contrarie abertamente o interesse nacional. Temos, como referi, uma óptica diferente, em termos de programa de Governo. Mas óptica diferente que não me parece absolutamente inconciliável, em termos de eventualmente se vir a encontrar uma plataforma comum, se for necessário.

“HAVERÁ QUE TOMAR MEDIDAS IMPOPULARES”

“VM” — Quais as suas previsões relativamente à evolução da situação económica portuguesa?

S.C. — É muito grave. Não partilho, nesse ponto, o optimismo de alguns dirigentes do Partido Socialista. Creio que poderá evoluir salutarmente, se forem tomadas pelo Governo medidas claras e eficazes de relançamento da economia e uma política de austeridade, que deve começar pela austeridade nos gastos da Administração Pública e

implicar o menor grau de sacrifício para o povo e especialmente para as classes trabalhadoras.

Mas haverá que tomar medidas impopulares — e entre elas, com certeza, haverá que utilizar as reservas de ouro que ainda nos restam, para obter fundos para investimentos e não para pagar consumo. Haverá que apoiar também a iniciativa privada, ao nível das pequenas e médias empresas, em ordem a criar postos de trabalho e a fazer o desenvolvimento económico de todo o País.

“TEMOS UMA CONSTITUIÇÃO QUE GARANTE AS LIBERDADES E O FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS”

Se isso for feito (creio que com sacrifícios transitórios, que se pode prever para cerca de dois anos), será possível, após esse primeiro período, obter uma situação de relativo bem-estar e, sobretudo, resolver com justiça os problemas nacionais — e por isso entendendo diminuir progressivamente as desigualdades que existem, mesmo entre trabalhadores portugueses, pela diversidade de regiões e de sectores em que se empregam. E algumas dessas desigualdades foram agravadas depois do 25 de Abril. Verificam-se não só a nível de salários como a nível de segurança social (penso especialmente aqui no mundo rural) e quanto ao nível de vida geral. Aí, os trabalhadores, a população do mundo rural, aparecem como cada vez mais sacrificados em relação aos habitantes do mundo urbano, que ainda é uma minoria no nosso país. E isso provoca situações que não podem deixar de ser remediadas o mais urgentemente possível.

Se tudo isso se fizer com realismo, com pragmatismo e com prudência (que não significa tibieza), poderemos ultrapassar os nossos gravíssimos problemas económicos e financeiros, que geram problemas sociais extremamente sérios.

Se continuarmos com uma política de falsa opulência e de consumo exagerado para as nossas possibilidades, então, temo que a situação se agrave muitíssimo e que ao cabo de um ano ou pouco mais as nossas reservas de ouro

estejam exaustas — não tendo, se realmente a política não for de investimento e de austeridade, sido aproveitadas devidamente para o benefício do País.

“A SITUAÇÃO ECONÓMICA PODE AFECTAR A DEMOCRACIA”

“VM” — E em relação à evolução política. Que prevê?

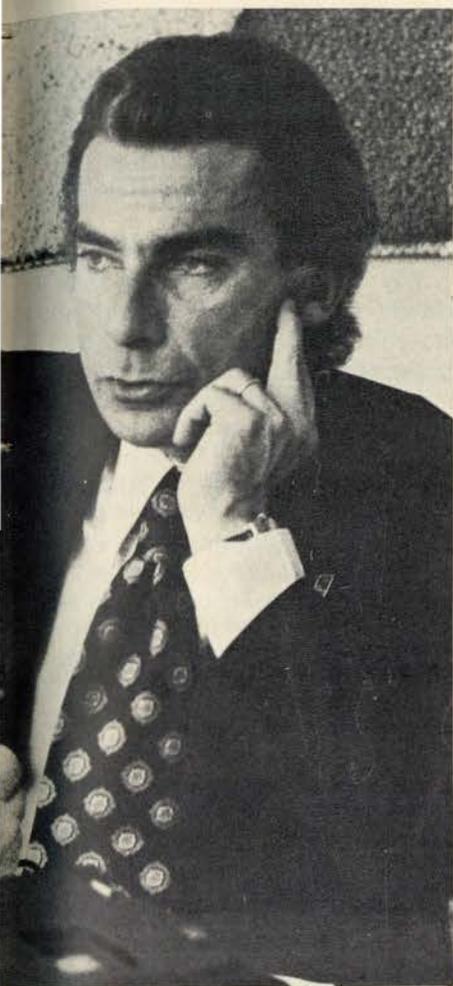
S.C. — Parece-me que hoje temos uma Constituição que garante as liberdades e o funcionamento de instituições democráticas, que temos finalmente um parlamento eleito, que vamos ter um Presidente da República com legitimidade democrática. Temos boas condições para a consolidação e estabilização da democracia portuguesa. Mas muito dependerá também da evolução da situação económica e financeira, que pode vir a afectar, se evoluir mal, a própria democracia. Creio que deveremos ter sempre presente esse risco para, com humildade e com realismo, nos afastarmos de situações ruins, que podem levar a convulsões, mesmo a nível político.

Não podemos esquecer o exemplo de 1926, a gestão financeira de Sinel de Cordes, que, afinal, deu origem à institucionalização da ditadura. E não o devemos esquecer para constantemente fazermos tudo para o evitar. Agora que temos a liberdade e a democracia, não as podemos perder em virtude das consequências de uma má gestão económica e financeira.

O CDS NÃO CRESCERÁ MAIS

“VM” — O PS anunciou que seguiria uma política pragmática, despreocupada da construção do socialismo. Esta terá necessariamente um cariz social-democrata. Não receia que o seu partido, espartilhado entre um PS “social-democratizado” e um CDS em crescimento, perca o seu espaço político?

S.C. — Não, não receio. Se a política do Partido Socialista for uma política social-democrata, regozijamo-nos com isso, porque entendemos que uma política e um regime social-democrata são o que mais convém ao País. Não me parece que isso afecte o nosso espaço político, porque mantemos a força



darão mais à volta do Partido Socialista e do nosso partido. Mas antevejo um futuro cada vez mais promissor para o nosso partido.

IMPrensa FORA DO CONTROLO DO GOVERNO

“VM” — O que pensa da Imprensa estatizada?

S.C. — Creio que ainda contém muitos laivos de partidarismo, incompatível com o seu estatuto de Imprensa estatizada. No entender do nosso partido, a Imprensa estatizada, como os órgãos de Comunicação Social estatizados, deveriam não depender de um Governo, no qual poderão sempre estar

**“NUNCA FOI MINHA INTENÇÃO
PERSONALIZAR DEMASIADO O
PARTIDO”**

sujeitos à influência de um ou de outro partido, mas de uma comissão, ligada ou não ao parlamento, que assegurasse, através dos representantes do Governo, do parlamento, do público e da própria Imprensa, uma gestão imparcial, apartidária, isenta, objectiva e verdadeira, da Imprensa estatizada. Ela não pode nunca estar ao serviço de uma determinada ideologia, de um determinado partido, de um determinado movimento — deve, sim, estar ao serviço do povo. E isso parece conseguir-se muito melhor através de uma comissão que garanta a independência em relação ao Governo e em relação aos partidos do que havendo uma gestão meramente governamental ou partidária.

Não podemos esquecer-nos, também, de que, em democracia, a informação tem de ser autenticamente informação, evitando todas as situações que visem transformá-la em propaganda. Já tivemos longos anos de Imprensa estatizada ou ligada ao Estado, usada para propaganda (e propaganda não democrática) para que agora nos permitamos cair numa situação idêntica, embora possivelmente de sinal contrário. Também já a vivemos, depois do 25 de Abril — e sofremo-lo, como está recordado. Creio que há que pôr um remédio a isso e fomentar a autêntica informação, que se dirija à inteligência

das pessoas, que se pratique com verdade e com objectividade, evitando sempre a propaganda destinada a obter a adesão emocional através de uma visão parcial, deturpada e muitas vezes falsa dos factos que são veiculados para um mero fim de propaganda — que, no fundo, diminui a informação, os que nela trabalham e afecta decisivamente as pessoas, o povo e a democracia.

O PS DIFICULTA AS RELAÇÕES EXTERNAS DO PPD

“VM” — Finalmente, tem-se posto em destaque a falta de apoios no estrangeiro em relação ao PPD. Definitivamente, e sem jogo escondido, com que apoios, a esse nível, conta o PPD?

S.C. — Somos um partido eminentemente nacional, mesmo em termos de apoios humanos e financeiros. Contamos com os recursos que aqui obtemos junto dos nossos militantes e dos nossos simpatizantes, tanto recursos materiais como recursos humanos. Creio mesmo que outros partidos portugueses se ressentem do demasiado apoio internacional, querendo com isto dizer que mercê desse apoio se transformaram em grandes empresas políticas, que não correspondem à dimensão nem ao estado do País, o que os levou a dominar excessivamente a vida política por uma luta partidária só possível com grandes máquinas montadas, muitas vezes, com apoios internacionais. Não é isso que tem acontecido connosco.

Temos procurado estreitar as nossas relações internacionais e o contacto com partido, sociais-democratas. Temos tido aí dificuldades advindas da actuação do Partido Socialista no campo internacional. Mesmo assim, temos progredido no estreitamento dessas relações, não enquanto apoio dado aqui em Portugal ao partido, mas sobretudo quanto a contactos, troca de impressões e cooperação eventual no campo internacional com partidos sociais-democratas. Isso acontece especialmente com alguns partidos sociais-democratas europeus — e temos feito aí progressos sensíveis, apesar de todos os obstáculos que nos têm sido postos pelo caminho. ●

consagrada em duas eleições sucessivas. Não lutaremos contra uma política social-democrata. Seguiremos um caminho de fidelidade ao nosso programa e de realismo — e estamos certos de que o eleitorado saberá apreciar e corresponder, através do voto das próximas eleições, a esta posição sempre firme, coerente e autenticamente social-democrata do nosso partido.

Nessa eventualidade, estou convencido que os partidos que, mercê das necessidades políticas, se afastaram dos seus programas serão aqueles que mais perderão em relação ao eleitorado.

Não me parece, também, que o CDS possa continuar o crescimento eleitoral que estas eleições revelaram — e que foi, portanto, quanto a mim, um fruto da diferença de condições entre as eleições do ano passado e as deste ano. Creio que atingiu o seu grau eleitoral de estabilização e que as variações se

Presidenciais

QUEM ESTÁ POR DETRÁS DOS CANDIDATOS?

Dois candidatos à Presidência, vários outros para campanha. Apenas dois nomes concitarão as atenções e, em seu torno, os campos ir-se-ão definir: o general Ramalho Eanes e o almirante Pinheiro de Azevedo. O "mistério" que, em nossa opinião, envolve ainda as eleições presidenciais é a definição dos contornos e conteúdos destes dois campos fundamentais.

A diversidade de nomes apresentados como candidatos não altera a dicotomia exposta. A maioria dos outros nomes, reconheceram-no publicamente, não são pretendentes de S. Bento. Vão à campanha com fins propagandísticos, sacrificando-se ao disposto nas leis numa previsível segunda volta, tendo, então, de abdicar em favor dos candidatos maiores. Até por determinação da lei, os campos são dois. Apenas.

Reduzindo o processo à sua essência, é o que se tem. E, como consequência, a questão decisiva para o eleitor: que representam Ramalho Eanes e Pinheiro de Azevedo? A resposta não é simples ou, pelo menos, não é de imediato evidente. Os jogos de sombras das manigâncias partidárias tendem a cobrir a nudez crua da verdade. Quem se habituou a observar os processos com elementar linearidade sente-se desconcertado: Eanes, aparente candidato de uma direita aparente, é reivindicado por uma aparente esquerda; Pinheiro de Azevedo, suspeito de candidato de uma aparente esquerda, esforça-se por se definir como direita aparente.

Depois, os segundos planos, na pose que lhes cabe como "meninos terríveis", surgem como demolidores iconoclastas. E granjeando, por isso, as simpatias de todos os maus rapazes (e raparigas). Entram no jogo com aparente propósito de deitar as mesas ao chão. Dir-se-á deles o bem e o mal. E não irão às finais.

UMA BARRICADA CHAMADA EANES

Três partidos políticos alinham no terreno, teçando armas (o peso dos seus votos nas eleições legislativas e os

respectivos aparelhos de propaganda, os jornais que controlam, etc.), em torno de um candidato, à partida o mais presidencializável — o general Ramalho Eanes. CDS, PPD e PS pronunciaram-se pelo apoio ao actual CEME. Se nas urnas entrasse, por este candidato, o somatório dos votos que os partidos obtiveram nas legislativas, Eanes seria indiscutivelmente o presidente. Mas é pouco crível que tal aconteça.

Porque o anunciado aparecimento de um candidato, em nome declarado da direita (a alternativa Galvão de Melo/Kaúlza de Arriaga), lhe vai subtrair, numa primeira volta, razoável número de votos. Para a tal direita, Eanes será uma barricada atrás da qual se esconderá na segunda volta eleitoral. De imediato, a direita está interessada em testar a sua força e servir-se do teste para negociar, ao nível do Poder, a conquista de algumas posições.

A candidatura de Fernando Macedo de Sousa, do PCP (m-l), não visando uma manifestação de força, pretende ser o afirmar de posições e um fogo de barragem contra determinadas candidaturas, beneficiando, em última instância, Ramalho Eanes como candidato da democracia.

Finalmente, o PS vive os efeitos de uma cisão inevitável, a que as eleições apenas servem de pretexto. O "Diário", órgão oficioso do PC, divulgou que na reunião da Comissão Nacional dos socialistas se revelaram duas posições quanto a uma opção presidencial. "A Luta" notou que a reunião decorrerá à porta fechada, com o secretismo inerente. Mas a notícia não foi desmentida. Parte da Comissão Nacional do PS preferiu Pinheiro de Azevedo e acusou a maioria de estar a inclinar-se para a direita. Por outro lado, elevado número das assinaturas recolhidas por

Pinheiro de Azevedo, em apoio da sua candidatura, provieram das hostes socialistas, já depois de o PS ter anunciado publicamente a sua opção por Ramalho Eanes.

PINHEIRO DE AZEVEDO: QUE COMPANHIAS?

Que apoios jogam em favor de Pinheiro de Azevedo? A chamada ala esquerda do PS, pelo menos na prática já demonstrada. Mas só? Aqui a resposta é mais complicada, passando pelo observar atento dos outros candidatos.

A LCI e o PRT têm um candidato — Arlete Vieira da Silva. O "poder popular" tem igualmente o seu — Otelo Saraiva de Carvalho (apenas se discute os condicionalismos legais da sua apresentação). O PCP (surpresa das surpresas) anunciou o seu — Octávio Pato. Por conseguinte, o que resta a favorecer o actual primeiro-ministro? Aparentemente nada, ou muito pouco.

Mas Pinheiro de Azevedo, afirmo-lo, não é um homem só. Pelo menos na segunda volta, quando Arlete e Otelo tiverem de depor os votos. Ou serão estes votos totalmente perdidos? Por outro lado, se Octávio Pato não é candidato para ganhar, e o PCP, como o demonstrou abundantemente, não dá ponto sem nó...

O PCP não ocultou poder vir ainda a decidir-se por um militar. O aparecimento da candidatura de Octávio Pato (repetimos: surpresa das surpresas) parece afastar de Pinheiro de Azevedo a suspeita de um apoio comunista. Ao mesmo tempo, criará dificuldades à candidatura de Otelo: atentemos em que Pereira de Moura, do MDP, foi um dos patrocinadores do major à presidência. Finalmente, com Octávio Pato, o PC apresenta-se no início com uma voz autónoma. Mas Pato é um candidato arriscado se obtiver menos de 15 por cento dos votos, surgirão legítimas dúvidas quanto ao significado das eleições legislativas.

Ora, o cálculo aritmético determina que quanto mais votos Pato, Otelo e Arlete somarem menos votos irão para Pinheiro de Azevedo. Será o PC tão falho de perspicácia a ponto de não ver que a multiplicação de "candidaturas à

(Continua na pág. 60)

DIPLOMACIA

O MISTÉRIO DO AEROPORTO

O general Ramalho Eanes tem em seu poder um relatório sobre o estranho caso do material de telecomunicações, destinado à Embaixada da República Democrática Alemã, que ficou retido no aeroporto de Lisboa. Os portugueses virão a conhecer o conteúdo desse relatório?

Várias vezes tem sido levantado, em Portugal, nos últimos dois anos, o problema das escutas telefónicas ou por meios telecomunicativos, feitas quer a entidades oficiais quer a simples particulares.

O problema não é novo, entre nós, porque durante quase todo o período de vigência do Estado Novo a polícia política praticava em larga escala a es-

cuta telefónica, destinada a controlar a vida íntima dos cidadãos.

Sabe-se, igualmente, que, em todo o mundo, esses processos são usados para manter sob vigilância sobretudo os inimigos — e é bom não esquecer, neste caso, o famoso “caso Watergate”, que custou a cabeça ao presidente Nixon. Espiar para dominar é, pois, uma regra maquiavélica a que pessoas e Es-

tados desejam furtar-se, embora nem sempre com êxito.

No nosso país, durante o gonçalvismo, a corrida para a tomada do Poder assentou, entre outros, nestes processos. Tempos após o 25 de Novembro, uma comissão nomeada oficialmente para o efeito tentou averiguar o que se passara, mas as suas conclusões foram pouco menos do que ilusórias.

No sentido de acalmar a opinião pública e, talvez, de se precaver contra ingerências de outros Estados na vida portuguesa, foi criado, há poucas semanas, por resolução do Conselho de Ministros, um novo organismo, que nasce da transformação da Comissão de Inquérito de Escutas Telefónicas, a quem coube realizar os trabalhos atrás citados.

Esse grupo foi, assim, transformado em comissão técnica incumbida de prosseguir a sua actividade, “em ordem



«a formular recomendações que visem procurar eliminar as possibilidades de escuta telefónica».

O MATERIAL DA RDA

Poucos dias após o Governo ter tomado esta decisão deu-se, no aeroporto de Lisboa, um incidente, cujas consequências não são ainda inteiramente conhecidas.

Essa carga era constituída por 35 caixotes carregados de material electrónico pertencente à República Democrática Alemã e destinado a ser instalado na sua Embaixada de Lisboa. Tal material foi considerado como "susceptível de afectar a segurança nacional" e forças militares foram encarregadas de avaliar o conteúdo dos caixotes, encarregando-se uma comissão de peritos de elaborar um relatório sobre tão volumosa e parece que sofisticada aparelhagem.

Nos termos das convenções internacionais, as embaixadas podem possuir aparelhagem de transmissões que lhes permita autonomia de contacto com os seus governos. Quer dizer, a lei admite que, se um embaixador quer contactar directamente com o Governo do seu país, o pode fazer por vias autónomas. Há, para garantir o segredo profissional das embaixadas, a cifra ou código e os correios diplomáticos, que as embaixadas podem diariamente enviar aos seus governos, como acontece regularmente. Quer dizer, a Alemanha Oriental, se quiser fazer chegar a Lisboa instruções secretas para que o embaixador tome esta ou aquela iniciativa, manda um diplomata, um emissário, que é portador dessas instruções. Em poucas horas, de avião, um destes correios chega a qualquer parte do mundo, com a garantia de que os inimigos do país considerado não tomarão conhecimento dos seus segredos. Nas alfândegas, essas malas não podem ser abertas, seja sob que pretexto for.

Mas outro tanto não acontece com determinados volumes, que a lei, no entanto, obriga a abrir, na alfândega, na presença de representantes da entidade destinatária.

Ora, no escândalo que rebentou no aeroporto de Lisboa parece haver uma só anormalidade. O Governo português

havia autorizado a importação desse material de escuta, à semelhança, aliás, do que tem acontecido com outras embaixadas, que, tal como a da RDA, têm sofisticado imenso, nos últimos meses, a sua aparelhagem de comunicação. Mas ao Governo português continua a assistir o direito, neste caso, de saber o que contêm os caixotes chegados ao seu território. Ora, esse direito foi exercido e nessa altura surgiu a anomalia: os representantes da RDA recusaram-se a assistir à abertura total dos 35 caixotes. Isto, segundo a lei alfandegária, seria impeditivo do processamento da operação. Quer dizer, os alemães de Leste tentaram impedir, pelas vias legais, que todo esse material fosse conhecido e estudado.

Porquê essa atitude?

De qualquer modo, o relatório elaborado por dois oficiais de transmis-

sões e um da Guarda Fiscal, especialistas na matéria, foi concluído e entregue, no final da passada semana, ao chefe do Estado-Maior do Exército, general Ramalho Eanes, que o está a estudar. Esse relatório e as suas conclusões poderão ser, ou não, divulgados.

Não se sabe, igualmente, o que será feito da numerosa aparelhagem electrónica que ficou "empanada" no aeroporto de Lisboa. Segundo a lei, se a entidade a quem se destinava não assistiu à abertura dos volumes (o que aconteceu) estes serão devolvidos à origem ou vendidos em hasta pública.

Qual será a atitude a tomar pelo Governo português? E saberão os cidadãos deste país que segredos ou conluios se escondem por detrás destas movimentações maciças de aparelhagem de telecomunicações?

J. F. N.

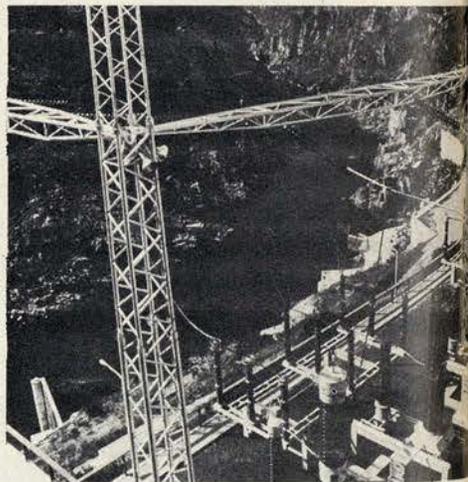
Electricidade

O CONSUMIDOR PAGA A CRISE

O projecto de decreto-lei para o aumento das tarifas da energia eléctrica, apresentado ao Conselho de Ministros, reflecte a situação de crise já prevista há muito para o sector. Com efeito, para além de a produção ser manifestamente insuficiente, o desastroso ano hidrológico obrigou a importações muito elevadas.

Portugal costuma ser auto-suficiente em electricidade. O consumo, contudo, tem vindo a subir regularmente, sem que tenha havido, como resposta, a instalação de novas e mais potentes unidades produtoras. Com a agravante de a nossa produção de energia eléctrica ser, na Europa, das mais dependentes da forma hidroeléctrica. A vantagem que isso nos traz em poupança de combustível é transformada em inconveniente que pode assumir uma certa gravidade, nas alturas de seca.

Barragem de Picote.
A energia hidroeléctrica não basta



O ano de 1975 e os meses já decorridos em 1976 têm sido dos piores de que há memória em matéria de pluviosidade. Em Fevereiro e Março de 1974 havíamos procedido a uma apreciável exportação de electricidade. Desde os fins desse ano que a situação se inverteu, passando o saldo das trocas de

energia com o exterior a ser negativo. Os gastos do País com a energia eléctrica subiram vertiginosamente. Por um lado, é o petróleo que temos de importar para o funcionamento das centrais térmicas, chamadas agora a tentar preencher as necessidades colocadas pelo consumo, sem resposta por parte das barragens. Mas é também a importação directa de energia, já que as térmicas e a sua capacidade são insuficientes.

Face a uma situação caracterizada por uma produção insuficiente e pela recorrência à importação, como, aliás, sucede noutros ramos da produção nacional, é natural que suceda um aumento de preços. Para quando a tomada de decisões que promovam o tão necessário aumento da produção nacional de electricidade? J.M.

desertores

60 CONTOS

"EM TROCA" DA GUERRA

A situação dos desertores das Forças Armadas, que deu muito que falar logo nas primeiras semanas após o 25 de Abril, volta a estar na ordem do dia. A maioria deles recusa-se a pagar os 60 contos que a lei lhes exige para ficarem com a situação militar regularizada.

Um grupo de desertores das Forças Armadas, exilados em França e nou-

tros países da Europa Ocidental, reuniu-se há dias em Paris e formou aquilo a que chamaram "Comissão Provisória para a Abolição das Sanções aos Desertores, Refractários e Compelidos da Guerra Colonial".

Que pretende esta comissão? Em síntese, a revogação do Decreto-Lei número 656-75, do Conselho da Revolução, que visa regularizar a sua situação — mas que muitos deles não acei-

(Continua na pág. 64)



Mário Soares PAUSA PARA ASSINAR

Mário Soares, secretário-geral do PS e provável futuro Primeiro-Ministro, fez uma pausa na sua intensa actividade política dos últimos dias para se dedicar a uma tarefa "literária": assinar exemplares do seu último livro — "Portugal: Que Revolução?" —, escrito em

colaboração com o jornalista francês Dominique Pouchin.

"Portugal: Que Revolução?" vendeu uma média de dois exemplares por minuto nas primeiras três horas após o seu lançamento público, na livraria Sá da Costa. Mário Soares assinaria depois centenas de volumes seus, desta e outras obras

(incluindo exemplares da última "Vida Mundial", que inseria a sua entrevista).

As dedicatórias oscilaram entre uma para um bebé, mas que, segundo o pai, será um jovem socialista daqui a quinze anos e outra, dada a um simpatizante que insistiu em ser tratado por "camarada padre". Cansado, rodeado por público entusiasta, o dirigente do PS teria a acompanhá-lo alguns camaradas e, ao encerrar o período de autógrafos, a mulher e filha.

"Normal, pois que o livro interessa de certa maneira o público", foi como Mário Soares traduziu a jornada de autógrafos vivida em maratona. "Simpatia pelo escritor...", ariscou. E acrescentou:... que "talvez tenha mais vocação para escritor que para político". Político, é-o "à força".

Neste "Portugal: Que Revolução?", dizia-se que teria sucedido uma truncagem no livro por deficiência de gravação. Mário Soares esclareceu que "a conversa durou vários dias e deu 1200 páginas. Houve que condensá-las e corrigi-las, já que havia um acordo em que as perguntas e respostas não seriam alteradas, de parte a parte".

a la minuta

"PREPOTÊNCIA"

Ainda a propósito da suspensão do "Seculo-Hoje": o dr. Sá Carneiro confidenciou há dias que a considerava "uma prepotência". E acrescentou: "Certas pessoas não se habituem à democracia. Gostam muito das liberdades, mas só enquanto elas não os afectam."

O secretário-geral do PPD, aliás, é particularmente sensível aos problemas da chamada "comunicação social" e em especial ao domínio partidário da Imprensa nacionalizada. Um caso pessoal talvez ajude a explicar essa sensibilidade: "No auge do gonçalvismo, logo após o 11 de Março — contou o dr. Sá Carneiro — enquanto eu estava em tratamento, havia uma alma caridosa, aliás muito simpática, que me enviava todas as manhãs o "Diário de Notícias". É claro que ainda ficava mais doente..."



INCONFIDÊNCIAS

Numa recente reunião do Conselho da Revolução alarmou-se Sousa e Castro pelo facto de alguém, entre os presentes, ter revelado decisões arbitrariamente ali tomadas sobre a suspensão de "Século-Hoje" que foram divulgadas pela directora desse suplemento numa entrevista. Terrível inconfidência, no parecer do cada vez mais célebre porta-voz do CR.

Logo outro conselheiro, com fleumática ironia, lembrou que essa preocupação suscitava outra: quem de entre os conselheiros, passava informações ao "Diário"?

Mudou-se de assunto.



PORTELA, o "RUIVO"

Muito falado, o "diálogo directo" que pôs no "écran" televisivo Artur Portela e Freitas do Amaral. Portela, perdendo qualidades nos jogos verbais fialhescos de que tem sido campeão. Freitas do Amaral, muito bem-educado. Excessivamente, na opinião de muitos que acham que isto já não vai com boa educação.

Dizem os espiritas que o espírito de Fialho abandonou Portela desde que este entrou a "gizar" certas ideias que não agradam ao autor de "A Ruiva".

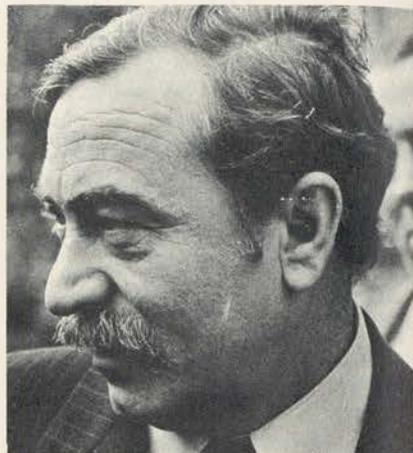
Segundo as mesmas fontes espiritas, Fialho terá comentado no além: "Afinal de contas, este era ruivo porque tinha vergonha de ser vermelho."

AS "SURPRESAS" DE VÍTOR CRESPO

Vítor Crespo, em entrevista dada ao "Diário Popular", anuncia que muita gente ficará surpreendida com o programa do general Eanes. As surpresas, segundo a mesma opinião, irão mesmo surgindo durante a campanha eleitoral de Eanes para as presidenciais.

Propõe-nos Vítor Crespo a conjectura de que estará ele no segredo das linhas surpreendentes do programa do candidato à Presidência? Parece que sim. A questão está em saber se aceita-mos ou não a proposta.

Se a aceitássemos, não haveria surpresa, porque o próprio entusiasmo que Vítor Crespo põe no programa do general Eanes seria revelador do seu conteúdo.



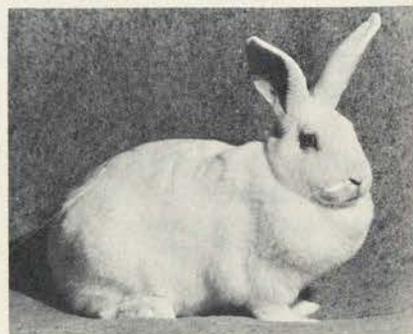
No caso de rejeitarmos a proposta, e é o que nos parece mais indicado, não haverá grande surpresa. De facto, todos esperam de Eanes um projecto adequado ao País, real e muito de acordo com o perfil integralmente democrático do general, que corresponde às directizes traçadas pelo sufrágio universal.

Não, comandante Vítor Crespo. Os "verdadeiros" democratas não terão surpresas se, como tudo aponta, o democrata general Eanes ascender à Presidência da República.

OS COELHOS E A POLÍTICA

Também há coelhos entre os intelectuais. Esta família é proliferante em distribuir-se por posições políticas, segundo o cálculo de que, pelo menos a um deles, não faltará cenoura.

Dentro desta filosofia, veremos, por exemplo, o coelho pai a apoiar a candidatura de um Costa Gomes, o coelho filho a de um Eanes e o coelho neto a espernear no berço, porque é infante de mais para apoiar Pinheiro de Azevedo.



os que riem...

Pinheiro de Azevedo é um homem que soube rir saudavelmente quando as coisas estavam muito doentes. Mais: teve o mérito de fazer rir os portugueses com certos à-vontades vicentinos que descomprimiram a tensão provocada pelo aglomerado de golpes que sitiaram o VI Governo.

Agora, candidato à Presidência, nada mais natural que o seu sorriso dadiosamente popular a iluminar-lhe o "carão moreno" — que, nesta terminologia bocageana, até tem o cabimento da heterodoxia da linguagem do Primeiro-Ministro. Mas — oh adversativa dos aspirantes à Presidência! — uma sombra na ridente fisionomia do almirante. Com tantos nomes PS na candidatura de Eanes, onde desencantar apoiantes da mesma cepa partidária para tornar apeteçível a candidatura de Pinheiro de Azevedo?

E eis que a carência é engenhosa. E faz pontaria a Teixeira Ribeiro.

Pinheiro de Azevedo não pode evitar uma careta. Indesejáveis, comprometedoras conotações com o V Governo.

Pires Veloso, ao que rezariam as crónicas pouco informadas, estaria neste momento de mau humor, em virtude de não ter vindo a sua tão propagandeada candidatura a confirmar-se.

De facto, a crónica mais habilitada a penetrar nos bastidores da história diz-nos que em reuniões de Conselheiros da Revolução no Exército, uma corrente, que não é difícil adivinhar qual seja, se opôs à candidatura de Pires Veloso. Invocaram-se para o efeito, argumentos que teriam na origem, pura e simplesmente, o receio da invulnerabilidade do Comandante da Região Militar do Norte ao cerco dos "submarinos" que ainda alimentam a ilusão de navegarem nas águas de Ramalho Eanes. Um sonho com pés de barro, bem entendido.

Finalmente, a crónica que traduz a realidade dos factos diz-nos que Pires Veloso está radiante proque não só terá na Presidência da República alguém que lhe agrada lá ver, como a chefia do Estado-Maior do Exército será ocupada por um militar da sua confiança e intimidade.



...e os que choram

Charais, homem do centro do País, que não da política, estaria, se tomássemos como indicativo do seu humor na conjuntura dos mais recentes sucessos políticos, essa sua posição, no lugar geométrico onde não haveria razão quer para risos quer para lágrimas.

Contudo, Charais tem razões para puxar do lenço que enxuga a secreção das decepções. Charais propunha-se a CEME. Aspiração mais que pessoal, que reflectia o desejo de um conhecido grupo preencher com eficácia a seu contento tão cobiçado cargo. Tal não aconteceu. Charais foi batido pelo grupo que tem outras ideias sobre o assunto.

Antes das eleições, muitos simpatizantes de Melo Antunes (os simpatizantes são como as crianças, em cuja boca fala a verdade) juravam que ganharia o PS e que a vitória deste teria como corolário a consolidação no poder de Melo Antunes.

A previsão acertou quanto à vitória do PS. Foi menos afortunada nos cálculos que davam a Melo Antunes uma vantagem, no triunfo eleitoral do Partido Socialista.

Parece, de facto, que o PS não se mostra inclinado a contribuir para o prosseguimento da carreira política deste militar tão vocacionado para fazer figura na galeria dos homens do poder. Conclui-se, portanto, que António Reis não é bastante forte no PS para convencer o seu partido de que a omissão política de Melo Antunes é uma perda irremediável para a Nação.



Relatório enganador

O "PARAÍSO" LUSITANO NA ÉPOCA DE GONÇALVES

A Liga Belga dos Direitos Humanos enviou a Portugal o seu presidente para inquirir acerca do respeito (ou desrespeito) pelas liberdades, em plena época gonçalvista. O inquiridor veio, falou com várias pessoas e apresentou um relatório em que conclui que, afinal, os direitos do homem não corriam tanto perigo como se dizia.

Os factos, porém, falam por si.

Publicou o Boletim do Ministério da Justiça o extenso relatório que o presidente da Liga Belga para a Defesa dos Direitos Humanos, Marck de Kock, apresentou em Bruxelas, na sede daquele organismo, dando conta das suas observações em Portugal, durante uma visita feita ao nosso país, entre 31 de Maio e 8 de Junho de 1975.

Subordinado ao título genérico "Missão de Observação em Portugal", comporta oito partes e um anexo: 1) objectivo da missão; 2) execução da missão; 3) preliminares; 4) estruturas do Estado; 5) os direitos do homem em geral; 6) os detidos por motivos políticos — respeito pela pessoa humana — situação das garantias judiciárias; 7) Portugal e a Convenção Europeia dos Direitos do Homem; 8) conclusões. E o anexo: "Visita à Prisão de Caxias".

A viagem do sr. de Kock a Portugal, recomendada pelo Comité Central da Liga Belga para a Defesa dos Direitos Humanos, tinha em vista "determinar com o máximo de objectividade se as queixas formuladas a respeito de violações dos direitos do homem, principalmente no plano judiciário, eram fundadas, e, na afirmativa, em que medida".

No relato apresentado, o sr. de Kock teve o cuidado de esclarecer que "o Comité Central precisou que essa missão de observação não deveria ser feita com espírito de hostilidade ao regime português vigente". E, efectiva-

mente, lendo o relatório, conclui-se que hostilidade não houve, antes pelo contrário. Quanto à objectividade, o relatório fala por si.

NO AUGE DO GONÇALVISMO

A visita do sr. de Kock decorreu numa altura em que o consulado de Vasco Gonçalves atingia o zénite da sua existência. Viviam-se momentos como o do "caso República", a repressão massiva sobre o MRPP, as marchas eufóricas de um "poder popular" que deixava o poder do Estado à mercê de certas forças políticas ascendentes, as quais, de acordo com declarações de personalidades democráticas portuguesas e relatórios por portugueses redigidos, comprometiam a sobrevivência da frágil democracia estabelecida. Vivia-se a época em que o COPCON era o senhor onipotente dos reinos de Portugal e do Algarve.

O sr. de Kock, que estivera em Portugal, em missão semelhante, no Verão de 1964, chegou a Lisboa e avistou-se com 40 personalidades, entre as quais o almirante Rosa Coutinho (então ministro do Conselho da Revolução), o dr. Salgado Zenha (ao tempo, ministro da Justiça); o ministro da Administração Interna, Arnão Metelo; o dr. Mário Soares, secretário-geral do PS; o dr. José Tengarrinha, secretário-geral do

MDP, etc. Segundo relata, falou com pessoas de todas as tendências políticas, desde monárquicos e democratas-cristãos, até aos maoistas do MRPP. Circunstâncias várias, e "infelizmente" ("sic"), não lhe permitiram avistar-se com o dr. Álvaro Cunhal, secretário-geral do PC.

O sr. de Kock, depois de ter falado com quem falou, de ter visto o que viu, depois de ouvir o que lhe foi dado ouvir, concluiu que não se deveria tomar "uma atitude negativa e condenar o regime, do ponto de vista dos direitos do homem, na base de um certo número de lacunas" (também "sic"). E isto porque "não é inútil lembrar que Portugal saiu de um regime ditatorial de 48 anos, que deixou o País num estado de subdesenvolvimento económico, social e político pronunciado, o que nenhum observador neutro contesta".

Como o fascismo antes havido justificou (explicou, como se queira) tudo o que veio depois, como se vivia num período de "transição", como "a lista das pessoas a executar, que teria sido traçada pelos autores da tentativa de golpe de Estado do 11 de Março", propiciou, o sr. de Kock chegou a conclusões bem diferentes das do relatório do Conselho da Europa, por exemplo. Mas vamos por partes.

O presidente da Liga Belga, antes de entrar na sua observação sobre o respeito (ou desrespeito) havido em Portugal para com os direitos do homem, demora-se em considerações sobre "a estrutura do Estado" e os latos poderes do Conselho da Revolução. "O Conselho da Revolução — diz ele — determina todas as grandes opções e toma as decisões mais importantes, deixando ao Governo o encargo da sua execução, bem como o poder de decisão em matérias sobre as quais o Conselho da Revolução não se pronunciou." E constata o sr. de Kock que "importantes ministros civis não estavam ao corrente de decisões tomadas na véspera pelo Conselho da Revolução".

A curiosidade de Marck de Kock recaiu sobre o funcionamento das estruturas do MFA, integradas nas "estruturas do Estado". E relata o que pôde observar:

"Durante uma das minhas últimas conversas em Lisboa, pus uma série de

questões a este respeito (a democratização do exército) ao ministro do Interior, um militar membro do Conselho da Revolução. Esta conversa confirmou-me que a participação de todas as unidades do exército na designação dos responsáveis do MFA, que por sua vez escolhem os membros do Conselho da Revolução, é um facto real, mas que esta participação não se faz de maneira codificada ou uniforme. Em certas unidades, a assembleia geral dos soldados e oficiais designa os candidatos pelo MFA; noutras, os candidatos são propostos à votação. A democracia interna é regra: os soldados, sargentos e oficiais têm o mesmo direito à palavra e à tomada de decisões. O trabalho da assembleia é geralmente eficaz e a disciplina é, a partir de então, melhor aceite. Os membros do Conselho da Revolução são designados pela Assembleia do MFA; podem igualmente ser demitidos pela mesma Assembleia". Estávamos nas vésperas da Assembleia de Tancos, e do caso CICAP-RASP, para não falarmos da revolta dos pára-quedistas. O relatório do sr. de Kock apresentado em 12 de Novembro de 1975, treze dias antes do 25 de Novembro, não os refere.

AS AMPLAS LIBERDADES QUE TEMOS

"Não ouvimos em parte alguma que a liberdade de pensamento e de expressão individual fossem entravadas pelas autoridades portuguesas, salvo no que se refere ao restabelecimento do antigo regime". O sr. de Kock não ouviu. Mas acrescenta:

"A luta política, facto inteiramente novo e extremamente intenso, leva a que, todavia, em diversas reuniões sejam proferidas ameaças; parece existir uma atmosfera de autocensura em que certas ideias não são formuladas ou defendidas, por receio de se ser considerado defensor do fascismo."

O sr. de Kock, apesar de nunca ter ouvido que a liberdade de expressão e pensamento fossem coarctados, anota ainda que "os grupos dominantes de esquerda têm tendência a utilizar facilmente as expressões "reaccionário" ou "contra-revolucionário" quando depa-ram com opiniões críticas ou apenas reservadas sobre a linha geral seguida pelas autoridades".

Quanto ao direito de associação, indicando que ele é reconhecido, Marck de Kock considera que "a Democracia Cristã representa incontestavelmente um caso-limite: o partido existe enquanto agrupamento político, tem o seu secretário, mas foi suspenso nas eleições". Relativamente "à prisão de cerca de 500 membros do MRPP", o sr. de Kock aceita o veredicto das autoridades: foram presos, não por causa das suas ideias, mas pela maneira como as defendem. Que nenhum destes "criminosos" tenha sido processado ou levado a julgamento, é um aspecto secundário, tanto que nem se lhe refere. O que nos leva a supor que na Bélgica, casos como este possam ser banais, e se insiram num respeito extremo pelos tais direitos. O sr. de Kock lá sabe.

A BEM-AVENTURADA UNICIDADE

Observando a liberdade de Imprensa existente no País, em pleno consulado gonçalvista, Marck de Kock cai de chofre sobre a questão da unicidade sindical. Se, por um lado, constata que "o Partido Comunista controla largas fracções da Intersindical, sindicato único cujos dirigentes não foram ainda eleitos por eleições sindicais generalizadas", por outro, afirma:

"Portugal aceitou a unicidade da organização sindical. Estados como a República Federal Alemã e Israel aplicam-na desde há muito, sem incorrer na acusação de violação dos direitos do homem" (é isto precisamente o que está escrito no relatório do sr. de Kock, presidente da chamada Liga de Defesa dos Direitos Humanos).

Ora, esta Intersindical que "o Partido Comunista controla" em grande parte pesa sobre os conselhos de redacção de diversos jornais — e de Kock confirma-o. Ao mesmo tempo, assegura ele que o Estado, ao nacionalizar os grandes grupos económicos, assumiu o controlo dos principais jornais, o que — concorda — ameaça a liberdade de Imprensa. Nestas circunstâncias, de controlo estatal da informação, o sr. de Kock conclui que os conselhos de redacção podem contrabalançar, a "dominação dos jornais pelo Estado". Quem diria? A questão, única: quem no período gonçalvista, assume a hegemonia no aparelho de Estado? Ques-

tão curiosamente esquecida no minucioso relatório do presidente da Liga Belga.

"As autoridades portuguesas afirmam que não há *presos políticos* em Portugal. Uma breve discussão permite constatar rapidamente que, por preso político, elas entendem o equivalente ao *prisoner of conscience*, isto é, uma pessoa presa porque expressou ou defendeu ideias políticas, filosóficas ou religiosas diferentes das que são advogadas pelo Poder". Claro que uma afirmação deste tipo exige um esclarecimento por parte das autoridades portuguesas. Por uma só razão, que mais não fosse: foi precisamente este o argumento usado pelos governos de Salazar e Marcelo Caetano para declararem publicamente que não havia presos políticos em Portugal...

No entanto, apesar da interpretação "à velha maneira" do conceito de preso político, o relatório do sr. de Kock insere nas estimativas para o número destes presos no nosso país: segundo Colette Braeckman, cálculo datado de 15 de Maio de 1975, existiam 1358 presos políticos — excluindo, portanto, os presos do 28 de Maio, acusados de ser membros do MRPP, organização política legal à face da lei. O almirante Rosa Coutinho indicou a cifra de 1575 presos, não indicando o número de detidos por alegada "sabotagem económica" e estimando em 200 o número de presos por militância no MRPP (recordemos que no relatório do sr. de Kock se calcula em 500 o número de militantes do MRPP presos...).

Enfim, o sr. de Kock, apesar dos cuidados em não ser hostil ao regime político vigente em Portugal sob o consulado do brigadeiro Vasco Gonçalves, não consegue evitar que certos factos apareçam na sua nudez. No entanto, o presidente da Liga Belga, à maneira do Pangloss de Voltaire, procura justificar os factos com "o melhor dos mundos possíveis". Eis como, no extenso relatório do sr. de Kock, o "gonçalvismo" se transformou num maravilhoso regime lusitano. Em face disto, uma suspeita terrível se põe ao povo português: que se passa hoje na Bélgica? Talvez a Liga Portuguesa de Defesa dos Direitos Humanos devesse enviar alguém em missão de observação ao país do sr. de Kock.

IPC **UM ROUBO** **AO POVO PORTUGUÊS**

Num país pobre depauperado pela sangria desatada do acorrer, sem moderação, aos mais diversos sectores laborais, o Instituto Português de Cinema dá-se ao "luxo" de gastar, em apenas um ano, cerca de 120 mil contos em subsídios para novas "fitas" portuguesas, novos empregos e algum material. Resultados? Mais os pessoais e os políticos do que os eminentemente culturais...

Faz um ano que o Instituto Português de Cinema, pela mão do Partido Comunista e da Codice (vulgo Quinta Divisão), através de um autoneomeado júri de selecção, atribuiu os primeiros subsídios para a produção cinematográfica pós-25 de Abril. O assalto então verificado a este departamento cultural, sob a égide de Vasco Gonçalves e de Correia Jesuino, foi uniforme e pleatório, ante a passividade estupefacta dos chamados elementos democráticos. Como tem vindo a acontecer, meia dúzia de bem instrumentalizados indivíduos assenhorearam-se dos postos de decisão e passaram a mandar em tudo que pudesse canalizar uma forma activa de propaganda dos seus ideários políticos.

Mais de meia centena de pedidos de subsídio foi apresentada a apreciação. Neles se incluíam alguns de ingénúos, que, como eu, se expuseram a um nível de critério pressupostamente lúcido e isento. É evidente que todos esses projectos seriam submetidos à análise superintendente de um órgão militar ao serviço do poder cunhalista. Os resultados dessa escolha estão hoje bem patentes nos nomes que, agora, se apressam a ultimar as fitas a que foi dado aval para produzir e realizar. E o que se passa? Façamos um exame de revisão, sob a luz de um ano de actividade:

Obviamente, os beneficiados (privilegiados) foram escolhidos a dedo pelo exigente sistema da ideologia. Tudo gente de confiança, militantes ou simpatizantes do PCP. Entre vinte e tal bafejados pela sorte, três ou quatro "destoantes", estrategicamente inseridos na lista, para, toscamente, disfarçar

e baralhar as atenções. Uma forma de distração que deve ter sido motivo de gáudio para os membros (ou organismos) responsáveis pela selecção. Mas o propósito não enganou ninguém, conquanto tivesse feito calor, pelo medo, o protesto legítimo, a insubordinação latente de poucos. Todo o mundo se "agachou" e permitiu que cerca de 40 mil contos fossem postos ao dispor dos caprichos propagandísticos do PCP e seus satélites.

Uns vagos e inconsequentes protestos do Centro Português do Cinema, também tendenciosamente divergentes, foram o rescaldo do que não chegou a ser uma oposição. De livre, apenas o acto de manifestar. De sério, nenhum direito de homogeneizar os discriminados. Esse desacordo significou mais como um grupo se punha contra outro. A expressão de contestação estava ausente; foi uma pequena batalha de "capelas", nada mais.

Formaram-se, então, equipas de trabalho, profissionalizaram-se cento e tantos fulanos (dos quais nem trinta eram, de facto, gente de cinema) e vai de distribuir-lhes o melhor das verbas reservadas ao cinema, mensalmente. A eles, a essa tropa fandanga que, na maioria ainda inunda o piso superior do edifício de S. Pedro de Alcântara (Sede do IPC), de braços cruzados, só os descruzando para colar nas paredes cartazes do partido...

Quanto aos outros, os que, na realidade, têm trabalhado, mistura-se de tudo. Os escassíssimos verdadeiros profissionais engolem em seco. Ganham o mesmo e privam com os analfabetos que pululam os "plateaux", que de cinema só sabem erguer o punho direito. Mas calam-se, porque, sendo uma minoria (estranha ironia!), cabe-lhes o direito ao exercício do seu *métier*, não tendo mais onde aplicar o seu labor e saber.

Voltemos, contudo, à vaca fria, ou seja, aos famosos subsídios do ano transacto, em vias (dizem) de conclusão.

Esquematizemos, sem mais complacências. Entre os realizadores contemplados pelo gabinete gonçalvista, avultam, nomeadamente — além de pece-

pês, escroques, párias, hóspedes regulares do Júlio de Matos — velhos gagás e clochards que, por via do partido, viram no cinema um inesperado furo para recheiar a carteira sem nada fazer. Um deles, a quem foi atribuído um subsídio inicial estimado em 3500 contos, já gastou mais de 3000, pois, de contrário ameaçou, não acabar a película. Passeia-se, hoje, num automóvel de luxo, italiano de origem. Outro, já despendeu 26 300, metros de celulóide, pulverizando todos os recordes do cinema português, que se cifrava em cerca de 15 mil metros. Outro, ainda, deslocou-se, em filmagens, a Trás-os-Montes, durante um mês, com a sua equipa. Utilizando, durante esse período, oito horas úteis de trabalho, apresentou, no regresso, ao IPC, um recibo de mais de 200 contos de horas extraordinárias!

Além de tudo isto, nos corredores do tal piso superior do edifício da Rua de S. Pedro de Alcântara, abunda, dizem-nos, a par da preguiça e da levianidade, a mentira, a demagogia, o roubo mútuo, a intriga, o ódio e a droga. Tudo somado, totaliza já, em apenas um ano, cerca de 120 mil contos lançados a esmo. Verba que um só partido administrava, desbaratou, roubou ao povo português e fará pagá-lo com língua de palmo.

Quanto aos filmes que sairão desta forja, vão ser motivo de sobra para a nossa vergonha interna, para já não aludir à inevitável indignação consequente.

É com profundo dó de espírito que venho aqui referir todos estes factos e clamar por socorro às vias competentes, a fim de que detenham imediatamente tal náusea, que tanto nos sangra a dignidade como a economia. O cinema português precisa de gente limpa, digna, imaginativa e profissional. Precisa, sobretudo, de talento e de seriedade. Precisa, em síntese, da honestidade de pessoas que vejam nele uma forma superior de arte, ao serviço de uma nação e de um povo que se quer redimir e enobrecer. Pelo trabalho, pela capacidade de criação, por uma cultura em liberdade e em profundidade. Senhores governantes, há que salvar o cinema português, e, logo, aqueles que o queiram e podem salvar!

Voltaremos ao assunto.

Dórdio Guimarães

COINCIDÊNCIAS (AB)SURDAS

A surdez é uma doença de facetas várias. Quanto à sua origem, depois das já conhecidas como congénitas ou as resultantes dum acidente grave, além das inúmeras situações que a ela levam, desde otites a outras complicações, são ultimamente conhecidos os surdos políticos.

E o que são estes peculiares indivíduos, tão peculiares? Serão eles diminuídos físicos por força dos berros comiciais ou pela megafonia das palavras de ordem gritadas aos seus ouvidos? Ou serão os que só ouvem o que lhes convém, passando em claro as verdades que lhes assentam em cheio e que dos antolhos do seu "burrar" partidário fazem também os tampões que lhes obstem os canais do cérebro, levando-os à equiparação dos tão nossos conhecidos "é pá vais à pesca?", não vou à pesca".

Ora o nosso herói (chamemos-lhe assim, apesar de tudo) não nos deu ainda a certeza de ser um destes: quanto a nós, a sua ote supurada em pequeno levou à perfuração de ambos os tímpanos e, daí, já o conhecermos surdo às quedas de Salazar e às conversas de Caetano.

Encontrámo-lo no café do costume, depois do 25 de Abril, assobiando o hino da Mocidade Portuguesa com um ar alvar, enquanto os outros se riam e não lhe explicavam da urgência de se mascarar de democrata. Mas isto são histórias antigas de dois anos e, em dois anos, o nosso surdo "evoluiu" tanto que, pouco depois do Verão de 74, já tinha percebido o que era aquela enorme procissão em 1 de Maio e porque não fora feriado no 28 do mesmo mês.

E ei-lo fulgurante de foice e martelo ao peito, de estrela vazia na testa, mais parecendo, no seu ruminar de palavras de ordem, uma vaca afogada em vinho, nas noites longas da ditadura sindical.

Mas em todas as suas actividades partidárias, o nosso surdo era, qual marido banana, o último a saber...

Foi assim que passou em claro o 28 de Setembro, imaginando ouvir na renúncia de Spínola o despedir de um homem para uma longa viagem organizada e paga pelo seu partido.

O que já não aconteceu no 11 de Março, em que o nosso amigo surdo teve um papel importante junto ao RAL 1, pois aguentou, a pé firme e sem esboçar o mínimo sorriso, o "discurso" explicativo de Dias Lourenço, autor do argumento tão oportunamente exposto pela RTP a todo o País.

E, por falar no 11 de Março, deixemos aqui, já, o motivo que nos levou a lembrar esta pequena história:

Por alturas de Novembro de 75, o nosso personagem começara numa nova crise ideológica, pois não conseguia "ler" nos impropérios que lhe lançavam na rua ao emblema na lapela, os mesmos sorrisos que colhera um ano antes quando ali o depositara definitivamente. Assim, recolhido em casa, deixado o café às ideias e escárnio dos amigos de antes, o nosso surdo foi, mais uma vez, o último a estranhar a ausência de gente nas ruas, nos últimos dias de Novembro e, sem poder ler os jornais que os outros deixavam sobre as mesas dos cafés, passou um Natal acocorado ao fogão, curtindo os ideais numa bebedeira mole, embrulhado, pelo frio, em "Avantes" antigos.



Dos meses difíceis, ninguém o informou. Restava-lhe, para se manter vivo, o ainda sorriso do Secretário-Geral nos "écrans" do café em frente e uma garrafinha de bagaço.

Mas, chegado a Março, o nosso sobrevivente do mundo sem sons, alegrou-se: vestiu o fato novo que o partido lhe dera, barbeou-se, penteou-se a jeito, e saiu para a rua de bandeira aberta ao vento desse dia de sol!

Dirigiu-se, de andar firme, ao RALIS, cumprimentando euforicamente os polícias fardados a rigor que ia encontrando pelo caminho. Afundado na sua surdez, agora aumentada pela partidária, as bandeiras desfraldadas na rotunda deram-lhe coragem para continuar, só, a caminhar. No aeroporto, os polícias, com os cordões da praxe, os galões e as medalhas nas fardas de luxo, eram, para ele, as árvores do Natal que não tinha tido.

Chegado ao RALIS, ninguém. Apenas alguns manifestantes dispersos, gritando palavras de ordem que não entendeu, também seus desconhecidos da tertúlia antiga.

Voltou a casa de estandarte repousado sobre o pó da estrada. Alguma coisa tinha acontecido mas não sabia o que era. Talvez que a hora da concentração fosse outra. Mas tinha a garantia da festa havida: os polícias engalanados no "seu" Onze de Março!

P. S. — Se o virem, não lhe digam nada: que culpa tem um surdo que, no mesmo dia 11 de Março, fosse festejado o Dia da PSP?

OTO RINO



PORQUE NÃO VOTARAM 827 MIL PORTUGUESES?

Um português em cada seis não votou nas eleições para a Assembleia da República. Pela primeira vez, a sondagem da "Vida Mundial" revela os motivos desta elevada percentagem de abstenções.

Se as 827 mil pessoas que se abstiveram nas últimas eleições tivessem votado todas no mesmo partido, elegeriam pelo menos 40 deputados — formando, assim, o quarto "partido político" português, a meio caminho entre o CDS e o PCP.

Apesar da sua importância numérica e percentual (cerca de 16 por cento), esta parte do eleitorado tem sido, até agora, praticamente desprezada em todas as análises dos resultados das eleições. É certo que existe uma sólida razão para esse "descuido" dos analistas: até agora, ninguém se lembrara de apurar as razões que levaram 1 português em cada 6 a ignorar as eleições (ou, pelo menos, a não se pronunciar nelas).

A sondagem realizada para a "Vida Mundial" pelo Gabinete de Estudos Económicos Mensor (cujos primeiros resultados divulgámos no último número da "VM") permite-nos conhecer, pela primeira vez, os motivos que estiveram na base da elevada percentagem de abstenções registada nas eleições para a Assembleia da República — e, subsidiariamente, saber também os motivos que levaram 510 mil pessoas a não

votarem para a Assembleia Constituinte, no ano passado.

Para já, uma primeira conclusão: a campanha em prol do "voto em branco", levada a cabo, no ano passado, por um certo sector do MFA, parece ter-se saldado num estrondoso fracasso. Com efeito, entre as causas apontadas pelos nossos inquiridos para o facto de terem votado em branco ou anulado o seu voto em 1975, não se encontram praticamente indícios de que o tivessem feito por indicação do MFA. Ninguém apresentou para o voto em branco as justificações sugeridas durante as campanhas de dinamização.

Por outro lado, o número sensivelmente aproximado de votos em branco e a semelhança de justificações apresentadas nos dois anos ainda mais reforçam a convicção de que terá sido efectivamente uma percentagem bastante reduzida de eleitores que, nas eleições para a Constituinte, seguiu as indicações do "voto no MFA".

AS PERGUNTAS

No inquérito apresentado a todos os inquiridos na nossa sondagem (que, recorda-se, foram cerca de um milhar, distribuídos, de acordo com as diversas densidades populacionais, por cinco zonas: Grande Lisboa, Grande Porto, Litoral-Aveiro, Interior-Guarda e Alentejo), incluímos um grupo de perguntas para os que se abstiveram, votaram em branco ou anularam o voto, quer em 75, quer em 76.

ONDE VOTARAM EM 1976 OS ELEITORES QUE NÃO VOTARAM EM 1975 (Em percentagens — só os quatro maiores partidos)

	Total	Lisboa	Porto	Litoral	Interior	Alentejo
PS	27	39	31	18	25	29
PPD	24	13	31	33	13	29
CDS	24	26	19	27	25	—
PCP	11	13	—	5	31	14

quase exclusivo, dos "retornados", mas também de alguns emigrantes).

Como seria de esperar, estas percentagens não sofrem grandes modificações, em relação ao grupo que só não votou este ano — excepto no que se refere aos não recenseados, que representam agora apenas uns escassos 9 por cento.

Finalmente, entre as pessoas que nunca votaram em qualquer partido depois do 25 de Abril, encontramos cerca de 40 por cento de abstencionistas, 20 por cento de votos em branco (ou nulos) e outros 40 por cento de não recenseados.

OS MOTIVOS DA ABSTENÇÃO

Mas, afinal, quais as razões que levaram as pessoas a abster-se? Em 1975, cerca de 59 por cento das pessoas apresentaram a justificação mais esperada: estavam fisicamente impossibilitadas, por doença ou ausência, de cumprirem o seu dever cívico. Das restantes, 17 por cento declararam que nenhum dos partidos concorrentes lhes agradava e 11 por cento não foram votar porque o seu partido não concorria. Com percentagens menores, escassamente significativas, houve ainda casos de pessoas que não votaram porque estavam contra a situação política, porque não consideravam as eleições livres ou até... porque não sabiam que havia eleições.

Este ano, a doença e a ausência continuam a ser as principais causas do abstencionismo, mas numa percentagem menor: cerca de 50 por cento. Das restantes, 16 por cento não tinham qualquer partido que lhes agradasse, 10 por cento declararam não se interessar por política (ou estarem cansados dela). Em percentagens menores, houve ainda casos de pessoas que se afirmaram "contra a situação" ou que não votaram por considerarem que as eleições não eram livres ou por não serem obrigadas.

Finalmente, entre as pessoas que não votaram nas duas eleições gerais (em 75 e 76), o motivo geral é quase unânime: estão contra a situação política. Há também alguns casos de pes-

soas incapacitadas por doença nas duas ocasiões, embora em percentagem escassa. No conjunto, porém, é preciso notar que este grupo inclui um número relativamente escasso de pessoas, pois abrange apenas pouco mais de 3 por cento do eleitorado (pelo menos, segundo a nossa sondagem — sendo de admitir uma pequena variação para mais ou para menos).

VOTOS PERDIDOS PARA A DIREITA

Outra revelação proporcionada pela nossa sondagem diz respeito às tendências de voto do eleitorado abstencionista. Para as conhecermos, apurámos em que partido votaram, este ano, os eleitores que se abstiveram no ano passado. Os resultados são significativos e permitem uma conclusão geral: a maioria das abstenções são votos perdidos pelos sectores considerados "à direita".

Com efeito, quanto mais à esquerda se situam os partidos menor é a percentagem relativa de votos de "ex-abstencionistas" que recebem. Entre os quatro maiores, o PCP recebeu apenas 11 por cento dos votos das pessoas que se abstiveram no ano passado (sensivelmente menos do que a sua votação nacional, que foi de 14,5 por cento). O PS recolheu 27 por cento (35 por cento no conjunto).

O PPD, mais ou menos no centro da "tabela", granjeou a mesma percentagem entre os abstencionistas de 75 e o conjunto do eleitorado: 24 por cento. Finalmente, o CDS faz o contraponto dos partidos da esquerda, recolhendo proporcionalmente mais votos entre os abstencionistas do que no conjunto da população: 24 e 16 por cento, respectivamente.

Entre os partidos menos votados, foram a UDP e o MRPP que recolheram maiores percentagens de votos de pessoas que não se tinham manifestado em 1975: cerca de 5 por cento, em ambos os casos. Foram ainda registadas percentagens inferiores para a FSP, o MES e o PDC.



Elementos de várias Associações de Pais do Ensino Secundário, alguns do seu Secretariado Nacional, falaram à "VM". Da esquerda para a direita: Nuno Santos, Penha Coutinho, o repórter, José Antelo, José Formosinho e Maria Clotilde

Associações de Pais denunciam

O ENSINO PODE SER INSTRUMENTO PARA A CONQUISTA DO PODER

(mesa-redonda conduzida por AFONSO MANTA)

As associações de pais de alunos do ensino secundário têm vindo a ser atacadas por diversos quadrantes políticos de esquerda. Todavia, elas consolidam, progressivamente, as estruturas e ganham maior implantação em todo o País. Recusando o qualificativo de "reaccionárias", com que são mimoseadas por alguma Imprensa, as associações contestam a política do ensino que tem sido posta em prática no nosso país.

Participaram nesta mesa-redonda:

José Antelo, membro da Associação de Pais do Liceu Camões e do Secretariado Nacional das Comissões de Pais.

José Formosinho, da Associação de Pais do Liceu D. Dinis, também do Secretariado Nacional.

Nuno Silva Santos, da Associação de Pais do Liceu D. Pedro V. Maria Clotilde, da Associação de Pais do Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, membro

do Secretariado Nacional. Penha Coutinho, da Associação de Pais do Liceu D. Filipa de Lencastre e do Secretariado Nacional.

Vida Mundial — Peguemos numa questão de certo modo quente. Uma acusação que vos foi feita, primeiramente num semanário, de seguida retomada por alguma Imprensa: as associações de pais são uma "nova CAP"

(Confederação dos Agricultores de Portugal). Que fundamento tem tal acusação?

Penha Coutinho — Antes do mais, vejamos o que se passou, com o semanário a que se refere. É bom lembrar que a evolução da sociedade portuguesa, desde o 25 de Abril foi uma sucessão de golpismos e vigarices. O tal semanário, dentro deste clima, convocou-nos porque queria fazer uma mesa-redonda. Acedemos. Apareceu uma senhora, muito amável, que nos disse que a mesa-redonda sairia nessa mesma semana. Perdemos horas do nosso sono, do nosso trabalho, do nosso descanso, da nossa possibilidade de conviver com a família, com os nossos filhos. E nada saiu. Isto mostra-lhe já quais as primeiras impressões que po-

demos ter desse semanário.

Ora, eles possuem elementos sobre as Associações de Pais, estão absolutamente documentados a nosso respeito para terem uma noção do que somos. Portanto, só há duas hipóteses: ou não nos explicámos bem — e acho isso muito estranho, pois fomos uns oito a falar com a jornalista, representantes de vários liceus, de vários níveis sociais (eu sou operário gráfico especializado mas havia, também, engenheiros, oficiais do Exército, da Marinha, da Aviação, etc.). então há mesmo vigarice premeditada, à Gunther Walraff.

Quanto ao sermos ou não a “CAP dos pais”, não me posso pronunciar. Apenas percebo de associações de pais: sobre problemas de agricultura nada sei. Mas o que lhe garanto é que somos, de certeza, pais de alunos de escolas onde não aprendem, contribuintes que pagam para terem estradas que não se fazem, escolas que se não abrem, hospitais que não funcionam, enfermeiros que não atendem doentes. Somos tudo isso e temos consciência

de que o somos. Mas não somos parvos para embandeirar em arco e acreditar em “slogans” vazios, impingidos hora a hora na rádio, na TV, num matraquear contínuo de ideologias de pacotilha. Somos apenas pais conscientes que temos de defender os nossos filhos, seja qual for o rótulo que nos queiram pôr: “CAP dos pais”, fascistas reaccionários, tudo o que quiserem. Mas não abdicamos de amar e defender os nossos filhos.

VM — Os órgãos de Informação ignoraram, até há pouco tempo, as associações. A que se deve isso? Boicote puro e simples?

José Angelo — Não houve qualquer boicote. Pelo contrário. As associações de pais resolveram estruturar-se

primeiro. Durante esse período, fizemos eleições dentro de cada escola, para sermos verdadeiramente representativos dos pais dos alunos. Ao mesmo tempo, fomos dialogando com o Ministério e aguardámos respostas decisivas. E dialogámos porque da nossa declaração de princípios dizemos defender prioritariamente o diálogo com os alunos, que são nossos filhos, com os professores, que são co-educadores, e com o Ministério que está ao serviço de todos, pago por todos, com sacrifícios, muitas vezes.

Foi precisamente ao verificarmos que, ao fim de vinte e tal meses, continuávamos praticamente no ponto zero, que resolvemos já estruturados, mostrar o que se estava a fazer, pois isso podia servir de incentivo às outras escolas. Por outro lado, no período em que as associações nasceram, e principalmente até ao fim do V Governo, era perigoso, mesmo arriscado, fazer parte das associações de pais. Só depois do VI Governo pudemos ter a certeza de que as associações, bem como as pes-

“Desejamos que não haja monopólios ideológicos... Impingir uma única via é manipular a juventude, embrutecê-la, passar-lhe um atestado de estupidéz”





"Houve um assalto de incompetências, para não falarmos, também, de questões relativas a cores políticas. A incompetência aliada ao golpismo..."

"No ensino, hoje em dia, ninguém ensina ninguém... Tudo isto determina contestação, aliás muito válida, compreensível e pertinente"

soas que as encabeçavam, não seriam perseguidas.

Penha Coutinho — Só um pequeno acrescento: nós pensamos estar de facto a dialogar com o MEIC, mas não foi um diálogo, antes um monólogo perante uma espécie de muro das lamentações. Só que, se nos tivéssemos lamentado face ao muro de Jerusalém, ele não teria feito tantas asneiras como o MEIC fez. O muro de Jerusalém é de pedra.

Em segundo lugar, não aparecemos durante a longa noite do gonzalvismo porque não queríamos aumentar a confusão e repudiávamos o psitacismo que havia neste país. Enveredámos por um trabalho honesto, por sessões de trabalho construtivo e produtivo, juntamente com as entidades oficiais. Não queríamos pôr mais achas na fogueira; já havia palavras a mais neste país. Foi por isso que nos autolimitámos nos órgãos de comunicação social. Não cultivamos o vedetismo. Trabalhamos calados.

AS ASSOCIAÇÕES SÃO ORGANISMOS INTRANSIGENTEMENTE APOLÍTICOS E APARTIDÁRIOS

VM — Voltamos às acusações que vos são feitas. Elas podem estar ligadas a um aspecto: as Associações surgiram, na prática, só depois do 25 de Abril. E, todavia, os problemas dos alunos, dos

vossos filhos, são muito anteriores ao golpe democrático de 74. Porque estiveram, então, calados? Porquê o tardio nascimento das Associações?

Maria Clotilde — As Associações de Pais não se criaram antes do 25 de Abril porque não era livre o direito de associação e, como tal, as associações de pais pouco mais poderiam ser do que meras associações filantrópicas ou promotoras de actividades circum e extra-escolares. Uma vez que a revolução brotou e houve modificações na situação, uma vez que foi declarado que a batalha da produção estava aliada à batalha da educação, quando os pais começaram a ver os filhos a "passar" administrativamente, sem possuírem conhecimentos; quando começaram a ver que os professores não ensinavam, ou ensinavam veiculando uma única e determinada ideologia; e dado que os alunos são seus filhos, geralmente menores e, portanto, os pais são os responsáveis pela sua educação, surgiu, então, uma necessidade maior, criada pelo contexto nacional, sobretudo devido aos ataques que estavam a ser feitos à juventude. Podemos, por isso, ser chamados de revolucionários, no bom sentido, porque soubemos ver o risco que a juventude corria e, como pais que somos, conscientes, quisemos obstar a essa avalanche.

VM — Falemos dos contactos entre as Associações e o Ministério. Que tipo de posições foram aí assumidas? Hou-

ve documentos elaborados pelas Associações que marcassem a colaboração que afirmam terem pretendido?

José Formozinho — A posição das Comissões de Pais em relação ao Ministério foram sempre muito claras: elaborámos actas de todas as reuniões, de que entregámos cópia ao Ministério. Todas as posições assumidas ficaram escritas nesses documentos. Problemas houve, e importantes (por exemplo, o decreto de gestão), em que fomos consultados e reconsultados pelo MEIC. Também sobre a questão da colocação de professores, etc.

Curiosamente, foi a pedido do Ministério que saímos da penumbra. Foi no tempo do professor Magalhães Godinho, quando o eng. Protes da Fonseca era secretário de Estado da Administração Escolar e o dr. Rui Grácio, secretário da Orientação Pedagógica. Sentiam a impossibilidade de controlar as escolas e pediram a intervenção da nossa Associação no Liceu D. Dinis. Quinze dias depois, foi pedida a intervenção de todas as associações. Talvez por sermos o elemento mais calmo, mais ponderado, para podermos ouvir os professores e os estudantes. Fizemos aquilo que o MEIC sabia não ser já capaz: acalmar a situação. Estou absolutamente convencido de que se deve à acção das Associações o facto de não se ter fechado o ano lectivo.

VM — Falaram dos riscos que os membros das comissões de pais terão



corrido a determinado momento. Podem concretizar?

Maria Clotilde — Houve riscos, de facto, e alguns de nós sentimo-los, mas não receámos corrê-los. Contudo, outro risco houve que pesou na mobilização para a criação das associações. Como todos sabem, houve, no início da revolução, minorias de determinada cor que se apoderaram dos postos-chave. Como pomos o ensino dos nossos filhos, acima de tudo, não quisemos, deliberadamente, agitar demasiado a criação das associações de pais. Sabíamos que certas minorias tentariam encabeçar a sua formação.

Se o conseguissem, não iriam fazer a defesa intransigente do ensino e da promoção do homem, iriam lançar as Associações no sentido inverso do que pretendíamos. Agora que a situação está acalmada, as pessoas podem julgar e actuar melhor, menos manipuladas. Estamos conscientes de que, hoje, as associações não correm o perigo de ser facilmente avassaladas por certa ideologia. As associações de pais são intransigentemente apolíticas e apartidárias, desenvolvem a sua acção para a defesa dos direitos da pessoa humana. Se se mantiverem agarradas à Declaração Universal dos Direitos do Homem, poderão alcançar os seus objectivos, que são a contribuição para a educação integral dos jovens.

Nuno Santos — Convém esclarecer um ponto: antes do 25 de Abril de 74,

que eu tenha conhecimento, existiam três ou quatro associações de pais em Lisboa com pouca ou nula intervenção na actividade escolar. De repente, e face ao desenrolar dos acontecimentos as associações de pais surgem como elemento activo na comunidade escolar. Isto é: até determinada altura, os pais limitavam-se a preencher papéis, a pagar as propinas e a ir vendo como corriam as coisas. A partir de Abril de 74 os pais apresentam-se nas escolas dispostos a fazer prevalecer os seus direitos de responsáveis legais pelos filhos menores e como contribuintes do erário público. Os professores reagem. Bem-intencionados, uns, outros admito que mal-intencionados, procuram levantar uma barreira à actuação dos pais, considerando-os como fiscais e não como colaboradores. Os alunos que se sentiam completamente à vontade, pressentem (ou são induzidos a pressentir...) qualquer coisa que os pode travar. Daí que, durante todo esse período, as associações tenham tido uma grande prudência, tentando convencer os professores, os alunos, até o próprio MEIC, de que o seu intuito — único — era colaborar para que o ensino não fosse uma bandalheira. Foi todo este conjunto de circunstâncias que fez com que só agora se começasse a falar de nós.

Inicialmente havia uma relutância bastante grande na aceitação das associações de pais nas escolas. Basta refe-

rir que, só para termos uma pequenina sede (e a maioria das associações não a tem), para podermos utilizar o duplicador do liceu, houve problemas gravíssimos e lutas bastante fortes. Mas estou convencido de que hoje, a maioria das associações já se afirmou como instrumento de colaboração e de defesa dos seus filhos.

OS PAIS NÃO ADMITEM SER ESBULHADOS DAS SUAS RESPONSABILIDADES

Penha Coutinho — Quero acrescentar ainda mais: determinados indivíduos deste país, de determinado partido, inseridos no MEIC, pensaram que podiam fazer em Portugal uma experiência à maneira cubana ou soviética. Tentariam apropriar-se dos nossos filhos, roubá-los à família e, desde pequeninos, fazer a sua mentalização dentro da tal ideologia que a Maria Clotilde referiu — o marxismo. Pretenderam fazer um tratamento psicológico à criança, semelhante àquele que se quis fazer com a Mocidade Portuguesa, no tempo da noite fascista, igualzinha à noite gonçalvista. Nós reagimos. Ora, é preciso que isto fique muito claro: nos termos da lei, os pais são responsáveis pelos filhos menores de dezoito anos. Se um filho meu partir uma montra, eu tenho que a pagar; se partir um balão de ensaio no liceu, eu tenho de indemnizar o Estado. Portanto, não admitimos ser esbulhados das responsabilidades e dos nossos legítimos direitos. Não admitimos que as escolas tenham uma orientação ideológica diferente da que a maioria dos pais deste país democraticamente quiser. Se os pais deste país democraticamente quiserem um ensino marxista, pois teremos um ensino marxista. Mas serão os pais todos deste país que terão de dizer, claramente, aquilo que desejam no campo da Educação.

VM — Referiram, por várias vezes, relações entre as associações e o MEIC. Segundo deparei, elas não foram das melhores. Será possível históriá-las?

Nuno Santos — Corremos o risco de simplificar as coisas com o nome de MEIC. O MEIC é um mundo muito grande e dentro do MEIC houve sectores que (não tenho dúvidas em dizê-lo) boicotaram a acção das associações. Por exemplo: uma circular que deveria ter sido enviada às escolas, com um despacho da Secretaria de Estado da

O que são as associações de pais

As associações de pais e encarregados de educação dos alunos dos estabelecimentos de ensino secundário apareceram, sob a forma de comissões de pais, por altura das greves estudantis, em Maio de 1974. Todavia, já antes do movimento militar democrático de 25 de Abril de 1974, existiam em Portugal algumas associações de pais, de conteúdo paternalista, sob a dependência das reitorias e do Ministério. De facto, as formas de organização colectivas dos pais surgem no momento em que a sua constituição se torna possível.

As primeiras associações (comissões de pais) apareceram em Lisboa e no Porto. O processo da sua constituição atendeu, de uma maneira geral, às regras da democraticidade e da representatividade: realização de plenários nas escolas para aprovação de estatutos e eleição de comissões directivas.

Posteriormente, com a publicação da

lei sobre associações, colocou-se o problema da sua legalização. É por esta data, por volta de Junho de 1974, que a primeira associação de pais contactou com o Ministério da Educação e Cultura: a associação do Liceu D. Dinis, em Lisboa. Já havia então contactos horizontais entre associações, que levaram a concluir que os problemas postos em cada escola não eram casos isolados. A verificação desta realidade foi um passo para que o processo associativo ultrapassasse o nível da escola, enquanto tal, para se orientar por uma perspectiva nacional.

Os contactos com o MEC, apresentando cada escola, individualmente, os seus problemas específicos, levavam a que os casos apresentados se repetissem, sem vantagens para nenhuma das partes.

Começaram, por isso, a ser feitas reuniões preparatórias para os encontros no Ministério, decisivas para a coordena-

ção da acção das diversas associações já existentes e para o erguer de uma estrutura nacional. Esta veio a surgir com a formação do Secretariado Nacional, no I Encontro de Pais, realizado em Leiria nos dias 3 e 4 de Abril de 1976. Nesse encontro, a que esteve presente o major Vítor Alves, ministro da Educação e Investigação Científica do VI Governo Provisório, foi aprovada uma declaração de princípios básicos das associações de pais, que contém cinco pontos:

a) — O dever e o direito indeclináveis dos pais e encarregados de educação de orientar a educação dos seus filhos ou educandos, dever e direito esses que não podem ser contestados nem restringidos sem ofensa dos mais elementares princípios consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

b) — O direito de os pais e encarregados de educação serem legalmente representados através de Associações que lhes permitam participar efectivamente na solução dos problemas

pedagógicos, morais e disciplinares dos seus filhos e educandos, para a dignificação do ensino ministrado nos diversos estabelecimentos, em qualquer dos aspectos de qualidade, eficiência, disciplina e respeito pelos valores humanos em geral;

c) — A total independência das associações de pais em relação a quaisquer instituições oficiais ou privadas;

d) — O propósito de exercerem as suas funções com total isenção partidária e religiosa, procurando assegurar que a educação dos seus filhos e educandos se processe segundo as normas do Direito Natural universalmente aceites;

e) — A resolução dos problemas da educação prioritariamente através do diálogo entre os interessados — pais ou encarregados de educação, jovens (que são seus filhos ou educandos), professores (que são seus co-educadores) e autoridades competentes (que estão ao serviço de todos).

ção da acção das diversas associações já existentes e para o erguer de uma estrutura nacional. Esta veio a surgir com a formação do Secretariado Nacional, no I Encontro de Pais, realizado em Leiria nos dias 3 e 4 de Abril de 1976. Nesse encontro, a que esteve presente o major Vítor Alves, ministro da Educação e Investigação Científica do VI Governo Provisório, foi aprovada uma declaração de princípios básicos das associações de pais, que contém cinco pontos:

ses. Com isto, apenas se encobriu artificialmente um problema, para efeitos estatísticos.

VM — E quais as responsabilidades do ministério nesta situação?

José Formosinho — Concretamente? Antes disso, convém dizer que a grande modificação que vi no ministério, depois do 25 de Abril, foi a mudança de nome: primeiro, Ministério da Educação e Cultura, depois, da Educação, e Investigação Científica. Tirando isso, a grande conclusão a tirar é esta: foi um "bluff". Atente na colocação dos pseudo professores, fenómeno que nunca tínhamos visto neste país. Estamos a dois meses de acabar as aulas e faltam professores em todo o País, mesmo admitindo como professores aqueles cavalheiros que, concluindo o sétimo ano liceal, foram postos a dar aulas do mesmo sétimo ano! E acontecem coisas como estas: num determinado liceu, dois indivíduos que, no ano passado, tinham sido colegas no sétimo ano, um deles, honesto, que precisava de ganhar dinheiro, arranjou colocação como contínuo, e aí faz um trabalho muito válido, o outro é professor, aí fazendo um trabalho desonestíssimo. Tudo isto suscita a desconfiança dos alunos para com os professores e determina um início de contestação, aliás muito válida, muito com-

preensível e muito pertinente. Posto isto, pode dizer-se que as relações com o ministério, reportando-me a uma questão posta há pouco, não são quentes. São inúteis. Podemos responsabilizar o ministério por tudo isso? É difícil, quando os ministros dizem que não conseguem fazer cumprir as suas ordens. Exemplo: o Centro de Saúde não avançou este ano, porque um senhor director do IARS se negou a pôr um "concordo" para a nomeação de médicos e enfermeiros. Na sua opinião, o Centro de Saúde Escolar não era de manter, passando toda a actividade possível para o Centro Nacional de Saúde. Outras vezes, as ordens vêm deturpadas, ou aparecem ordens escritas e dadas não se sabe por quem, dentro daquele ministério. Nestas condições, as opções que aparecem serão, no mínimo, insensatas e irresponsáveis. Desde o III Governo Provisório que nem o ministro nem as associações de pais, ninguém consegue fazer valer qualquer coisa. Julgo que foi esta uma das situações que obrigou o prof. Magalhães Godinho a demitir-se. Houve um assalto de incompetências, para não falarmos, também, de questões relativas a cores políticas. A incompetência aliada ao golpismo...

No ensino, hoje em dia, ninguém ensina ninguém. Os bons professores sen-

fazer de economistas, muitos economistas a fazer de demagogos. Não ficaria, portanto, muito mal que os pais — em cujas associações estão advogados, engenheiros, médicos, toda uma gama de técnicos e pessoas avalizadas para dar pareceres — tivessem sido metidos nas comissões de estudos, em vez de serem obrigados a dar pareceres correctivos, de última hora, a alguns dos abortos que saíram do Ministério.

Maria Clotilde — Parece-me importante dizer duas coisas: uma, que há já quem avenge a hipótese de que as reuniões com o MEIC são um ópio para as associações, não se observando resultados concretos. A outra, é que, para a colaboração ser eficiente, seria necessário acordar muitos pais ainda afastados dos problemas educativos. Por outro lado, parece-me ser necessário alertar para certas manobras que estão a ser feitas no sentido de subverter a juventude à acção dos pais. Lembro o caso da FAOJ: o senhor Ministro definiu-a como uma criação do V Governo e pensou que, desse modo, se desquitava do assunto. Ora, foi o VI Governo quem promulgou a lei. A responsabilidade da sua existência pertence-lhe. Se virmos os termos do decreto que a criou, a corrente ideológica que o impregna, notaremos que as Associações Juvenis ficar-lhe-ão subordinadas. A

O ENSINO EM PORTUGAL SOFREU UM RETROCESSO EXTREMAMENTE GRAVE

VM — Variando o tema. Se as vossas críticas ao ministério têm preferencialmente incidido sobre o comportamento dos organismos oficiais, julgo, pois, que a raiz dos problemas estará na situação concreta do ensino em Portugal.

José Antelo — Sobre isso... Bem, as estatísticas neste país têm sido cuidadosamente não publicadas. Mas as estimativas apontam para um crescimento do número de analfabetos, dado que as crianças com escolaridade obrigatória não têm tido aulas. O aumento da falta de escolaridade, segundo estimativas falfveis, ronda os 35 por cento. Trata-se de um retrocesso extremamente grave, em relação ao que tínhamos em 25 de Abril de 74. Por outro lado, se atentarmos no que se passa nas escolas ao nível de programas, constantemente reduzidos, veremos que os retrocessos neste campo são também grandes. O programa do ensino primário dividiu-se em duas fases, para evitar repetições que havia na primeira e segunda clas-

tem-se nitidamente prejudicados pela presença dos "para-quedistas". Enfim, se fizermos as contas às passagens administrativas, se lembrarmos que no I Governo Provisório esteve em discussão a passagem com 4,5 valores, que, por fim, começaram a passar com 5,5 e, posteriormente, as passagens têm sido praticamente administrativas, veja o que podemos pensar.

José Antelo — Mas notam-se sinais de recuperação, ténues embora. Na Direcção-Geral do Ensino Secundário nota-se um esforço muito grande para acertar. Ainda que o tempo de vigência deste director-geral seja muito curto, é dever de justiça assinalarmos que há francos sinais de melhoria nesta Direcção-Geral. Já o mesmo não podemos dizer da Direcção-Geral do Ensino Básico, na qual a resistência foi sempre constante e tenaz.

A JUVENTUDE COMEÇA A REAGIR: O ATAQUE À FAMÍLIA NÃO ESTÁ A SER CONSEGUIDO

Maria Clotilde — A propósito do ensino básico, recordo uma luta numa das nossas reuniões, quando perguntámos porque se iam destruir certas selectas, ao dispor da nossa juventude. Achámos bárbaro, anti pedagógico e reagimos violentamente. Apesar dessa reacção, foi exigido ao Grémio dos Livreiros a destruição de todo o material didáctico para o ensino primário. A justificação era a de que não estava de acordo com os novos programas.

A juventude, felizmente, e ao contrário do que muitos afirmam, começa a tomar posições muito positivas. A juventude sente o dever de defender a cultura que é sua, e reage quando, por exemplo, é subtraído dos programas o ensino da História Pátria. O ataque, propositado, à família não está a ser conseguido e dou os parabéns aos jovens, porque foram eles que descobriram a essencialidade da veiculação família-jovem-futuro. Um povo sem história é um povo morto. Daí, talvez, o nos quererem assassinar, na infância, como nação independente.

VM — E como interpretam as associações as vicissitudes por que vêm passando os programas de ensino? Trata-se de um acidente, digamos assim, ou, a vosso ver, uma parte de uma estratégia definida, com objectivos definidos? Por parte de quem?

Penha Coutinho — A Maria Clotilde

Orientação Pedagógica dizendo que elas deviam de dar um certo apoio às associações de pais (salvo erro era isto), demorou na Direcção Geral do Ensino Secundário oito, dez meses, ou mais. Era, então, director geral o senhor Raul Gomes. Não vou, portanto, culpar o MEIC, mas determinado sector que, neste momento, não estará ainda perfeitamente identificado. Esse sector chegou a ter manifestações públicas contra as associações de pais.

Nas escolas, as coisas dependiam um bocadinho da situação existente cada uma e das forças políticas que nelas actuavam. Pessoalmente, tenho a impressão de que, hoje, as associações começam a ter muito mais aceitação nas escolas do que talvez a nível de cúpulas do Ministério. Já se começa a ver claramente que é válida a actuação das associações de pais. Mas o tal grupo, os tais "pauzinhos nas engrenagens", continuam a tentar gripar o maquinismo.

José Antelo — Pela nossa parte, as relações com o Ministério foram sempre francas, verdadeiras, apesar de, por vezes, rudes. As associações nunca se eximiram de dizer lealmente na cara do MEIC, na pessoa dos vários ministros, na dos secretários de Estado, na dos directores gerais, em português vernáculo, tudo aquilo que tínhamos a dizer. Não terá sido, por exemplo, do agrado do MEIC uma crítica, que de resto nos foi pedida, aos programas do ensino primário. Dissemos que a criança portuguesa era subestimada, que o nível do ensino estava a retrogradar. Também não foi do agrado do MEIC a crítica que fizemos ao sétimo ano de escolaridade. Dissemos que era um diploma ilegal, que se estavam a fazer experiências pedagógicas com 126 mil crianças, que, enfim, se tratava de uma nítida burla. Talvez esta linguagem rude, mas verdadeira, tivesse provocado certas tensões. Mas temos de reconhecer que o MEIC teve sempre o desportivismo de ouvir, com a cara levantada, aquilo que lhe dizíamos.

Penha Coutinho — Só um aditamento, algo que é conveniente que fique bem claro: não somos profissionais da educação, mas propomo-nos dar toda a colaboração na resolução dos problemas existentes no MEIC. Sobre política de ensino, disciplina, segurança, etc. Ressaltemos, porém, que neste país existem, também, muitos militares a fazer de políticos, muitos políticos a

já se referiu a isso e apontou a ideologia predominante actualmente no ensino, em Portugal. Quero só fazer um pequeno aparte, o seguinte: as associações de pais não são, de forma alguma, contra o marxismo. Estou à vontade para falar assim, pois sou um homem de esquerda desde a minha adolescência. Só não sou um homem da esquerda marxista. Temos de começar a compreender, neste país, e em termos políticos, que se pode ser um homem de esquerda sem ser comunista, sem ser marxista, pois estas duas correntes não têm o exclusivo nem o monopólio do esquerdismo, em termos ideológicos. As associações de pais nada têm contra o marxismo. Para nós, o marxismo não é mais do que uma tese feita por um licenciado, Karl Marx, em colaboração com um engenheiro chamado Engels, que tiveram uma visão humana dos problemas económicos. O sr. dr. Karl Marx e o sr. eng. Engels não são deuses nem semideuses, como não foi deus o sr. dr. Salazar, da Universidade de Coimbra, que tinha umas teses de economia baseadas no corporativismo. São vias que nos podem dar uma apreciação da economia e da sociedade, mas existem outras formas de nos apercebermos das realidades objectivas que nos rodeiam. Desejamos é que não haja monopólios ideológicos. Queremos que aos jovens deste país se mostrem determinadas vias que existem, que se façam estudos comparativos. A juventude saberá, depois, mais tarde, qual a via a adoptar. Impingir uma única via é manipular a juventude, embrutecê-la, passar-lhe um atestado de estupidéz. É por sermos profundamente democratas e respeitadores da liberdade humana que lutaremos sempre contra os monopólios ideológicos, sejam da extrema esquerda, da esquerda, do centro, da direita ou da extrema direita. Lutamos pela liberdade e pela dignidade do homem.

VVM — Esse é um aspecto, mas há outro que os pais apontam, no que se refere aos programas: o ataque à instituição que é a família...

Maria Clotilde — Sim, existe um ataque frontal. Há liceus onde nas aulas se ataca a ligação familiar. Concretamente, no liceu de Leiria. Há também outras formas encapotadas de o fazer. Tivemos ocasião de dizer ao secretário de Estado da Orientação Pedagógica que, enquanto neste país a Constituição Po-

lítica reconhecer a família como célula-base da sociedade, nós, os pais, temos o direito e o dever de chamar a nós as directrizes do ensino e da educação que queremos para os nossos filhos.

VM — Voltemos ainda à questão do MEIC. Há pontos a esclarecer. O actual MEIC foi um dos ministérios que, desde o 25 de Abril de 74, mais flutuações sofreram, o que, por si, pode ser elucidativo de muita coisa. Apesar disso, foi um dos ministérios em que as flutuações deram menos nas vistas. Como explicá-lo?

José Formosinho — Ora aí está: o problema é que o Ministério da Educação — e esse é o grande mal — tem sofrido muitas flutuações a nível de cúpulas — ministros e secretários de Estado. E, embora o VI Governo apareça com uma linha política totalmente distinta do III, IV e V governos, mantêm-se todos os operacionais do ministério inamovivelmente nos seus lugares. Disse já ao secretário de Estado e ao próprio ministro que se o MEIC foi assaltado por uma determinada cor política, para manter determinadas actuações, como foram mantidos nos seus lugares todos os elementos que lá se encontram, não sei se desde o I, mas desde o II ou III governos, pelo menos? Como é que uma equipa governamental que diz à nação ter uma outra orientação política pode fazer cumprir essa orientação com uma equipa que não lhe é afectá? Não é sequer segredo que tem havido abusos de competência dentro do MEIC: há quem tenha despachado requerimentos que nem lhes eram dirigidos. Houve, até, o caso de uma Comissão Distrital de Colocação de Professores — suposto que era assim que se chamava — que outra coisa não foi que uma comissão de luta dos professores não qualificados, que se autocolocou, contrariamente ao que estava instituído e legislado. Não acredito na flutuação do ministério. O problema está em que nunca houve remodelações ao nível dos lugares-chave, dos lugares que, na realidade, podem e são decisivos. Se alguns Ministros e secretários de Estado mostraram a melhor das boas vontades a nosso respeito, eles nada puderam fazer. Cito o nome de um secretário de Estado da Administração Escolar, capitão Almeida, pessoa politicamente insuspeita, a quem expusemos montes de

problemas. Procurou reagir, prometeu e pretendeu instaurar processos: no entanto, esses processos desapareceram, foram sub-repticiados ou, então, tiraram-lhes peças importantes. A tal ponto essas manobras que, antes do V Governo desaparecer, ele deixou de ir ao ministério e pediu a demissão. Na realidade, não há nenhum ministro, nenhum secretário de Estado que se possa impor numa máquina daquelas.

Nuno Santos — A engrenagem do Ministério está montada para a defesa de uma certa ideologia. Ninguém, mesmo bem intencionado e muito trabalhador, consegue modificar os objectivos dessa engrenagem. Foi-nos dito que nós, de fora, fazemos mais criticando as coisas que lá se fazem, que os bem intencionados e competentes que estão no interior da engrenagem. Claro que não posso inocentar os ministros de tudo quanto se tem passado — algumas medidas adoptadas, com o maior subjectivismo, contribuíram para o agravar das coisas. Estou a pensar concretamente numa avaliação escolar improvisada, num decreto de gestão que não saiu e caducou em Agosto do ano passado. Muito poderia ter sido evitado no campo do ensino. A manter-se tudo isto, só duas coisas são possíveis: ou o reino da irresponsabilidade e da incompetência, ou a continuação camuflada de uma política que já vem de trás, do tempo de Veiga Simão. Aquele disse a alguém, muito responsável lá dentro, que “quanto pior, melhor”. Penso ser aqui que está a chave do problema.

De resto, a meu ver, o ataque à educação é anterior à revolução. Estão a vir a lume medidas que estavam de certo modo traçadas, planificadas para a educação, no tempo do antigo ministro Veiga Simão. A pessoa responsável no ministério, que citei, mas cujo nome não explicito, demitiu-se quando o ministro Veiga Simão lhe fez aquela afirmação. Ele tinha visto o que estava a preparar-se...

José Formosinho — Não tenhamos dúvida. Tudo isto vem de muito antes do 25 de Abril. Toda a gente dizia que o fascismo em Portugal só podia cair de uma de duas maneiras: por um golpe militar ou por um golpe na educação. Eram dois pontos quentes. O assalto ao Ministério da Educação Nacional começou muito antes de 25 de Abril de 1974. ●



Já no seu "Banquete", Platão nos diz haver um enlace entre a comida e o espírito.

No próprio ensaísmo português, Fidelino Figueiredo ocupou-se desse assunto apreendendo a psicologia dos povos através dos seus hábitos culinários. Também na literatura portuguesa é vasto e saboroso o espaço que a gastronomia nela ocupa.

Lembrando a sabedoria expressa na máxima "diz-me o que comes dir-te-ei quem és" e porque a gastronomia está consagrada na nossa arte e literatura, impõe-se integrá-la nos temas que nestas separatas irão dando a panorâmica da cultura portuguesa.

Deus venha
com a fartura
que a fome
ninguém a atura

Portugal gastronómico

AO estrangeiro que se encontre em Portugal, se é gastrónomo, sobram motivos para se considerar absolutamente feliz. Tem à sua disposição a melhor manteiga e o melhor azeite do mundo, e isso já de si é muito. Tem maravilhosos vinhos, excelentes queijos, café sem rival, velha e superior aguardente. Tem ainda boa carne, óptimo peixe, belos vegetais e soberbos frutos, além de um sol aquecedor, uma temperatura paradisíaca e toda a gama da paisagem, da montanha e do vale, do rio e do oceano, sem que, para gozar tais maravilhas e encantos precise de viagens longas ou grandes dispêndios de tempo e de dinheiro.

Encontra uma deliciosa comida, simples, mas a todos os respeitos superior, e alguns pratos próprios dignos da escolha de um "Careme" ou de um "Vatel". Logo no Minho e Trás-os-Montes, as regiões que confinam com a Galiza e Leão, espanholas, pode comer o caldo da região, que é um maravilhoso prato. Chama-se "caldo verde" e é feito de batata e couve, a couve macia e saborosa do Norte de Portugal, que, quando a não produz, nos dá a uva de que se faz o vinho do Porto, esse néctar que todo mundo conhece, todos que o conhecem o apreciam, o saboreiam, o desejam, e até, fora do país abençoado que produz, o falsificam. Mas o "Pôrto" é como o "Champagne". Só é bom o autêntico, o puro, o verdadeiro.

Nisto de sopas, em Portugal há para todos os gostos e tudo pratos soberbos.

Não há o "consomé" leve, aguado, límpido ou turvo, mas no fundo água tépida. Não há. Há a sopa forte, nutritiva, substancial. Em alguns povos a sopa é a preparação para o jantar. Em Portugal a sopa é já jantar. Entre as melhores pode contar-se a canja de galinha com arroz e miúdos da ave, com uma fêvera de presunto e um ovo desfeito, querendo. Também é óptima a sopa de grelos, a de coentros, e é de uso a sopa de castanha pilada. Mas no Nor-

te, isto é, para cima do Douro, há cousas boas. O bacalhau sueco, que por sinal é norueguês, é comida tam em uso em todo o país que se conhecem mais de 150 maneiras de a cozinhar. No Pôrto, especialmente, faz-se assado no forno, postas de meia mão travessa cobertas de finíssimo azeite, que tem fama. Também o "bacalhau à minhota" e o "bacalhau à Gomes de Sá" constituem outra especialidade.

As carnes do Norte são magníficas, e por isso os enchidos são maravilhosas criações culinárias. O seu presunto de Melgaço, de Chaves e Montalegre, o seu salpicão e o seu fiambre, as suas alheiras à transmontana, especialmente de Bragança, as suas murcelas, todo o fumeiro enfim, os rejões que com batatas novas e salada de fresca alface são um prato digno dos deuses; a sua "dobrada" ou "tripas" à moda do Pôrto, rivais das "tripas" à moda de Caen; no peixe, o salmão e a lampreia do Rio Minho e as saborosíssimas trutas dos seus poéticos rios, o polvo seco, guisado à minhota ou num arroz capaz de ressuscitar os mortos; as tenríssimas hortaliças, vegetais e legumes de criar água na boca, a couve que não tem rival, a castanha, as chalotinhas do Gerrez; o azeite de Mirandela; o mel transmontano, a manteiga de Paredes de Coura e Ancora, as saborosas azeitonas e os deliciosos favos de mel, tudo isso existe a mãos plenas, o Senhor seja louvado.

E o vinho, onde o há melhor no mundo? Vinho do Pôrto, alma e vida, néctar precioso. bebida dos Deuses, maravilha criada pela mão dos homens sob a inspiração directa dos céus, para onde a terra que o dá, em degraus parece subir? ! E o vinho de pasto da Granja, Granjós, Val de Passos e Murta e o verde fresquinho de Monção, Cabeceiras de Basto e Amarante, vinho também sem rival na terra?

E que diversidade de doces! Os doces das romarias do Norte, o pão de ló, as fogaças, as filhozes!

Entre o Douro e o Tejo há uma

região tam rica como pitoresca e não inferior à região nortenha. Temos nela o queijo da serra da Estrela, queijo saboroso e digno dos maiores gastrónomos.

E podemos encontrar em Lamego presuntos e vinho espumoso, em Aveiro ovos moles e mexilhão, em Espinho conservas, em Coimbra lampreias, arrufadas, pastéis de Santa Clara e manjar branco, em Tentugal pastéis, na Bairrada maravilhoso leitão assado, em Peniche e Cascais lagosta e mexilhão sem rival, camarão como o do Pôrto, em Peniche ainda, uma preciosa sopa de congro, na Murtoza carnes de porco, rejões e enchidos soberbos, no Ribatejo a caldeirada de sável, em Viseu os miscalos, o esplêndido azeite em Santarém e Castelo Branco, a excelente manteiga em Sintra e Avanca, sal em Aveiro, e quanta maravilha!

Só em Lisboa quanto prato próprio desta cidade das conquistas!

A RECEITA MAIS ANTIGA DA CULINÁRIA PORTUGUESA

"Dez gemas de ovos e duas de claras e duas colheres de farinha, de prata, tudo muito bem batido em uma tijela nova pequena ou uma sertã mui pequena, e quanto mais alta tanto melhor, meia de manteiga, que ferva rijo; e deem tudo ali por uma albarada de bico em voltas como aletria; e depois que for feito, ponham-no a escorrer em uma jueira, e deem-lhe por cima açúcar clarificado. e mais pisado com canela."

A sopa de carne, a de massa, a de ervas, de grão com espinafres, de coentros, de sardinha, de camarão; o chispe com ervas, as iscas com ou sem elas, o frango de cabidela, os passarinhos fritos, o arroz de coelho, o pato com arroz.

Nos pratos de peixe, o bacalhau cozido com batatas e grão, as sardinhas

assadas com pimentos, a caldeirada à fragateira, as lulas de caldeirada, o peixe espada frito com salada de alface, os filetes de linguado com molho de ostras, os escabeches, a popular "fava rica" matutina e o verpertino "i erre erre mexilhão", as ostras recheadas, o arroz de cabrito à ribatejana, etc.

Se procurarmos frutas, encontraremos desde o figo "de capa róta" do almôço madrugador de Lisboa, aos majestosos pêssegos das Caldas da Rainha e de Colares, à sumptuosa fruta de Alcobaça, aos melões de Vilafranca de Xira, às peras do Fundão; e se buscarmos queijos, veremos os do Rabaçal, Tomar, Alverca, Alcobaça, o cabreiro de Castelo Branco, os de Alcácer, Azeitão e Vila Franca de Xira, os da Quinta da Cardiga, além do agradabilíssimo requeijão.

Como vinhos, os da Beira Baixa, os do Dão, da Raposeira, Bairrada, Aguireira, e, entre os da Extremadura, os de Bucelas, Colares, Serradares, os espumantes da Anadia, os licorosos de Carcavelos.

A outra grande região portuguesa é a que fica ao sul do Tejo e compreende o Alentejo, Algarve e uma parte da Extremadura. É a região das carnes de porco e do queijo do Alentejo, das conservas de peixe e do gaspacho, sem desprimir de muitas cousas boas que

nela existem.

Assim, o "gourmet" tem magníficas ostras no Montijo, em Azeitão queijo, vinho e aguardente moscatéis, em Setúbal salmonetes e laranjas. Região dos enchidos, há magnífico chouriço, paio, paio branco e linguíça de Portalegre, Arraiolos, Elvas e Castelo de Vide; empadas de carne e galinha, à Alentejana, ensopado de borrego ou cabrito (sara-patel), carne de porco frita com amêijoas, papas de milho, lombo assado no espêto, perdiz com arroz, coelho à çaçadora, migas, açorda de carne de porco ou de presunto e chouriço, sopa de ovos à Alentejana, "muxama", atum, amêijoas e percêbes algarvios, o claro vinho da Fuzeta, tudo isto... que mostruário magnífico, onde não falta a amêndoa, o figo do Algarve, a fruta cristalizada de Elvas, as finas e gulosas ameixas de Borba! Que deleites gastronômicos, que prodigiosas descobertas!

Portugal, que tem quâsi todos os vegetais e é indiscriptivelmente rico em peixes, moluscos e crustáceos, tem pratos comuns a tôdas as regiões do país, e os seus cozinheiros sabem confeccionar tôda a sorte de cozinha internacional, sem dificuldades de maior. As suas frutas são inúmeras, possuindo mesmo soberbíssimos ananáses e saborosas bananas que recebe dos Açores e Madeira, sendo seu também o vinho da

Madeira, êsse vinho que o gastrônomo exigente poderá beber na excelência das suas quatro qualidades: a "Sercial, Verdelho, Boal e Malvasia", e que é universalmente conhecido!

Que se pode procurar de bom que Portugal não tenha?

Até em doces êste país é grande. Cada terra da província não terá um prato novo de carne ou uma maneira sua de condimentar um arroz, mas tem com certeza uma receita original de um doce, de um massapão, de uns fios de ovos.

São populares o seu arroz-doce, o seu bôlo-rei, feito pelas festas dos Reis, as suas broas do Natal, (de milho, de espécie e de Castelar), o seu pão de ló de Alfeizerão, de Margaride, de Ovar e de Peniche, tam célebre como as suas rendas. Quem não conhece os seus pastéis de feijão de Tôres Vedras, as suas cavacas das Caldas, as queijadas de Sintra, os fios de ovos de Abrantes, o nógado e os morgados e D. Rodrigues do Algarve, a sua torta de Viana, as frigideiras de Braga, murcelas de Arouca, o seu toucinho do céu, o bom bocado, as barrigas de freira, as fatias douradas, as lampreias de ovos, os sonhos e filhoses, o folar, o doce de chila, os pingos de tocha, o leite creme, os melindres... Seria um nunca acabar de cousas boas, cousas inesquecíveis aos olhos e ao paladar.

A cozinha portuguesa é maravilha. Maravilha completa, porque do aperitivo ao café tudo tem seu, saboroso e farto. Terra onde o excelente azeite e a saborosíssima manteiga servem para tudo, onde ainda há repugnância em usar óleos e gorduras, mesmo entre as classes pobres, como não querem que tudo seja excelente e apetitoso!

Estrangeiro, se Portugal descobriu o mundo e foi em naus de minúscula tonelagem através a vastidão dos mares até à longínqua Índia, à China e ao Japão remotos, porque não vem a tua inteligência e o teu fino paladar de gastrônomo descobrir uma região gastronômica, quâsi virgem, recatada e desconhecida, terra farta, onde tudo é bom, saboroso, convidativo, e onde se desconhecem, como preço, os números astronômicos de algumas terras de fama?

ALBINO FORJAZ DE SAMPAIO

(in "Volúpia - A Nossa Arte: a Gastronomia")



O que se comia na idade média

DÉ uma maneira geral, a alimentação medieval era pobre, se comparada com os padrões modernos. A quantidade supria, quantas vezes, a qualidade. A técnica culinária achava-se ainda numa fase rudimentar e as conquistas da cozinha romana haviam-se perdido. A condimentação obedecia a princípios extremamente simples.

As duas refeições principais do dia eram o jantar e a ceia. Jantava-se, nos fins do século XIV, entre as 10 e as 11 horas da manhã; mas nos séculos anteriores, essa hora teria de recuar para as 8 ou 9. Ceava-se pelas 6 ou 7 horas da tarde. No "Leal Conselheiro", o rei D. Duarte recomenda que decorram sete a oito horas entre as duas refeições e que, jantando-se muito, se ceie pouco, assim como, ceando-se muito, se jante pouco no dia imediato. Como ideal de frugalidade, prescrevia-se a ausência de qualquer outro repasto durante o dia. É de supor, contudo, que o progressivo atraso da hora do jantar tivesse implicado, a partir de certa altura, a necessidade de um "almoço" tomado pouco depois do levantar.

O jantar era a refeição mais forte do dia. O número de pratos servidos andava, em média, pelos três, sem contar sopas, acompanhamentos ou sobremesas. Isto, entenda-se, em relação ao rei, à nobreza e ao alto clero. Entre os menos privilegiados ou os menos ricos, o número de pratos ao jantar podia descer para dois ou até um. À ceia, baixava para dois a média das "iguarrias" tomadas; ou para um, nos casos indicados.

A base da alimentação por excelência era a carne. Ao lado das carnes de matadouro ou carnes gordas — vaca, porco, carneiro, cabrito (na Coimbra do século XII, cotava-se a maior preço a carne de porco e a carne de carneiro gordo, e só depois vinham a vaca e o cabrito; na Évora de 1280, como de 1384, valia a carne de vaca o dobro da do porco e mais do dobro das de carneiro e cabra) — consumia-se largamente caça e criação. O Portugal medievo é

um país de coutadas e de baldios. A caça inclui-se entre as principais distrações do nobre e representa para o vilão fonte importante de subsistência. Em mercado, tabelam-se as carnes de gamo, zebro, cervo, corço, lebre e até urso, entre as gordas; ao lado de uma variedade assombrosa de aves: perdiz, abetarda, gru, pato bravo, cerceta, garça, maçarico, fuselo, sisão, galeirão, calhandra e muitas outras.

A criação não varia muito da de hoje: galinhas, patos, gansos, pombos, faisões, pavões, rolas, coelhos. Note-se apenas a não existência do peru que só veio para a Europa depois do descobrimento da América. Em caça e criação consistia boa parte dos pagamentos (foros, censos e outras prestações várias) que o vilão era obrigado a fazer ao seu senhor. Tamanha abundância destas peças de carne recebia o nobre que uma lei de 1340 lhe proibiu expressamente a compra delas em mercado.

Fabricavam-se enchidos vários, como chouriços e linguças.

A forma mais frequente de cozinhar a carne era assá-la no espeto (assado). Mas servia-se também carne cozida (cozido), carne picada (desfeito), carne estufada (estufado) e carne guisada com refogado (afogado). O badulaque era uma espécie de caldeirada de carneiro que existia ao menos nos séculos XV e XVI(7)

Ao lado do peixe fresco, a Idade Média fez grande uso de peixe seco salgado e defumado. No Norte da Europa, o tráfico de arenque salgado e fumado ocupou muitos barcos e movimentou grandes capitais. Se, em Portugal, a riqueza piscatória e o reduzido "hinterland" justificavam menos o consumo do peixe não fresco, seria não obstante errado julgar da sua inexistência. Na falta de frigoríficos e com um clima pouco frio, o recurso à secagem pelo sol facilitava o transporte do peixe a distância e a possibilidade de armazenagem por períodos longos. É assim que um recibo passado por

D. Afonso III aos seus uchões, em 1279, nos dá a conhecer a entrada na régia ucharia, entre 1257 e 1270, de 7687 pescadas secas (640 dúzias e mais 7), 314 congros secos (26 dúzias e mais 5) 2658 postas (talhos) de baleia e 1656 lampreias secas; tudo resultado de serviços e colheitas de povoações piscatórias. Em Lisboa, defumava-se sardinha para exportar para Sevilha ou Aragão, nos fins do século XIV. Também para Castela se remetiam pescadas

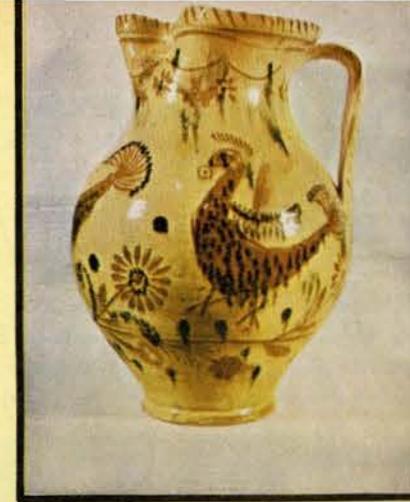


Festim medieval

secas. E sabemos da importação de peixe seco proveniente do Norte da Alemanha.

Não eram especialmente apreciadas as hortaliças e os legumes, pelo menos entre as classes superiores. O povo, esse fazia vasto uso das couves (couve comum, couve-flor, couve murciana, couve tronchuda) e não menos de feijões e favas, amplamente difundidos

no mundo islâmico, que dãos e doutros consumia diversas variedades. As favas, assim como as ervilhas, as lentilhas, o grão de bico e os chicharos, tinham igualmente significado como sucedâneos ou complementos do pão. Quando escasseavam os cereais no Reino, o que passou a ser relativamente frequente a partir dos meados do século XIV, importavam-se muitas vezes favas do estrangeiro para ocorrer à penúria. Os navios bretões demandavam então o Tejo com carregamentos de favas e de outros legumes que iam carregar a portos franceses ou ingleses. Moída para fabrico de farinha, ou simplesmente cozinhada, a fava chegava para matar a fome até ao regresso das boas colheitas.



Os portugueses do interior, sobretudo beirões e transmontanos, não precisavam todavia de recorrer à fava. Bastava-lhes a castanha dos castanheiros

úberes que o solo e o clima favoreciam. Durante metade do ano, comiam castanha em vez de pão. Não consta, porém, que o sucedâneo interessasse ao País todo. Restam escassos testemunhos de um comércio desenvolvido de castanha, das zonas do interior para os centros populosos do Litoral e do Sul.

Brócolos, alfaces, pepinos, rabanetes, rábanos, cogumelos, cenouras, nabos, espargos e outros produtos hortícolas consumiam-se da mesma forma no Portugal medievo.

A.H. DE OLIVEIRA MARQUES
(excerto do Capítulo "A Mesa", in "A Sociedade Medieval Portuguesa")



O PÃO NO RIFONÁRIO PORTUGUÊS

Não há nada como a fome para dar sabor ao pão.
Peneire-me quem quiser, amasse-me quem souber.
Dá-o Deus na eira, tolhe-o Maria na masseira.
Terra negra dá bo pão.
Quem à hora não vier, comerá do que trazer.
Querias um no papo outro no saco?
Ementes dura o Pão da boda, nada falta.
Ementes dura, vida coçura.
Engana meninhos e papa-lo pão.
Deus venha com a fartura que a fome ninguém a atura.
A fome nem tem lei.
Em louvor de S. Marta quem o quiser que o parta.
Chamo-lhe tia pra que dia.
Se não me dá nada, não é minha tia.

(Rifões recolhidos por Antônio Lourenço Fontes, na sua "Etnografia Transmontana-I")



Um banquete real no século VII

Descrição do banquete oferecido por D. João II, nos paços reais de Évora, por ocasião das bodas de seu filho com a princesa castelhana, filha dos reis católicos.

LOGO à terça-feira à noite houve banquete de ceia na sala da madeira em que El-Rei e a Rainha, e o Príncipe e a Princeza comeram, e com elles o duque e o senhor D. Jorge, e Rodrigo de Ilhoa, embaixador, todos em uma grande mesa com muito grandes dorceis de brocado, que tomavam toda a sala atravez, e na primeira mesa da mão direita comia o marquez de Villa Real com as senhoras donas e damas, e na primeira da mão esquerda o Arcebispo de Braga, e o Bispo d'Évora, e Bispos, e condes, e pessoas principaes do conselho, que eram muitos de uma parte e da outra, assim homens como mulheres.

E a mesa d'El-Rei com todos officiaes vestidos de brocados, e servida por moços fidalgos que serviam de tochas e bacios, ricamente vestidos. E as outras mesas todas com trinchantes e officiaes vestidos de ricas sedas e brocados e muí galantes, e assi os moços da camara ordenados a cada mesa, todos vestidos de velludo preto. No qual banquete houve infinitas e diversas iguarias e manjares, e singular concerto e abastança, e muitas e assinadas cerimónias. E quando levavam à mesa d'El-Rei as iguarias principaes e fruite primeira e derradeira, e de beber a elle e à Rainha, e ao Príncipe e Princeza, iam sempre diante dois muitos porteiros de maça, reis de armas, arautos e passavantes, os porteiros môres, quatro mestres salas, o veador e os veadores da fazenda, e detráz de todos o Mordomo-mór e todos iam com os barretes na mão até o estrado, onde faziam suas grandes mesuras, e os veadores da fazenda iam com os barretes na cabeça até o meio da sala e do meio por diante os levavam na mão, e o Mordomo-mór ia sempre coberto até o fazer da mesura, que juntamente fazia e tirava o barrete. E era tamanha ceri-



O banquete oferecido por D. João I ao duque de Lencastre

mónia que durava muito cada vez que iam à mesa.

E o estrondo das trombetas, atambores, charamelas e sacabuxas, e de todos ministros era tamanho que se não ouviam, e isto se fazia cada vez que El-Rei, a Rainha, o Príncipe e a Princeza bebiam, e vinham as primeiras iguarias á mesa; e a copeira era cousa espantosa de vêr.

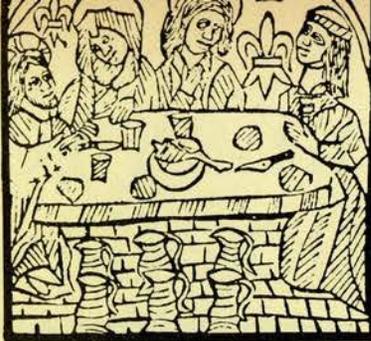
E logo à entrada da mesa veio uma grande carreta dourada, e traziam-na dois grandes bois assados inteiros, com os cornos e mãos e pés dourados, e o carro vinha cheio de muitos carneiros assados inteiros com os cornos dourados, e vinha tudo posto num cadafalso tão baixo com rodetas por fundo d'elle, que não se viam, que os bois pareciam vivos e que andavam.

E diante vinha um moço fidalgo com uma aguilhada na mão, picando os bois, que parecia que andavam e levavam a carreta, e vinha vestido como carreteiro com um pelote um guabão de veludo branco forrado de brocado, e assi a carapuça, que de longe parecia proprio carreteiro, e assi foi offerecer os bois e carneiros à Princeza, e feito o serviço os tornou a virar com sua aguilhada por toda a sala até sahir fóra, e deixou tudo ao povo, que com grande grita e prazer foram espedaçados, e levava cada um quanto mais podia.

E assi vieram juntamente a todas as mesas muitos pavões assados com os rabos inteiros, e os pescoços e cabeça com toda sua pena, que pareceram muito bem por serem muitos, e outras

muitas sortes de aves e caças, manjares e frutas, tudo em muito grande abundância e muita perfeição.

E houve ali uma muito grande representação de um Rei de Guiné, em que vinham tres gigantes espantosos, que pareciam vivos, de mais de quarenta palmos cada um, com ricos vestidos todos pintados d'ouro, que parecia cousa muito rica, e com elles uma mui grande e rica mourisca retorta, em que vinham duzentos homens tintos de negro, muito grandes bailadores, todos cheios de grossas manilhas pelos braços e pernas, douradas, que cuidavam que eram d'ouro, e cheios de cascaveis dourados, e muito bem concertados, cousa mui bem feita e de muito custo por serem tantos, e em que se gastou muita



seda e ouro, e, faziam tamanho ruido com os muitos cascaveis que traziam, que se não ouvia com elles, e assi houve outras representações, e depois da ceia muitas danças e outras muitas festas que quasi toda a noite duraram, cousa certo para vêr”.

GARCIA DE REZENDE
("Chronica d'El-Rei D. João II)

O culto da mesa no Portugal de quinhentos

Culto da mesa, no quinhentismo, no ambiente das grandes casas, atingia proporções espectaculares, sequência lógica da arte de inventar e compor as iguarias. A orgânica de um banquete era de uma responsabilidade extrema. Saber escolher os pratos de cada coberta (ou serviço) onde os guisados e desfeitos se não misturavam com os assados, nem as carnes com as massas, e onde um só género de cozinhados devia intervir, exigia um profissionalismo exemplar. Depois a imaginativa era amiúde chamada a capítulo, no compor das “peças montadas” — assim se diz agora — como aqueles pastelões servidos em Vila Viçosa ao Cardeal Alexandrino, donde, ao levantar-se a tampa de folhado doce, saíram

perdizes a voar, enjoadas, talvez, do penetrante cheiro da canela. Pavões, adens, frangãos, iam também em pé, com os seus mantos de penas, pousar nas toalhas ducais; os pós-pés (pés de porco) recobertos de ovos, açúcar e canela, os polegares de vitela, as torrijas de galinhola e outros cozinhados de categoria cercavam a grande peça da coberta — um carneiro ou cabrito, inteiros, com as cabeças enramadas de coentros verdes — miniaturas galantes do célebre repasto de D. João II, em Évora, quando do casamento do Príncipe D. Afonso.

As chacinhas abundavam. Os portugueses foram sempre muito curiosos de viandas. Nunca faltavam os enchidos. O porco comparecia sempre, com as tripas recheadas de berbigões ou de mexilhão, os lombos lardeados de toucinho, as mãos de “caravonada”, que era um assado na grelha, polvilhado de pão ralado, ou de piverada, que era o que correspondia ao “escabeche” de hoje, os fígados afogados em especiarias, a cabeça feita de “achar” como queijo castelhano, e os chouriços, salpicões e linguças. E o carneiro, a carne mais nobre, por ser a mais cara feito de “pica-toste”, ou em “badulaque” (guisado em miúdos), a vitela, o cabrito, o veado (quando se caçava algum alan-

COME DE TODA A VIANDA

— Come de toda vianda,
não andes nesses entejos;
não sejas tam vindo à banda,
tem-te às voltas cos desejos:
anda por onde o carro anda.
Vês como os mundos são feitos:
somos muitos, tu só és;
por isso, em todos seus jeitos,
um esquerdo antre direitos
parece que anda ao revés.

Polo qual, co meu fardel
fugi das vossas aldeas;
não trago nos beiços mel,
nunca fui cresta-colmeas,
nem posso ser ministrel.
A saudade não se estrece,
mas caiu-me um coração
em sorte, que muito empece:
outro senhor não conhece,
samente a boa razão.

Eu não te digo que faças
quanto ao apetito vem:
não entro tanto nas graças;
mas entendo o “saber bem”
disto que anda pelas praças.
Porque o tempo faz abalo,
e somos em forte ensejo,
inda alevanto outro valo:
que nos doentes não falo,
os quais mata o seu desejo.

SÁ DE MIRANDA
(de “Écloga Basto”)

Prato das antigas oficinas populares de Coimbra



ceado na Tapada) davam-se à ciência e à arte dos cozinheiros ducais.

Tordos, perdizes e perdigões, galinholas, lebres, coelhos, toda a alimária do mato, eram comidas comuns, como as aves de capoeira, desde o “Galus Indicus”, às galinhas, aos pombos, aos frangos que abundavam na antiga Horta do Reguengo, e aos patos que nadavam serenamente nos lagos do palácio.

Todo o peixe, que agora vem aos nossos frugais repastos, salvo a sardinha e o carapau, o cachucho, e o chicharro, o polvo e as lulas, talvez por se julgarem de casta inferior, entravam nas ementas quinhentistas em paços e solares. Do bacalhau não acho vestígios, a não ser que se identifique com o muito citado “pescado seco”.

Os conventos: sacrários da doçaria

Os conventos foram os sacrários da doçaria, principalmente os conventos de freiras. O doce nunca se quis em mãos de homens e assim já o entendeu o venturoso rei D. Manuel I.

Não queremos com isto dizer que os frades não tivessem igualmente os seus pitéus, de açúcar, maravilhosos.

Almeida Garrett diz-nos lastimosamente:

"... Reverendo prior dos Grilos, a quem Deus perdõe não ter deixado na sua cela, quando fugiu, nem uma caixa de doce..." A lástima devia ser motivada não apenas pela fraqueza em que se encontrava no momento, mas talvez principalmente pelo regalo que, a especialidade, lhe proporcionaria. É porque os frades possuíam segredos de guloseimas excelentes com que se deliciavam e deleitavam aqueles que tinham a ventura de ver abrir-se-lhes a portaria.

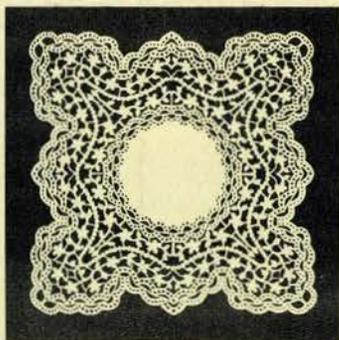
Os conventos davam-nos toda essa caterva de doces sem arremedo de que as receitas eram pródigas.

As "capelas de abóbora", as "fatias", os "ladrilhos", as "tigelinhas", os "pastéis de Santa Clara", os "cuscus doces", as "roscas doces", o "arroz de leite", as "murcelas doces", o "leite-crespo", os "pelícios de confeitos" eram servidos em dias especiais para gozo do paladar e conforto do estômago.

Porém nem só os da casa gozavam as cozinhas conventuais.

Os monjes ou monjas tinham as suas dádivas obrigatórias e assim, em certas épocas, era interessante ver a criadagem dos mosteiros azafamada no transporte dos tabuleiros guarnecidos, na missão de dar cumprimento à etiqueta conventual.

"... Também no dia da festa de Santo Inácio, diz-nos o autor das "Anedotas do Ministério do Marquês de Pombal", era estilo mandarem estes padres um prato de arroz a cada príncipe e princeza: eles fizeram o seu pequeno presente como costumavam, mas, por mandado de Carvalho, não lhes foram aceites: só o infante D. Manuel pode



recebê-lo com a sua ordinária bondade, porque não assistia no paço."

Como se vê todos eles possuíam as suas especialidades, as suas receitas particulares, o segredo do "modus faciendi" de certas delícias.

Os gastos dos açucarados dos conventos fizeram-se sempre em grande escala sob qualquer pretexto.

A qualidade era a tentação!... Parece que esta gente conhecia bem a fundo o conceito filosófico de J.J. Rousseau que nos diz que "l'homme se mène avec des gateaux".

No convento de Avé-Maria, no Porto, fabricava-se o doce de "peras, ameixas, laranjas, damascos e figos", que era vendido em caixas adornadas; no de Ferreira, próximo de Viseu, os célebres "doces de ovos" postos à venda em caixas maravilhosamente preparadas; nos conventos de Santa Clara do Porto, os "pasteis folhados, palitos e manjares"; no de Vila do Conde os "sonhos, suplícios, meias-luas, beijos de freira e rebuçados"; nos de Guimarães as "tortas de frutas, o arroz-doce, broinhas de amêndoa e canela, roscas doces, roscas de natas e masapão rosado"; no de Évora os "alfitetes"; no do Funchal, ilha da Madeira, tinham nomeada os "rebuçados e os cordeiros de ovos", pelo São João. No antigo convento de Almoester fabricavam-se os "bolos secos"; no convento de S. Tiago, de Viana do Castelo, as "meias luas"; no convento dos Remédios, em Braga, as "viúvas"; no convento de Santa Clara, de Santarém, os "celes-

tes". As religiosas do Mosteiro de Celas, denominado de Santa Maria de Celas, de Guimarães, e que pertenciam à ordem de S. Bernardo, empregavam-se no fabrico do "manjar branco".

As monjas de Semide tinham a nabada; no Recolhimento do Ferro, no Porto, hoje recolhimento de N.S. do Patrocínio, vendia-se "marmelada" e "doce de chila".

Os frades beneditinos do mosteiro do Bustelo tinham o "manjar branco" e os "pêcegos cristalizados". As Trinas de Campolide a "marmelada" e os "bolos secos".

As freiras de Odivelas os "esquecidos", as "raivas" e os "suspiros". As Dominicãs de Guimarães, os "suplícios", as Franciscanas o "arroz-doce".

Porém os doces davam, algumas vezes, às pobres monjas momentos verdadeiramente amargos. As formigas eram a sua maior tortura e apoquentadas com os ataques cerrados dos pequeninos insectos apelavam com aflitivo fervor pelo auxílio dos santos. Assim as freiras do convento do Carmo, de Guimarães, costumavam pôr na porta do armário, onde arcaçavam o doce, um papel com o seguinte leiteiro:

"Em louvor de S. Bento que não venham as formigas cá dentro"

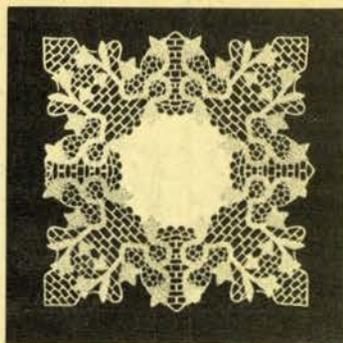
Era o bastante.

... Cozinhas conventuais, sois como uma visão patética nesta época chilra da vida portuguesa em que se finge que se come e se come mal.

Para que serve hoje, se não para atormentar, a mesa da cozinha do convento de Arouca com os seus oito metros quadrados, numa única peça de pedra.

Esse enorme bloco é um monumento que os frades ergueram aos deuses da abastança, escárnio desta magreza presente da nossa sociedade, em que o dinheiro abunda e abundam as mixórdias com grande gáudio dos médicos especialistas...

Havia cozinhas monacais que causavam verdadeiro assombro.



Lorde Beckford diz, referindo-se a Alcobaça: “Meus olhos nunca observaram em convento algum modesto da França, da Itália ou da Alemanha, um tão grande espaço dedicado a operações culinárias”, e chamava-lhe “o mais famoso templo da glotonice em toda a Europa.”

EMANUEL RIBEIRO
(in “O Doce Nunca Amargou”)

Lisboa do século XIX

“Sucediã-se os serviços. Era um nunca acabar.

Alguns estúrdios da época (que os teve e em notável abundância) apostaram um dia em como haviam de esgotar a côpa do nobre e generoso titular. Puseram mãos à obra. Satisfeita a voracidade dos convivas, parecia ainda que a ceia estava no princípio.

O serviço renovava-se, os doces e os vinhos multiplicavam-se.

Que fazer então?

Uma ideia selvagem acudiu à mente dos boémios e as bandejas de bolos começaram a ser despejadas pelas janelas.

Cá em baixo a turba esfaimada atropelava-se, digladiando os pitéus caídos das sacadas iluminadas. Cearam ao ar livre os bolieiros das seges, tudo comeu, tudo estragou e a côpa continuava a vomitar provisões a ponto dos estúrdios desistirem da selvagem tentativa e de perderem a aposta”.

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA
(in “Lisboa Depois do Terramoto”, Vol. III)

CARTA DE AGRADECIMENTO

De alguns pratos que despertaram ao poeta a vontade de comer

Senhor, a dada perdiz,
acerejada e fresquinha,
veio emendar os estragos
da enjoativa galinha.

Esta áve é sempre odiosa
a melancólicos dentes;
faz lembrar últimos caldos
de já perdidos doentes;

E, além disto, um cruzado
fugido do mealheiro:
este meu mortal fastio
custou rios de dinheiro;

Mas da vossa lauta mesa
bocados medicinais
foram tão bem aplicados,
que me curaram demais.

Venceu vosso cozinheiro
o tal fastio cruel.
Meu estômago já pede
meças com Frei Manuel.

Mas, senhor, vossa piedade
vai ser-vos um dom fatal;
quisestes fazer um bem
que redundava em vosso mal:

Fizestes nascer a fome,
e a fome pede mantença;
se a deixais entregue a mim,
pode morrer à nascença.

A vossa filha amparai:
Não é de peitos honrados
pôr as suas criaturas
na roda dos engeitados.

Em soando as duas horas,
Sabei que esta cara minha
tem longos, ávidos olhos
fitos na vossa cozinha.

Eu não vou, porque inda fraco,
indo arrostar ar delgado,
antes de matar a fome,
morreria constipado.

NICOLAU TOLENTINO

◀ Vendedores de caça, dobrada e queijos do século XVIII e XIX



Concebidas e escritas pelos próprios

Três receitas de escritores



**BATATAS À
RAMALHO ORTIGÃO**

"Apercebo-me, mandando vir de Cintra a manteiga mais fresca, e compro as melhores batatas que encontro. Depois d'isto vou para a cosinha e sento-me á banca das operações. Descasco as batatas cruas, aparo-as escrupulosamente e parto-as em fatias de meio dedo de grossura. Em cima do lume, muito brando, quasi de um rescaldo, colloco a minha frigideira de porcellana, lanço-lhe um bocadinho de manteiga e vou aloirando pouco a pouco, branda e successivamente, as minhas rodellas. É uma operação para que se não quer pressa, mas dedicação, mimo e paciencia. — Depois de meio fritas as batatas, vou-as retirando e pondo á janella, ao ar. Terminado este primeiro serviço, faço atear uma forte fogueira e reponho ao lume a frigideira com um grande naco de manteiga. Quando esta, derretida, principia a saltar em bolhas de fervura, lanço-lhe outra vez as batatas, que a esse tempo devem estar já frias. As batatas, afogadas na manteiga em ebullicão, empolam então prompta, rapida, portentosamente, e cada uma das rodellas toma logo uma forma espherica. É admirável, é quasi miraculoso o resultado d'este processo. A batata fica fofa, amanteigada, farinhenta, inchada, leve e molle como uma filhó ou como um sonho!"



**ARROZ DE PERDIZES
À FIALHO DE ALMEIDA**

Tomarei quatro perdizes sem penas e bem limpas, cabeças fóra, e as cavidades do ventre e torax vazias e levadas a primor. Emquanto fervem n'um pannelo com agua e uma ou duas cebolinhas inteiras, descascadas, preparo na taboa dos bifes um picado de linguiça fresca ou presunto, muita cebola, um alho, salsa e alguma pequena pitada de pimenta, a que adicionarei os meudos das aves, picados, e mesmo outros de gallinhas e patos que haja á mão, sacrificados para outros pratos do jantar. Calculo que o picado, que deve ser saboroso e provado muitas vezes, tenha o pezo das perdizes, e ajuntar-lhe-ei o dobro do seu peso de tomates sem pelle, bem limpos e aos bocados.

Ponho toda esta mistura em caçarolla, e refogal-a-hei com gordos de presunto ou manteiga de vacca, segundo as predilecções do fazedor.

Quando o refogado rescende e está homoganeo, addiciono uma chavena grande de vinho tinto, generoso se houver, de pasto bom, ou Carcavellos, ou qualquer outro forte e perfumado.

Ponho-me então a aspirar, por cima da caçarolla, a minha obra, até sentir que o perfume livre do alcool pouco a pouco se multiplicou pelo do guizado, fundindo-se com elle na symphonia na-

sal d'onde resulta crear-se-me na bocca um chafariz de saliva — o que é signal do molho estar, como a Republica, uno e indivisivel, e d'eu lhe poder deitar para dentro as perdizes em meia cosedura, partidas em cruz nitidamente, em termos de ficarem os nacos bonitos, e se poderem servir sem o ar de já terem sido enxovalhados n'outras refeições.

Dentro do refogado, pois, tenho as perdizes, e addicionarei a agua da fervura, sem as cebolas, porém, que lá tinha introduzido.

Assim ferverão na caçarolla as aves, para que os perfumes do molho as trespassem e embebam muito bem — e quando as sentirem passadas e mui tenras, tiro para um prato os nacos todos, e addiciono ao molho arroz lavado e muito puro, na razão de cabalmente servir 4 pessoas.

A seu turno, á proporção que o molho secca e densifica, se vae o arroz embebendo e cozendo a ponto comestivel, e como já não corra e tenda a



fazer bola, cravo-lhe os pedaços da per-
diz dentro da massa, e com alguns ra-
mos de salsa por cima os amortalho e
levo à estufa do fogão para tostar.

LEBRE À BULHÃO PATO

“Esfolle-se a lebre, esfregue-se com
pimentão e sal; metta-se na vasilha on-
de deve de estar aproveitado o sangue.
Vinagre forte e de bom vinho; rodas de
cebolla, alguns dentes d’alho, poucos;
uma folha de loiro. Como estamos no
monte, ha de haver um pedacito de
chão tratado de horta, e na horta um
canteirinho de salsa. Se a encosta pro-
xima fôr de matto jardim, lá ha de
estar o aromatico tomilho. Venham
também uns raminhos de salsa e um
tudo-nada de tomilho. — Passadas doze
horas (se forem vinte e quatro não
perde) envolva-se a lebre em pranchas
finas de bom toucinho. Espeto com
ella. De quando em quando, constipa-
da à corrente do ar: a espaços borri-
fada com a “vinha” e se, á falta de
sercial ou malvasia algum companheiro
previdente tiver trazido uma garrafa de
“fine de champagne”, para cortar a
água por causa das sezões, minutos
antes de vir para a meza borri-fa-se a lebre
com um copito de cognac. — Quente, é
um assado optimo; e frio, um fiambre
primoroso”.

Eça de Queirós

A ceia à portuguesa

NA sala do Gago, ao cimo da es-
cada esguia e íngreme que subia
da taberna, a um canto da comprida
mesa alumada por dois candeeiros de
petróleo, a ceia foi muito alegre, muito
saboreada. Gonçalo, que se declarava
miraculosamente curado pelo passeio
até aos Bravais e pelas emoções do
voltarete, em que ganhara dezanove
tostões ao Manuel Duarte — começou
por uma pratada de ovos com chouri-



ço, devorou metade da tainha, devas-
tou o seu “frango de doente”, clareou
o prato da salada de pepino, findou
por um montão de ladrilhos de marme-
lada: e através deste nobre trabalho,
sem que a fina brancura da sua pele se
afogueasse, esvaziou uma caneca vidra-
da de Alvaralhão, porque logo ao pri-
meiro trago, e com desgosto do “Ti-
tó”, amaldiçoara o vinho novo do aba-
de. À sobremesa apareceu o Videiri-

nha, “o Videirinha do violão”, tocador
afamado de Vila-Clara, ajudante de far-
mácia, e poeta com versos de amor e
de patriotismo já impressos no “Inde-
pendente de Oliveira”. Jantara nessa
tarde, com o violão, em casa do co-
mendador Barros, que celebrava o ani-
versário da sua comenda: e só aceitou
um copo de Alvaralhão em que esma-
gou um ladrilho de marmelada “para
adocicar a goela”. Depois, à meia-noi-
te, Gonçalo obrigou o Gago a espertar
o lume, ferver um café “muito forte,
um café terrível, Gago amigo!, um café
capaz de abrir talento no senhor co-
mendador Barros!” Era essa a hora di-
vina do violão e do “fadinho”. E já o
Videirinha recuara para a sombra da
sala, pigarreando, afinando os bordões,
pousado com melancolia à borda de
um banco alto.

— A “Soledad”, Videirinha! — pe-
diu o bom “Titó”, pensativo, enrolan-
do um grosso cigarro.

Videirinha gemeu deliciosamente a
“Soledad”:

*Quando fores ao cemitério
Ai Soledad, Soledad!...*

Depois, apenas ele findou, aclama-
do, e enquanto acertava as cravelhas, o
Fidalgo da Torre e João Gouveia, com
os cotovelos na mesa, os charutos fu-
megando conversaram sobre essa venda
de Lourenço Marques aos ingleses, pre-
parada sorrateiramente (conforme cla-
mavam, arrepiados de horror, os jor-
nais da Oposição) pelo Governo do
S. Fulgêncio.

EÇA DE QUEIRÓS
(in “A Ilustre Casa de Ramires”)

FIALHO

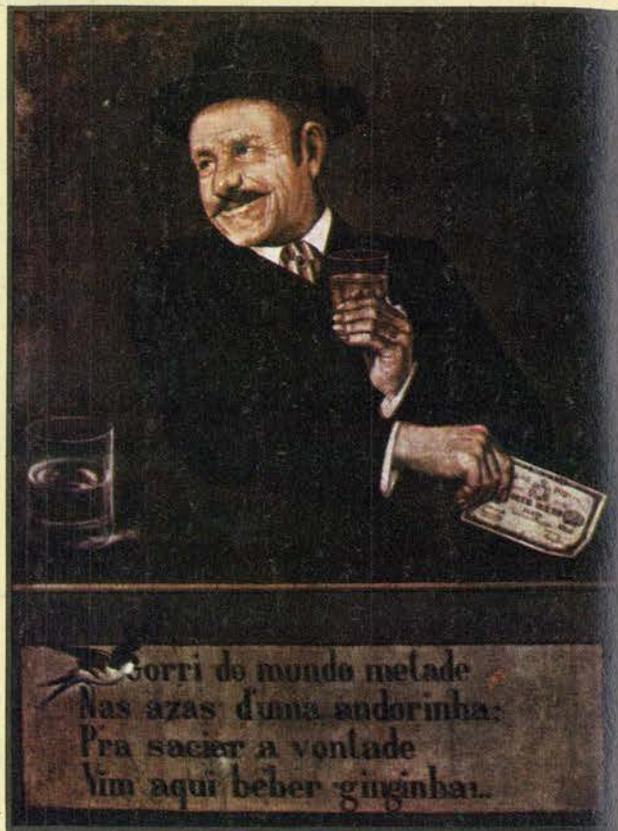
mestre gastrônomo

PARA se avaliar do grau de civilização da nossa cozinha, basta dizer que considerando os alimentos cruz, tal como os ingerem os selvagens bestiaes da Polynesia, e algumas espécies d'índios da América do Sul, como primeiro stadio duma escala destinada a indicar a cultura do homem, sob o ponto de vista da alimentação, nós estávamos ha dois seculos já na "idade dos guizados", emquanto o grosseiro inglez permanece ainda nas carnes sangrentas, reminiscência dos períodos antropophagos, e o ardiloso francez nas massas e picados, isto é, nos jantares em pilulas, cujo ultimo resultado é nada menos que a supressão do paladar.

Verdade seja que tivemos mestres excellentes, herdando por exemplo do árabe a caçarola e a arte de fritar e refogar, o que foi muito, e que as descobertas não nos serviram só p'ra dar vasante ao espírito batalhador e às más inclinações dos fidalgos fadistas que se arruinavam na metropole, senão d'ellas auferimos, com as especiarias do Oriente, os picantes do Brazil, e a arte de doçar dos paizes gulosos, a Turquia, a Índia, e os sultanatos mouros da orla d'Africa, subsidios culinarios, condutos, mimos, receitas, que muito cedo nos fizeram tomar a dianteira dos povos gastrônomos. Assim também não há povo que se gabe de tamanha porção de pratos nacionaes."

O que é um prato nacional? Uma composição culinária rebelde à "escripta" dos manuaes, característica, infundível, incapaz de se exprimir em quantidade d'ingredientes, fracções de tempo, e acção rapida ou lenta do frio, do calor, da água, do gelo, do uso da peneira, do passador, da faca ou da colher. Transmite-se por tradição: os estrangeiros não sabem confeccionar-o, mesmo naturalizados: tendo chegado até nós por processos lentos, e contraprovas de biliões d'experimentadores, sucessivamente interessados em o fixar na sua forma irreprehensível, resulta ser elle sempre uma coisa eminentemente sapida e sadia. Isto o distingue

Ornamento do Botequim da Ginginha das Portas de Santo Antão — pintura a óleo de Mascaro



dos pratos "compostos", quero dizer d'aquellas mixordias de comestiveis e temperos, doseados a poder de balança, exclusivamente scientificas, nada intuitivas, e meramente inventadas, com que os cosinheiros litterarios encham paginas e paginas dos seus tratados de cosinha. O prato nacional é como o romanceiro nacional, um producto do genio collectivo; ninguém o inventou e inventaram-no todos; vem-se ao mundo chorando por elle, e quando se deixa a patria, lá longe, antes do pae e da mãe, é a primeira coisa que lembra.

O nacionalismo culinário de Ramalho

Na antiga e honrada hospedaria do Moreira, no Cercal, a meio caminho das Caldas, servem, por encommenda, às duas horas da tarde, o melhor d'esses simples e succulentos jantares portuguezes cuja tradição tanto se tem obliterado pela importação imprudente de vis e apelintrados "menus" de

Paris, compostos dos mais glóriosos nomes da história de França, tão imprudentemente adaptados à cozinha portugueza por um dos mais lastimaveis efeitos de livre-cambisinfo applicado à culinaria.

O restaurante do Cercal é talvez o unico em todo o paiz que ainda conserva inviolavel o segredo glorioso da nossa antiga canja de gallinha — criação de arte composita, como podemos ver chamar ao estylo manuelino, e, como elle, derivada da inspiração asiatica trazida da India pelos nossos descobridores e combinada no velho mundo pelos nossos artifices com a tradição gothica do presunto de fumeiro e do paio de lombo com colorau.

"A canja portugueza, ou antes, infelizmente — para que o digamos com mais exacção geographica — a canja do Cercal, é para a nossa cozinha um puro monumento historico, tão importante no seu genero como a custodia de Gil Vicente, ou como a biblia dos Jeronymos. Não ha remedio para a conhecer senão fazer uma viagem de cinco legoas em caleça por uma esburacada e poeiranta estrada velha, como para ver a Batalha. Mas vale a pena.

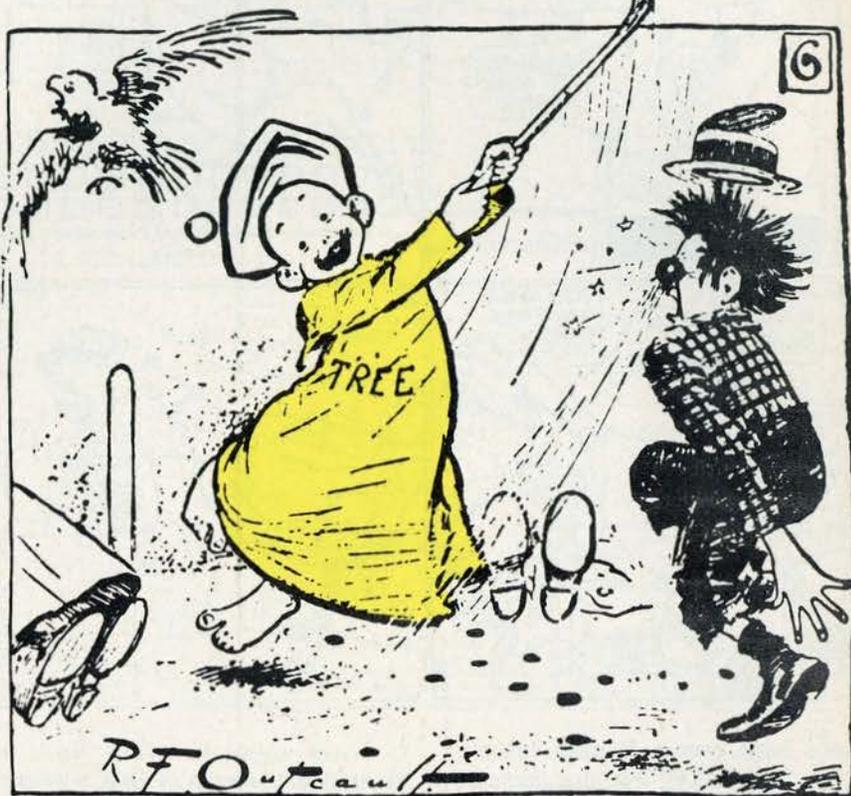
RAMALHO ORTIGÃO

NEW YORK JOURNAL, SUNDAY, OCTOBER 24, 1897.

THE YELLOW KID TAKES A HAND AT GOLF.



O "miúdo amarelo" foi jogar golfe. O desenho é do "New York Journal" de 24 de Outubro de 1897



Os livros mais lidos, actualmente, em todo o mundo, têm poucas palavras e muitos desenhos: são as chamadas "histórias em quadradinhos". A maioria das pessoas julga que são um fruto dos nossos dias, mas não é verdade: os "quadradinhos" têm uma longa história quase centenária — que pela primeira vez pode ser apreciada em conjunto, no nosso país, graças a uma exposição que estará patente, no Centro Cultural Americano de Lisboa, até ao dia 28.

Introduzida entre nós com a designação genérica — e um tanto em sentido depreciativo — de "literatura para crianças", a banda desenhada foi, contra todas as marés (vivas) que se lhe

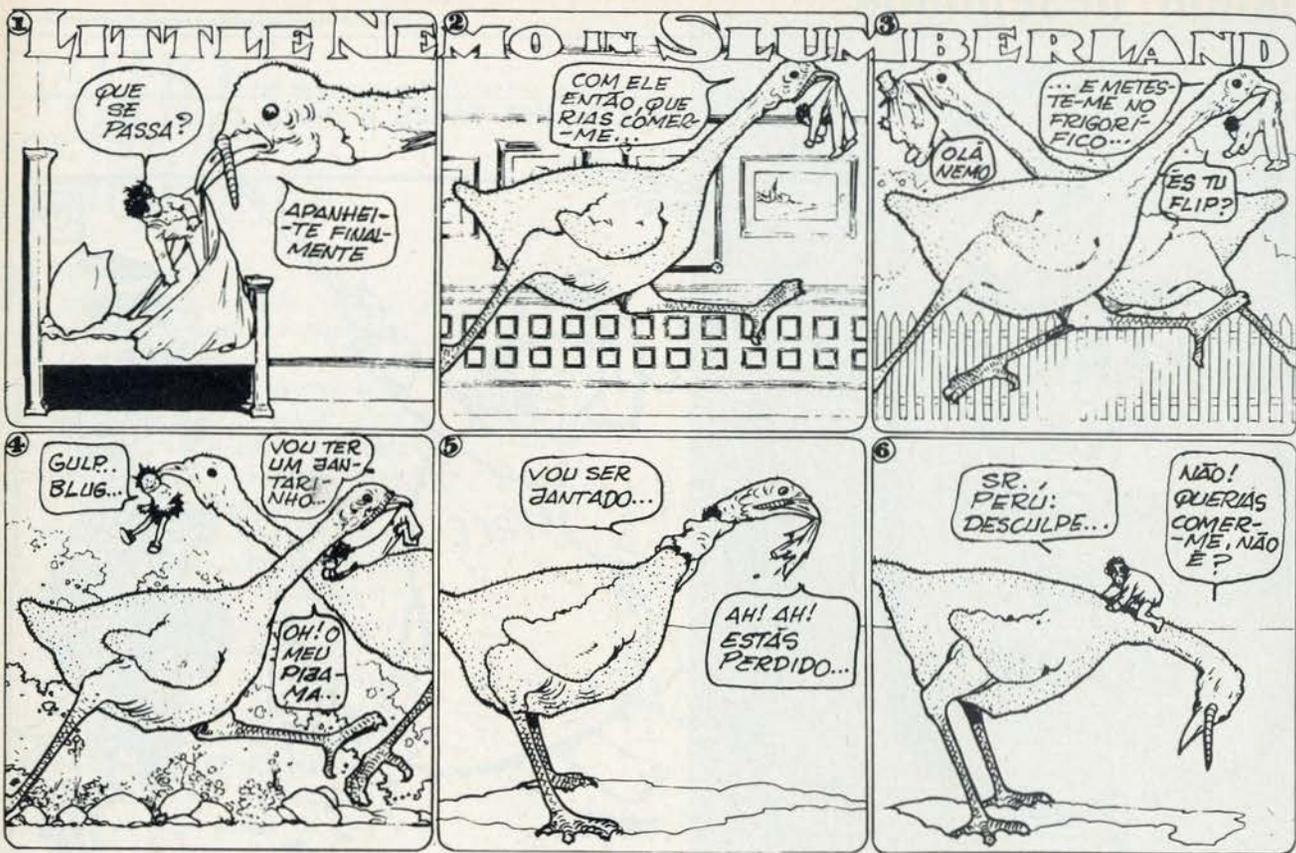
opunham, conquistando o seu lugar ao sol, até atingir o ponto de "inflação" de publicações que hoje conhecemos. Foi um longo caminho, com altos e baixos de qualidade, acompanhando

de perto, embora timidamente, a corrente mundial, predominantemente a que chegava do feudo absoluto dos "comics", os Estados Unidos.

A primeira banda desenhada data de 16 de Fevereiro de 1896, em três quartos de página do "New York World": chamava-se "A grande exposição canina na Avenida M'Googan" — e, nela, "The Yellow Kid" fazia a sua primeira e explosiva aparição, enfiado

Tarzan", de Burne Hogarth: o clássico das bandas desenhadas





numa longa camisa de noite amarela. O "Yellow Kid" era uma figura de miúdo desdentado, com orelhas de abano, vestido com uma folgada camisa de dormir. Mas qual a razão do amarelo da camisa?

Joseph Pulitzer tinha comprado, em 1893, uma impressora rotativa de quatro cores para o suplemento dominical do "New York World". Na impressão do suplemento, o colorido era sempre um desastre, porque, sistematicamente, uma das cores ficava esborrada: o amarelo. O chefe da secção de gravura, Charles Saalburgh, inventara um processo de secagem das tintas, usando sebo.

Precisando de um espaço para experimentar a sua descoberta, utilizou um grande desenho de Richard Outcault: a camisa de noite do miúdo que aparece na parte inferior do desenho é pintada

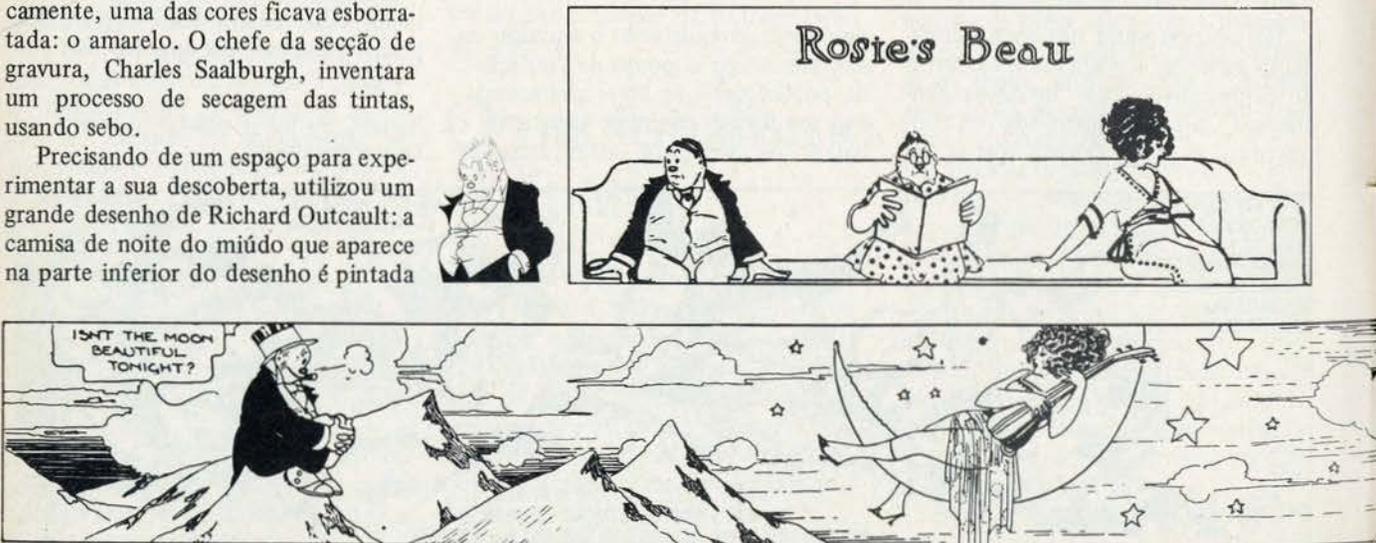
O mundo surreal de "Little Nemo in Slumberland" (desenho de 1908, publicado no "New York Herald")

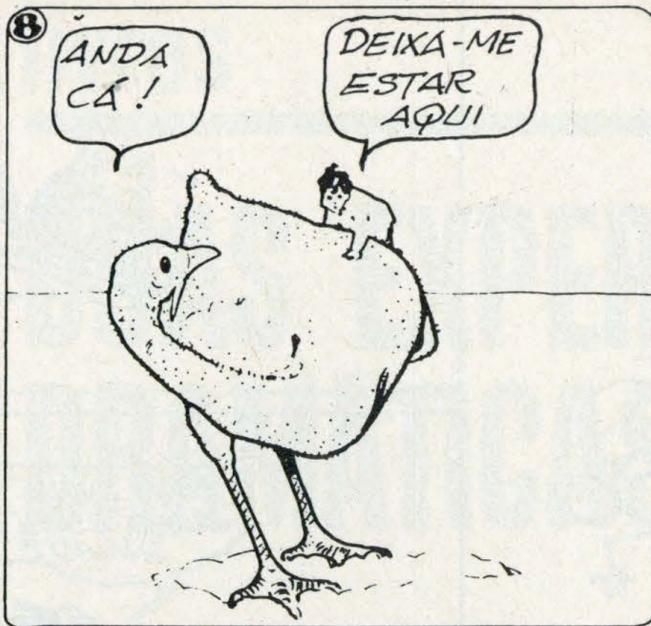
de amarelo e o quadro tem um sucesso espantoso. Estava lançado o "Yellow Kid" (Miúdo Amarelo).

OS GRANDES MESTRES DA ANTIGUIDADE

A exploração deste novo filão pelos magnates da Imprensa americana da época (Pulitzer e Hearst, principalmente), desencadeou uma verdadeira guerra de pantomina e levou ao apareci-

"Art nouveau" em banda desenhada





mento de uma nova frase: o “yellow journalism” – o “jornalismo amarelo”, em homenagem à camisa de noite amarela do pequeno personagem que estava na origem de tudo.

Após “Yellow Kid” entrar em declínio, em 1897, outras figuras conquistam sucessivamente a simpatia do público: “The Katzenjammer Kids”, de H.H. Knerr, mais tarde aproveitados por Rudolph Dirks (após um movimentado processo judicial sobre direi-

tos de autor) na sua série “Os Sobrinhos do Capitão”, ainda hoje publicada.

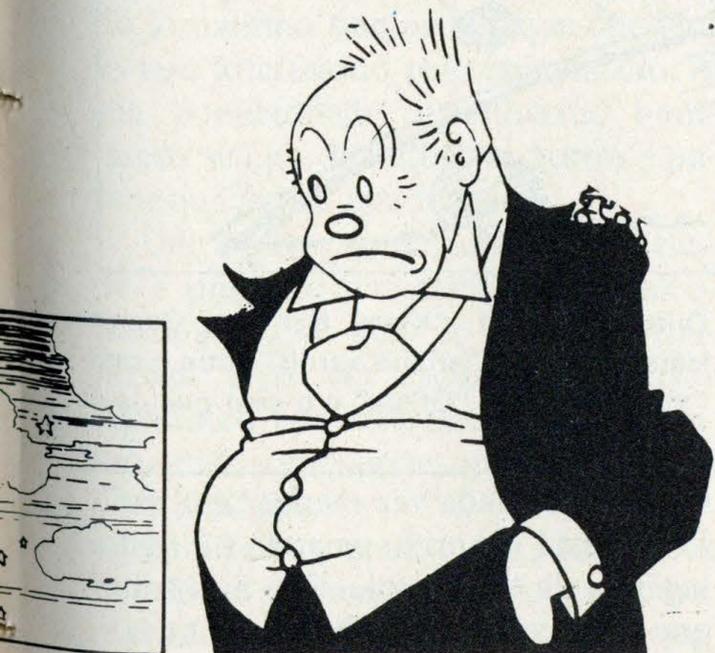
Noutro género, e dentro da corrente “Art Nouveau” que então dominava o mundo da arte, Winsor McCay lança, em 1905, “Little Nemo in Slumberland”, em que apresentava as aventuras vividas em sonhos por uma criança. Os desenhos de McCay, por uma distorção das proporções, eram uma ilustração do fantástico que então se desenvolvia na literatura: seres fantásticos, surreais, que exercem como que uma vingança punitiva sobre o mundo real em que são as vítimas.

Outra figura de destaque na primitiva banda desenhada foi George McManus, que, como muitos outros artistas de sucesso, foi “roubado” por Hearst ao “New York World” de Pulitzer. Depois de ter tentado vários estilos, chega a “Blondie” (o protótipo do casal pequeno burguês: marido bonacheirão e gorducho, mulher loira e bonita, sempre senhora da situação). Em 1913 inicia uma série de sucesso, tendo como figuras principais um casal irlandês, em que o homem (Jiggs) vive sempre aterrorizado pela mulher (Maggie). As figu-

ras sobreviveram à morte do seu autor, em 1954, e até muito recentemente, os jornais continuavam a publicar a figura gorducha de Jiggs, com o charuto entalado entre os dentes e o cabelo eriçado, continuamente descomposto pela horrenda Maggie.

George Herriman é o percurso da banda desenhada “intelectual”. A sua série “Krazy Kat”, com uma linguagem muito própria, irritante mesmo, idiota, teve um sucesso estrondoso. Tratava-se de um “affaire a trois”, entre um cão, um gato e um rato, que evoluem no cenário quase surrealista do Coconino County, em que as cores são as mais variadas e se vão modificando de quadro para quadro. Apesar do êxito da série, não se conseguiu, após a morte do seu criador, em 1944, encontrar um artista que lhe desse continuidade.

No pólo oposto da imagem estilizada de “Krazy Kat”, encontramos o “Tarzan” de Burne Hogarth, produzido entre 1936 e 1950. Os poderosos desenhos de Hogarth inserem-se em composições perfeitamente clássicas (que acompanham, aliás, o classicismo da narrativa), em que a solução de





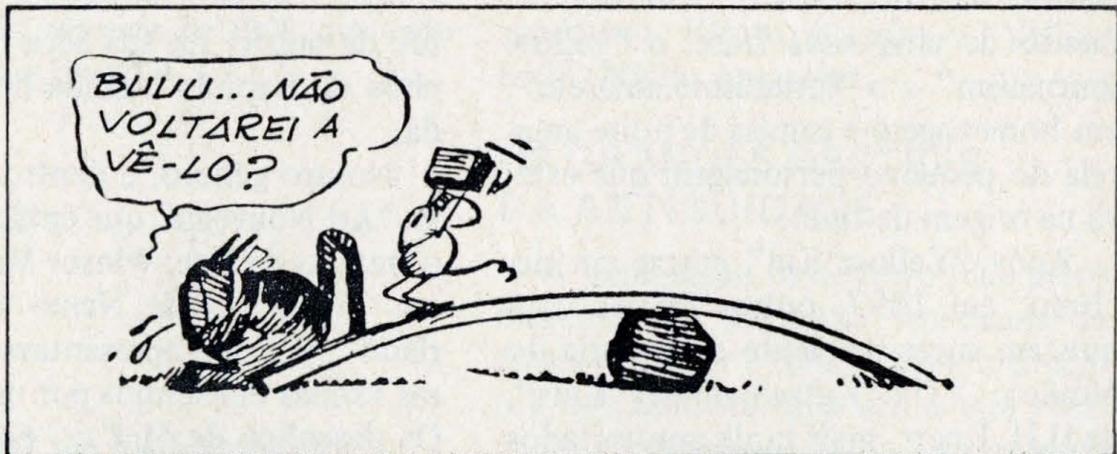
equilíbrio estético era determinante na construção da obra final.

OS MODERNOS

O acontecimento dos anos 30, no campo da banda desenhada, foi o aparecimento de uma nova série do "New York American": "Blondie", de Chic Young, que nos anos 50 era publicada em mais de 1300 jornais. Contava a história dos infortúnios amorosos de uma loira (que por expressa indicação do editor, não se podia casar). Young consegue casar o seu personagem com um vendedor de escovas, é despedido do jornal onde trabalhava, mas, pondo o casal a viver num subúrbio e contando a história verdadeira da sociedade americana, conhece um sucesso sem precedentes.

Outra série extremamente popular foi a "Dick Tracy", de Chester Gould, aparecida em 1931, depois de anos de lei seca e gangsterismo, que deram a conhecer ao público todos os exageros em matéria de violência e corrupção. Ao princípio, Tracy usava armas e... era um mar de sangue, quebrando assim um dogma da banda desenhada. Após vários protestos (sem convicção), a aceitação e procura por parte do público impôs "Dick Tracy" como uma constante nos principais jornais.

Mas, em popularidade em todo o mundo, não há séries que batam as criadas por Walt Disney e hoje desenvolvidas por uma equipa que ocupa centenas de artistas e publicadas em quase todas as línguas. Do Rato Mickey "proletário", criado por Disney nos anos 30, chegou-se a um leque de personagens que abrange todas as preferências possíveis: do eterno vencedor sortalhudo, ao desajeitado perdedor, passando pelo conformado, o pobre, o



riquíssimo, o superforça, o superinteligente, etc.

A banda desenhada tornou-se um hábito (vício), necessário à descontração (pela identificação nos personagens ou nas vitórias por estes alcançadas) de uma grande parte de uma população desfasada em relação a um

Outro primitivo: "Krazy Kat", de George Herriman — um "affaire a trois" entre o rato "Ignatz", o cão "Ofissa" e o gato que dá o nome à série

mundo que cada vez menos "é o seu". Longe está o borrão amarelo e a figura ingénua de "Yellow Kid"... mas foi aí que tudo começou. ● M.R.F.

DUAS EXPERIÊNCIAS DRAMÁTICAS

ARTUR AGOSTINHO

até na prisão
fui roubado!

"A BURLA DO 28 DE SETEMBRO"
de António Maria Pereira,
Livraria Bertrand

"ATÉ NA PRISÃO FUI ROUBADO"
de Artur Agostinho, Edição Área.

Dois depoimentos: se o primeiro, mais documental, procura, no curso dos acontecimentos políticos destes dois anos de revolução, uma abordagem interpretativa das suas eventuais conexões com a história, o livro de Artur Agostinho, de mais modesta intenção, cinge-se, todo ele, ao pessoal, ao confessional discreto, ao "caso humano". Diferentes, os dois.

E, no entanto... um certo paralelismo de situações confere a ambos uma simetria que se torna interessante analisar.

António Maria Pereira é um advogado conhecido, um homem da sociedade lisboeta que ainda recorta, ou recortava até 1974, um perfil queirozeano. Artur Agostinho é uma popular figura do jornalismo desportivo, que também se tem interessado pelo espectáculo. A sua popularidade e conhecido bom-senso sempre lhe abriram portas e parece que nunca lhas fecharam.

Um e outro conseguiram notoriedade e prestígio nas carreiras que escolheram, são os dois de idades aproximadas. Não são escritores — Artur Agostinho confessa mesmo, no seu livro, não o moverem quaisquer intenções literárias.

Publicaram, um e outro, dois livros com pano de fundo idêntico e comum: a prisão que sofreram na esteira daqui-

lo a que, pudicamente, se tem chamado "os acontecimentos de 28 de Setembro".

Ambos foram presos por possíveis implicações na maré política crismada com aquela data. Um, à uma da manhã, o outro, às cinco. Ambos, por forças militares e por forças políticas, que se identificam como comunistas, à paisana. Os dois, sob a pressão das G-3. Os dois, sob a pressão de um progrome que um certo tipo de totalitarismo iniciava, finalmente, em Portugal — as vítimas de ontem, os carrascos de hoje, mas, em tudo o mais, o idêntico sinal do arbitrário, do tirânico, do *dictatum* violento, da intimidação moral, da injúria física.

O ponto de partida é, portanto, comum nos dois livros. E o ponto de chegada também: os dois puderam chancelar as suas obras com o *happy-end* que conforma um relato pessoal, feito ao canto do lume, com um bom copo de *whisky* ao lado, onde, num passado recente, as "mésaventures" dos dois, enfiados discricionariamente no presídio de Caxias, lhes proporcionaram a asa escura de um mau *frisson*, com cuja tinta escreveriam os seus livros.

Mas, pergunta-se, bastará isto para escrever um livro? Sobra, por certo. Só que, nos casos presentes, parece não haver sido suficiente — não a angústia, a arbitrariedade, o crime, que nas suas pessoas foram cometidos — mas na capacidade de analisar, de reviver, de confessar.

É interessante verificar que, onde ambos os volumes conseguem um maior empolgação é precisamente do acto de captura, no impacte que desfere nos indivíduos o trauma que os delimita entre a sua liberdade e o seu encarceramento, entre o estatuto civil de homens livres ou de presos políti-

cos. O raio que se desfere na cabeça de um homem que, às cinco da manhã, é arrancado da cama ao som de uma campainha premida pelo dedo do esbirro, dir-lhe-á, dentro de poucas horas, como são ténues e baixos e fáceis o muro da panitenciária, a grade da prisão.

Há, nesta machadada que corta o fio da liberdade de um cidadão, uma análise exaustiva e exemplar de Alexandre Soljenitzine, no primeiro volume do seu "Arquipélago de Goulag". Aí agrafa exaustivamente este autor muitas situações possíveis, de muitas prisões políticas possíveis, desde o clássico muro na porta às três da manhã, à viagem-prémio que conduzirá a vítima para uma gare movimentada e já de mala feita; desde o alto cargo concedido a uma alta patente que, assim, será apanhada sem escândalo na carruagem especial de um comboio, ao nome da vítima lançado numa esquina de gente por um rosto desconhecido que a increpa: "Então não me conheces? Anda cá, pá, eu estive no vigésimo Regimento quando tu para lá foste..." — e o encontro acaba, naturalmente, sob o arco do portão da Lubianka.

Não se trata, como é óbvio, de inventariar as mil maneiras de caçar alguém cuja atitude molesta um Salazar qualquer, um indiferenciado Brezhnev: isso é o acto técnico do beleguim, é profissionalismo daqueles para quem os outros, o próximo, são os criminosos políticos, os elementos desestabilizadores da ordem social imposta, profissionalismo que, nesses termos, os da tirania, envolvem sempre numa carga mórbida e patológica o homem de mão do tirano, o braço repressor do César, a algema de aço do colégio, do "comité".

Os comboios que conduziam as le-

vas de judeus para os campos de concentração nazis não eram conduzidos por fogueiros normais; o agente da Tcheka ou do KGB que conduz o dissidente ideológico para o asilo psiquiátrico ou para o campo, não é um vulgar polícia: esse delito *contra natura* tem claros envoltórios morais, não alienáveis em ordens ou sistemas, em disciplinas ou ignorâncias. O homem tem sempre de prestar contas, em último caso, à sua consciência, pessoal ou colectiva.

Alexandre Soljenitzine diz-nos, no seu intróito infernal do "Goulag", que, raras vezes, as vítimas reagiram aos agressores que lhes estendiam as algemas, de outra forma que não fosse a de lhes estender as mãos. Todo o processo político desencadeado por estes oligarcas da vermina moral procura apoiar as suas tensões nos contrafortes do medo, na ábside do terror, na penumbra do pânico geral. O indivíduo que vegeta numa sociedade totalitária já está imbuído nesse "banho-maria" da cobardia colectiva, nessa desoxigenação da despersonalização e da desconfiança, nessa aceitação fatalista do papel personagem de vítima, de inscrito inevitável da hecatombe de que apenas os deuses ou os fados o poderão poupar.

Num estado de força é, pois, natural ser preso, e Soljenitzine diz-nos que não, como é natural ser bufo, e também o autor do "Goulag" nos diz que assim não é. O terror que subjuga cien-

tificamente as massas, despersonalizando e apagando, no indivíduo, qualquer traço moral que lhe liberte a energia criadora, é condicionado sempre por pequenas minorias, as tais, que actuam como lobos à volta dos rebanhos. E, aqui, o grito impossível de Soljenitzine, como o de todos sobre quem se abate o varal de um carro celular, de poder gritar à multidão que passa, às centenas, aos milhares de homens que o cruzam, "acudam-me, que ELES levam-me preso!".

Mas as vítimas estendem pacificamente os pulsos e, como nada na consciência as avassala, resta-lhes sempre um raio de esperança num erro burocrático, num mal-entendido que logo se desfará, numa falsa denúncia que não resistirá à boa-fé. Por isso e pela vergonha íntima de ser preso, pela moléstia de assim symostrar aos vizinhos ou aos transeuntes, pela humilhação, de, por essa via, se identificarem ao marido e aos filhos, as vítimas são sempre, exemplarmente dóceis, caninamente obedientes.

O grito contra a opressão, a liberdade sobre a vida, a solidariedade com os outros sobre quem vibra a férula do ferro totalitário, seriam a luta primordial do homem no seu combate pela sobrevivência. Aqui, no domínio do indivíduo e da consciência, se inscreve a resposta pessoal dos cristãos e de outros que sabem não poder declinar na sociedade, ou na história, os factos

concretos da sua salvação. Daqui, o primado do indivíduo sobre uma sociedade amorfizada pelos vírus aniquiladores do medo e da agressividade, da fraqueza e da prepotência, que fizeram do humanismo grego e cristão uma força historicamente inquebrantável.

Obras de circunstância, assim as pode tornar a luta travada, diariamente, nas ruas, pelo povo, que, do Norte ao Sul do País lançou um imenso brado libertador de um novo jugo que o voltava a cangar.

Pena é, mesmo assim, que estas experiências dramáticas, e que tão próximas estiveram de ser trágicas, não tenham despertado no espírito de António Maria Pereira, como no de Artur Agostinho, um sentido mais global da história e do papel do indivíduo nela, de molde a que um e outro, ultrapassando a aceitação de um circunstancialismo imediato e da condição do anedótico limitado e pessoal, não tenham conseguido, com elas, um grito de alarme tão estridente quanto o foi, pelo menos, a experiência inquietante que viveram.

Ressalve-se, todavia, de "A Burla do 28 de Setembro", alguns suportes de pequena história que ajudam a compreender certas inflexões políticas, certa chateza mental de governantes. Da tentativa, que lhe está implícita, de contribuir, com alguns dados inéditos, para estes dois anos de revolução. JORGE GUIMARÃES

OS DEZ MAIS

Os dez livros mais vendidos em Portugal, na última semana. Esta rubrica, isenta de qualquer intuito publicitário, é elaborada com base em informações prestadas pelas principais livrarias de Lisboa e Porto. (Entre parêntesis, as classificações da semana passada).

Título	Autor	Editor	Preço
1 (1). Moçambique, Terra Queimada	Jorge Jardim	Intervenção	200\$00
2 (-). Portugal, Depois de Abril	Avelino Rodrigues e outros	António dos Reis	100\$00
3 (-). Portugal, que Revolução	Mário Soares	Perspectivas e Realidades	120\$00
4 (3). 26 Anos na União Soviética	Chico da Cuf	Afrodite	140\$00
5 (5). Constituição Política	---	Imprensa Nacional	20\$00
6 (-). Portugal - Nem Tudo Está Perdido	Cap. Henrique Fernandes	Ulmeiro	90\$00
7 (9). O Regresso do Conde de Abranhos	Artur Portela Filho	Arcádia	110\$00
8 (-). Do General ao Cabo Mais Ocidental	Álvaro Guerra	Afrodite	120\$00
9 (-). Portugal - Antes e Depois de 25-XI	Wilfred Burchett	Seara Nova	30\$00
10 (-). O Equívoco do 25 de Abril	Sanches Osório	Intervenção	150\$00

"Solaris"

REINVENTAR O FUTURO

"2001" e "Solaris", actualmente em exibição entre nós, constítuem, sem dúvida, os dois casos mais excepcionais da história do cinema de ficção científica em todo o mundo.

O seu conteúdo, desmoronador de todos os conceitos de moral e de civilização, supera largamente o continente que o concebeu.

Em ambos, as estrelas não passam de meros símbolos dos valores, da vida e do futuro dos homens.



Kris (Donatas Banionis), um certo herói que descobre o amor pela mão de Ariane (Natalia Bondartchuck)

"SOLARIS"

São os seres humanos um pretexto para o amor? Pergunto, corroborando uma afirmativa que é formulada neste bellissimo filme russo. É do amor, como génese de toda a vida humana, tal como a entendemos, que versa esta obra surpreendentemente provinda (confessamos) daquele enorme, fascinante e inquietante país. E consubstanciamos estes epítetos pelo facto, natural, de compreendermos porque "Solaris" experimentou, na sua pátria, dificuldades embaraçosas e controversas polémicas em torno da sua essência temática, face ao regime nela vigente.

Num filme onde também se afirma que "não há um Homem, mas vários Homens" e é nos recessos da memória de cada um, como entidade de verdade absoluta, que se encontra a memória comum e colectiva, que pensar? Quanto a mim, o melhor possível, pela sua coragem, pelo seu desassombro. Pe-re-mptório "sim" aos artistas soviéticos que denodam existir e exprimir-se em liberdade, contrariando as grilhetas que os manietam e furtando-se, subtilmente, às malhas de uma

censura que, de ora em vez, se satura de exercer.

Utilizando habilmente um poderoso tema de ficção científica, o realizador de "Solaris" e a sua equipa trazem ao mundo uma mensagem humana onde avulta a esperança. Sendo um filme de dor e, por vezes, de atroz sofrimento psicológico, exaure-se, todavia, uma paz redentora e construtiva, por fim.

Alguns, num planeta, um cérebro-oceano homogéneo asfixia os homens dissecando-lhes os sentimentos. Para tal, pela via do amor e da mulher, cria, encarnando, a perdida figura feminina da vida de cada um deles, tentando reduzi-los a uma desesperada submissão. Mas é pela energia insuperável do afecto que, ao invés, o Homem, em vez de se subjugar, conquista essa espécie de "robot"-mulher, humanizando-a. É em nome do amor que o Homem sobrevive, se liberta, se esplende e funda a nova casa. É o cérebro-oceano que acaba por se adaptar à voluntariosa iniciativa do Homem, dando-lhe outra terra para construir o lugar da paz. O amor é criador. O cérebro-oceano, insensível e dominador, cede o seu hermetismo viscoso a novas ilhas oxigenadas e verdejantes. O

Homem perde a robotizada carne da amada, mas a sua memória e o seu amor ganham mais uma etapa para o paraíso.

São os seres humanos um pretexto para o amor? Sim. Este o triunfo do Homem sobre o Cosmos, especialmente quando esse Cosmos é o símbolo do poder inflexível e ludi-briador e que não entende que cada homem é uma ilha (individualidade) isolada, rodeada de outros homens por todos os lados e com um coração que inventou essa coisa insubstituível que é o amor.

Dórdio Guimarães

"Solaris", realização de Andrei Tarkovski, segundo o romance de Stanislas Lem. Com Natalia Bondartchuck e Donatas Banionis. Produção da União Soviética (1972). Distribuição em Portugal da Astória Filmes. Em exibição no cinema Caleidoscópio.

ANDREI TARKOVSKI — O realizador de "Solaris" nasceu em Moscovo, em 1932. É diplomado em Cinema pelo curso de Mikhail Romm. Tarkovski é oriundo de uma família de escritores. O pai, Arseni Tarkovski, é um poeta famoso. A poesia e a geologia foram as primeiras paixões de Andrei, até ingressar no Instituto Cinematográfico do Estado.

A sua primeira longa metragem, "A Infância de Ivan", de 1962, foi Grande Prémio



Em "Solaris", pelo amor, o Homem vence todas as opressões

("ex-aequo") com o filme italiano "Dois Irmãos, Dois Destinos" de Valério Zurlini, no Festival de Veneza do mesmo ano.

Com "Solaris", de 1972, A. Tarkovski alcança a consagração mundial, ao mesmo tempo que executa, talvez, o mais polémico dos filmes soviéticos produzidos depois dos de Eisenstein.

DONATAS BANIONIS — O principal intérprete masculino de "Solaris" é um dos mais experimentados actores do actual teatro russo. Tem-se dedicado, ultimamente, ao cinema, onde se destacam as suas encarnações nas figuras de Ladeinikov (o "007")

Programação sem rei nem roque

Não se trata de simples fórmula de cortesia. E muito menos de um favor. O respeito pelo espectador e o reconhecimento do seu direito a ser correctamente servido devem, muito pelo contrário, constituir a regra primordial do código deontológico do profissional, assim como de qualquer organismo de TV. E em qualquer meridiano — com dobrada razão se for democrático o sistema reinante.

Vem o asserto, que não tem originalidade nenhuma e é universalmente aceite como não tendo, sequer, de ser recordado, a propósito do muitas vezes intolerável autoritarismo da nossa RTP, e do à-vontade com que a TV doméstica, ou aqueles que a servem e abusivamente agem em seu nome, tripudia com confrangedora leviandade em relação a múltiplos aspectos que directamente respeitam ao público.

Ou impondo-lhes "xaropadas" sem medida (quando a prescrição do simples bom senso recomenda "doses" adequadas, em função de módulos comumente consagrados), ou desrespeitando horários, ou trocando programas. A improvisação, o "estar-se nas tintas", o sacrificar a maior parte ao capricho, ao gosto ou ao sectarismo de um "influente" ou de uma facção representam malefícios que já só se praticam, em termos de TV, claro, em sociedades atrasadas ou em países onde a democracia é simples rótulo que pouco ou nada tem a ver com o "conteúdo" da vida que lá se vive.

Useira e vezeira neste tipo de desvarios, subordinando a ordem e a disciplina do indispensável planeamento ao "ritmo" de um tempo revolucionário, a nossa RTP leva longe de mais o seu alheamento (melhor seria escrever "desprezo"...), pelo telespectador. Provando que se afeiçoou em demasia à ideia (inadmissível num serviço de interesse público) de que quem manda é ela — e quem discordar ou não gostar que use a liberdade de desligar o receptor... Porque aos "patrões" do Lumiar, aos "capatazes" da Alameda das Linhas de Torres (reparem que não reprovamos os legítimos responsáveis de S. Domingos à Lapa, embora não possamos absolvê-los pelo que consentem seja feito em seu no-

russo), do Príncipe Alban (do "Rei Lear") e de Goya (no filme do mesmo nome).

NATALIA BONDARTCHUCK — A principal intérprete feminina de "Solaris" é filha da célebre actriz soviética Inna Makarova e de Serguéi Bondartchuck, actor e realizador soviético. Formada pelo Instituto de Cinematografia da Faculdade de Actores, tem dado ao teatro muito da sua actividade. Com "Solaris", estreia-se no cinema e, desde esta película, tem sido protagonista de várias outras. Actualmente é também realizadora de filmes.

"2001-ODISSEIA NO ESPAÇO"

Terá, porventura, Stanley Kubrick construído, com este filme, a obra máxima do cinema? Pergunto-me isto inúmeras vezes e só por pudor não me atrevo a afirmá-lo, sem hesitações. E por pudor porque, ao assumir tão **acabada** opção, tinha, implicitamente, de preterir as honras de Orson Welles, Eisenstein, Chaplin, Bergman, René Clair, Fellini, eu sei lá! Todavia, enquanto nestes há todo um conjunto notável de trabalho, naquele (em Kubrick) existe uma película total, que, sendo uma obra de arte genial, é também um tratado de filosofia, um ensaio sobre a religião, uma meditação penetrante e implacável sobre a Humanidade. Quer dizer, em apenas um objecto criador reúne-se a epopeia, não só de um século, mas de um resultado de séculos de pensamento e sentimento humanos. Melhor explicitando, nunca supus que, através do cinema, fosse possível atingir-se a **tremendidade** de uma Bíblia...

"2001" é um filme que é preciso ler-regularmente (e, para tal, urge tê-lo periodicamente nos "écrans") como quem folheia, por impulsos habituais e necessários, o "D. Quixote", "Os Lusíadas", Nietzsche, Shakespeare ou discorre os olhos por Miguel Ângelo, Rembrandt, Goya, ou escuta a "Nona" de Beethoven. Que mais acrescentar? Que é sublime, obra vizinha da perfeição?

Mais uma vez temos ao nosso dispor, na sala do Caleidoscópio, "2001", de Stanley Kubrick, e, tal como eu, vão vê-lo nem que seja pela décima vez... É **infalível** que haverá muitas mais coisas a descobrir e a aprender nas suas imagens. Sempre. ● D. G.

"CHINATOWN": OS TRAUMAS DE POLANSKI

Roman Polanski é um homem amarrado aos seus traumas, que são muitos, intelectualizados e vividos. Se um filme como "A Semente do Diabo" é uma sucessão de violências e

de terríveis marcas, não menos certo é a abrupta crueza que caracterizou o fim de sua mulher, Sharon Tate, às mãos do bando do paranóico e drogado Manson. O universo de Polanski situa-se entre o sonho e a realidade, ambos temperados pelo sangue e a morte, e dá-lhe um perfil de "médio" ou de receptor de feitiçarias. A tragédia da carne é consequência do turbilhão do espírito; daí, o próprio realizador já não saber destrinçar as fronteiras que separam o absurdo do real imediato da sua vida.

"Chinatown" é um filme que congrega alguns destes signos. Com uma direcção algo incharacterística e parda, a película ganha pela fluência narrativa que acompanha bem o romanesco policial, embora (ao contrá-



Jack Nicholson e Faye Dunaway em "Chinatown": a atmosfera de Los Angeles nos anos 40

rio do que alguma crítica pretende) pouco tenha a haver com o cinema histórico dos anos 40 e 50, contestatário e americano.

A veracidade das cenas agressivas, a envolvimento da câmara em torno das personagens, a crua sensualidade que sublinha diálogos e situações, a atenção ao olhar, aos gestos mínimos, às mobilidades faciais, são ainda o melhor de "Chinatown", filme destinado a perder-se, contudo, na voragem de uma arte que anda a correr atrás de que expoentes? Porque as obras-primas são cada vez mais raras, dentro de quanta abundância de talentos...

Dórdio Guimarães

"Chinatown" de Roman Polanski, com Jack Nicholson, Faye Dunaway e John Huston. Produção da Paramount Pictures. Distribuído em Portugal pela Sonoro Filmes.

me...) isso será indiferente!

Exemplo recente, para ilustrar a razão do reparo. Para o período "nobre" da emissão nocturna de um dos primeiros dias da semana passada, fora anunciada a projecção do registo teatral "Schweick na Segunda Guerra Mundial", a peça que, tendo Solnado como protagonista, esteve em representação no Maria Matos, e, mais recentemente, no Porto — sempre apoiada por campanha publicitária insistente que familiarizou o público da TV com o espectáculo, suscitando, sem dúvida, curiosidade e interesse pela sua apresentação nos pequenos "écrans". Se a adaptação, de Brecht, das aventuras e desventuras do "pequeno e valente soldado" alemão desafiavam a expectativa (principalmente na província, onde o teatro é miragem), a possibilidade



de gozar no bom sentido a presença de Raul Solnado, de vê-lo actuar na pele de Schweick, predispôs muita gente (toda a gente?) para o serão televisivo.

A RTP ia ter oportunidade de dar satisfação a uma larga, interessada e por certo atenta assistência, por esse país fora. E essa deve ser uma das suas finalidades, um dos objectivos do seu trabalho quotidiano — ainda que infelizmente só aconteça por excepção...

De qualquer maneira (e revertamos aos factos!), ainda na emissão da hora do almoço do dia em causa, a apresentação da peça no programa nocturno foi anunciada "em grande", projectando-se um "trailer" abundante que ainda mais aguçou os apetites...

E, vai daí, quem tinha obrigações ou compromissos, ou projectos que afastassem de casa, tratou de cancelar uns ou de alterar os outros. O "Teatro da TV" tinha

a lotação esgotada... do que o subsecretário do Tesouro aproveitou, mais para que o vissem do que para ser ouvido, porque a "noite de gala" era do "Schweick" Solnado!

Imagine-se a profundidade do "ah!" de decepção e de espanto que teria acolhido, do Minho ao Algarve, a desevolta e totalmente inesperada intervenção do "locutor de serviço" (logo o Fialho, coitado!) para prevenir que por isto e mais aquilo, um motivo sem pés nem cabeça para ser invocado em última hora, os "serviços incompetentes" haviam considerado preferível não transmitir a peça anunciada, fazendo-a substituir por uma "reprise" de fresca data

— a versão francesa de "O Doente Imaginário"...

Reprovável abuso! Fraude intolerável! Desrespeito indecente!

O mais engraçado é que, na noite imediata, milhares de pessoas viriam a cair em logro semelhante, supondo, por informação pouco clara difundida no Telejornal, que lhes seria dado assistir, depois do "Sweeny", à mesa-redonda com os secretários-gerais dos quatro partidos mais votados e mais um conselheiro da Revolução... Mesa bicuda foi o que lhes saiu na rifa; ainda que também falada em francês! —

● S.L.

Discos

"A CANTAR TAMBÉM A GENTE SE ENTENDE",

do Grupo Outubro, Sasseti

Este LP é, como na contracapa se afirma, uma selecção "das canções que ao longo de cerca de um ano... fomos construindo e apresentando... que nos pareçam de maior interesse discográfico e documental".

Com os mesmos responsáveis de "Força, força, companheiro Vasco" (Pedro Osório, Carlos Alberto Moniz e Maria do Amparo), este disco é como que o ressurgir dessa linha estafada com que nos encheram os ouvidos no auge do gonçalvismo.

Num conjunto de canções em que o baralhar das palavras nos oferece sempre o trunfo demagógico, musicalmente fica-nos a boa qualidade de "A luta vai ser dura companheiro", a melhor construída e equilibrada de todas, facto a que não são alheios a experiência e o bom gosto de Pedro Osório e Carlos Alberto Moniz.

a cantar também a gente se entende



De resto, desde a apologia da Frelimo ao MPLA, passando pela letra de J. Viana (José Viana? ...), a encenação musical corresponde proporcionalmente ao popularismo (leia-se "popularucho") dos temas apresentados.

Sobre o disco, resta-nos acrescentar, usando as suas próprias palavras: parece que nem a cantar a gente se entende. F. G.

"A VALSA DA BURGUESIA",
de José Barata Moura, Sasseti.

Lançado em Abril, este novo LP de Barata Moura é um hino à demagogia e ao lugar-comum. No estilo "fungagá" a que



José Barata Moura nos habituou, situa-se a atmosfera que envolve estas dez canções, em que nem o "blue" ensaiado por Pedro Osório no piano, para "A paz não é comprada", nos prende.

Era este disco acompanhado de um folheto (só para promoção) em que o autor forçava a nota de que este trabalho se trata de "um disco de canção de intervenção política directa". Directo, sim, mas para o esquecimento definitivo.

Marionetas

HISTÓRIAS MEDIEVAIS DE MORTES E ENGANOS

"Amores ilícitos, mortes explícitas", num fabuloso palácio seiscentista do Bairro do Castelo. O tema mais próprio para as crianças?

Existe no pitoresco Bairro do Castelo, habitando um fabuloso palácio seiscentista que se despovoou a favor de melhores fins, uma associação cultural denominada Centro de Arte e Comunicação Visual (ARCO). Ali se promovem, além de aulas de várias matérias, sessões de cinema, teatro, música e, de uma forma geral, tudo quanto constitui tarefa de animação cultural.

Neste enquadramento, apresentou-se ali, durante três dias, o grupo de Teatro de Marionetas de São Lourenço e o Diabo, que foi contar, pelos seus processos próprios, dois romances tradicionais da Idade Média. Como se sabe, todo aquele período histórico é alimentado por uma vasta literatura oral, que vinha de longe e caldeava os factos históricos com as lendas. Homens e mulheres, companhias inteiras, às vezes, percorriam vilas e povoados, espalhando essas histórias, entretanto

camponeses e cortesãos, cuja mentalidade terra-a-terra devia deixar-se deslumbrar por esses episódios cavalheirescos e, quantas vezes, mágicos.

As Marionetas de São Lourenço e o Diabo escolheram dois desses pequenos romances — "O Conde de Alemanha" e "Gerinaldo, o Atrevido" — para formar um espectáculo que constitui, ele próprio, pelo misto de primitivismo e poder encantatório, algo talvez semelhante aos serões medievais. Claro que, para tanto, lhe faltaria, integrando-se nos nossos dias, uma maior perfeição técnica, um maior cuidado de pormenores, um menor improvisado, que hoje já dificilmente se suporta.

Uma primeira palavra é devida à originalidade das marionetas — máscaras de barro, grotescas — que encimam bonecos igualmente a rondar a fronteira do fantástico. Estes bonecos são manipulados à vista do público, tendo como suporte o próprio corpo do manipulador, que se veste inteiramente de negro e tapa toda a cabeça. O efeito é eficaz e vai, a par e passo, ilustrando a narrativa dos factos. Ora, feliz foi o grupo por encontrar em Fernando

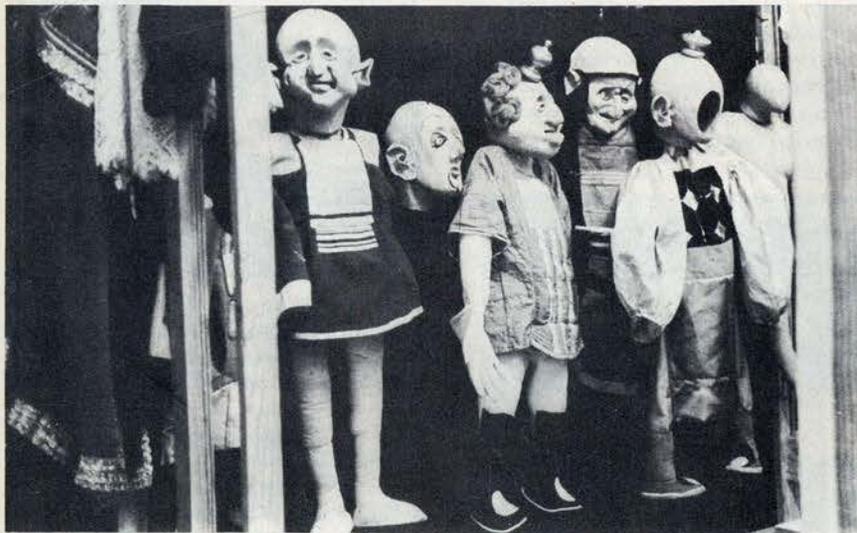


A cena lancinante: o rei traído castra o traidor, apanhado na cama com a princesa

Serafim, cuja voz está gravada em banda magnética, um excelente narrador-cantor. A música, sobretudo a de "O Conde de Alemanha" é extremamente feliz, permitindo a Fernando Serafim prova de virtuosismo interpretativo. Já no segundo romance ("Gerinaldo"), tudo se torna mais confuso, quer pela própria música, com deficiente acompanhamento instrumental, quer pela própria dicção, frequentemente má, pelo que uma certa monotonia sucede ao encantamento da primeira parte.

Quanto ao conteúdo das duas histórias, diga-se que não será o mais próprio (ou será?) para crianças. "Amores ilícitos, mortes explícitas", como dizem os organizadores do espectáculo. Porque, bem vistas as coisas, os que não acreditam dever a educação das crianças ser feita com imagens de crueldade, acharão as duas histórias pouco próprias para certas idades. No entanto, na sala, havia várias que seguiam encantadas o espectáculo. Estavam acompanhadas pelos pais e não vi qualquer indício de que assim pensassem.

Este é, digamos, o aspecto pedagógico ou didáctico da questão, que transcende estas linhas e está, no fundo, absolutamente dependente da vontade dos pais, sua formação e capacidade para tirar ilações positivas, mesmo em casos desta natureza.



Reis, rainhas, príncipes, momos e pagens — uma galeria de originais marionetas à espera que os manipulem

"Equus"

RTP "PROÍBE NUDEZ TEATRAL"

A escassos dias de estreia, "puritanismos" da RTP impedem, de certo modo, a nudez total de Ana Zanatti e do seu "par" na peça "Equus", a estreiar no Variedades.

Lisboa vai ter, dentro de dias, no Variedades, uma nova peça de teatro. trata-se de "Equus", do americano Peter Shaffer, em exibição, em Nova Iorque, há quase dois anos e êxito também, na Grã-Bretanha, Alemanha, Rússia e Itália, para citar apenas alguns países.

A atestar a qualidade da peça, o facto de a principal figura da mesma — o psiquiatra "Martin Dyzart" — ter sido interpretada, nos E.U.A., sucessivamente, por Anthony Hopkins, Anthony Perkins e Richard Burton. Este desempenhá-la-á igualmente no cinema, em breve, sob a direcção de Sidney Lumet.

A montagem de "Equus", entre nós, obrigou a uma profunda remodelação do espaço cénico do Variedades, agora com um palco circular que invadiu as primeiras seis ou sete filas da plateia, ganhas, estas, por uma localização posterior, onde habitualmente se situa o palco tradicional.

É aliciante o elenco escolhido, à cabeça do qual se situam Eunice Muñoz (mãe de "Alan"), João Perry (psiquiatra) e Varela Silva (pai de "Alan"), ausentes, há longo tempo, da cena portuguesa, por motivos a que não são alheios, de certo, a plur constituição dos denominados Grupos Independentes — quase todos de nítida orientação política partidária — e a inactividade do Nacional, "fechado para obras" há um ror de anos.

Ana Zanatti integra, também, o "cast" de "Equus" (ela será "Jill Mason"), além dos jovens estreantes Carlos Manuel e José João, selecciona-



Pormenor de um ensaio de "Equus"

dos entre mais de uma centena de pretendentes (alertados por anúncios em jornais diários de Lisboa) ao segundo, tão difícil, papel da peça — "Alan Strang". Ambos os jovens serão "Alan" porque, à semelhança do processo utilizado em muitas companhias de teatro, mundo fora, o encenador preferiu abrir o papel a mais de um intérprete. Assim, oportunidade de lançamento para os dois jovens, bem como a certeza de, em noite de mais de uma sessão, ou doença de um deles, o espectáculo estar assegurado em toda a pujança de um personagem difícil, de movimentação extremamente cansativa.

O encenador — Manolo Collado, espanhol — é muito conhecido no seu país, onde, apesar de ser bastante novo, já dirigiu obras de autores que dispensam adjectivos: Durrenmatt, Wesker, Sartre, O'Casey, Brecht, Albee, etc.

Diz ele sobre a peça:

A obra apresenta o problema de um jovem de 17 anos que arrancou os olhos a seis cavalos. Preso, é levado a um magistrado, a um psiquiatra, para que este tente a sua cura, já que é considerado anormal. Ao longo de toda a acção da peça, o psiquiatra vai desmontando todo o problema existencial do jovem, toda a sua conduta ante a vida, numa estrutura burguesa que lhe é incômoda e estranha.

"Shaffer pretende, com este trabalho, tratar o problema da liberdade individual, em paralelismo com o da educação repressiva derivada da estrutura burguesa capitalista. Sujeito a uma educação desse tipo que lhe é imposta pela mãe, o jovem "Alan Strang", traumatizado, fixado na personalidade deformante de sua mãe, fisicamente impotente frente a uma mulher, acaba por sublimar nos cavalos toda a sua afectividade e religiosidade, criando uma mitologia própria que o induz na identificação do objecto religioso com o objecto sexual."

O texto original de "Equus" obriga a que, numa das cenas finais, "Jill Mason" e "Alan" apareçam em cena totalmente nus, o que, em Espanha, foi proibido pela censura oficial, provocando, mesmo assim, a seminudez autorizada reacções violentas por parte de certos sectores do público do país vizinho, que chegaram a ameaçar de morte a actriz Maria Jose Goyanes (mulher de Manolo Collado), a "Jill" da versão espanhola.

Tais problemas não se puseram em Portugal, pelo que Ana Zanatti — "não sei o que é a vergonha de estar nua" — e os dois jovens — "se o papel exige que me dispa, faço-o sem qualquer dificuldade" — não levantaram objecções.

Recentemente, no entanto, "falatórios puritanos" na RTP terão obviado à nudez integral de Ana Zanatti, obrigando-a à utilização de um "slip" cor de carne — "nesta peça, o nu é essencial; sem ele, perder-se-á muito da força, do significado da acção, do clima de veracidade que o autor pretende inculcar-lhe" — pelo que, como é natural, também "Alan" não se desnudará totalmente. Coisas...

VARSOVIA: uma certa decepção

Conhecido em Portugal o grande prestígio actual das companhias líricas de alguns países do Leste (como, por exemplo, a Polónia, a Checoslováquia e a Hungria) e as qualidades artísticas dos cantores desses países — companhias e cantores que, desde há longos anos, o Teatro Nacional de São Carlos pretendia apresentar ao nosso público, nunca tendo tido possibilidades oficiais para tal — não admirará que o nosso público melómano tenha recebido com grande interesse e curiosidade a notícia da integração da companhia do Grande Teatro de Ópera de Varsóvia na Temporada de Primavera do Teatro Nacional de São Carlos. Assim, o velho teatro lírico de Lisboa tem-se enchido de um público numeroso e entusiasta, para ali ouvir e ver os três programas que a companhia polaca apresentou em Lisboa: as óperas “Halka” (S. Moniuszko-W. Wolsky), “Falstaff” (Verdi-A. Boito) e “Os Diabos de Loudun” (K. Penderecki-Aldous Huxley-Jonh Whiting).

Apesar da excelente e indiscutível categoria da orquestra (é um prazer raro em Lisboa ouvir tocar assim para ópera), do coro e do corpo de baile (que belo corpo de baile!) do Grande Teatro da Ópera de Varsóvia, os melómanos portugueses, na noite de estreia, com a ópera polaca romântica “Halka”, não esconderam uma certa decepção com os primeiros cantores, ou seja, com as primeiras figuras, onde, de facto, só Bozena Kinasz-Mikolaiczak, na protagonista, com a sua belíssima voz de soprano, a sua impecável escola de “bel-canto” e, até, as suas qualidades interpretativas, conseguiu empolgar a exigente plateia do São Carlos. De muito boa qualidade a direcção musical do maestro Antoni Wicherek, que deu relevo à partitura tradicionalista de Wolski. Leonard Mróz, Edward Pawlak, Bozena Betley-Sieradzka, Jan Czekay e Bogdan Paprocki, nos restantes principais papéis, sem comprometerem o nível geral do espectáculo, não conseguiram, contudo, entusiasmar a

assistência. A encenação, de Maria Foltyn e Andrezej Majewski, tão tradicional e corriqueira como a partitura, enquadrava-se no clima da obra. Muito belo (mas tradicional) o cenário do primeiro acto (banais os dos seguintes) assinado por Andrezej Mjewski. Brilhante e de grande efeito, a coreografia, de Witold Gruca, excelentemente interpretada pelo corpo de baile, sob a condução do maestro Wojnarowski.

E.C.

“Falstaff”

A companhia do Grande Teatro de Ópera de Varsóvia, composta por algumas centenas de artistas, entre músi-

cos, cantores, bailarinos e técnicos, apresentou, como segundo original da temporada que veio fazer a Lisboa, o célebre “Falstaff”, que é considerado, como se sabe, a obra-prima de Verdi. É, pois, uma partitura de grande envergadura e não poucas dificuldades mas constitui, sobretudo, um exemplar músico-dramático que exige grande virtuosismo cénico e capacidade de caracterização vocal das personagens e das situações. Baseado em partes do “Henrique IV” e de “As Alegres Comadres de Windsor”, o “Falstaff” vive, sobre cena, de duas ou três figuras principais mas é, sobretudo, ao protagonista que se pede um virtuosismo não acessível a todos os cantores. Só os muito grandes se atrevem a arcar com as responsabilidades vocais e de composição da figura, onde se confundem o fidalgo donjuanesco com o plebeu rude e fanfarrão, ao qual, aliás, não faltam assomos de temperamento que evoluem em variada gama. Ora, o que primeiro levou a que esta récita dos polacos se situasse



Bozena Kinasz-Mikolaiczak, Bogdan Paprocki e Leonard Mróz num momento dramático da ópera “Halka”

“Sir” Jonh Falstaff contracena, brejeiro, com a senhora Quickly, notavelmente interpretada por Resvick

a um nível de mediocridade foi, antes de mais, a pequena envergadura do cantor e do actor que é Jerzy Artysz. O seu "sir" John é regularmente maculado, ao longo dos três actos, ao nível da voz e da própria construção rítmica da sua parte musical. Mas é-o, também, ao nível da composição do personagem físico e psicológico. E aí, quando "Falstaff" não se ergue às alturas de um Verdi e de um Shakespeare, fica sempre no ar a desilusão de quem sabe ou sente que está a ver apenas um quase simulacro daquilo que lhe podia ser oferecido, e que já foi, em São Carlos, por outros artistas.

Falou-se muito, quanto ao naipe dos cantores, na noite da estreia, em São Carlos, na sua homogeneidade. Que dizer, no equilíbrio existente entre as qualidades individuais de cada um. Assim, só de certo modo, e nivelando por baixo. Mas há uma excepção: para Regina Resvick que, da primeira à última cena da sua "Sra. Quickly" é uma grande senhora da cena e do canto. A sua sábia "colaratura", o seu sentido do discurso musical, a sua arte de representar foram quase insuperáveis. E que estranho e belo timbre de contralto a idade está a emprestar à sua voz!!

Sente-se, aliás, que a artista é o cérebro desta realização, mais ainda do que a encenadora. Neste domínio do seu trabalho, há que lamentar a sua errada concepção do espaço cénico. A estrutura da estalagem construída no palco é dela e nada há a apontar quanto ao rigor da sua reconstituição. Mas porquê tê-la rodeado de todos aqueles degraus que não tem justificação de nenhuma espécie e constituem um grave empecilho ao desenrolar da acção? As personagens, mesmo quando quatro ou cinco em cena, estão limitadas nos seus movimentos pela falta de espaço. E daqui resulta que a própria marcação que é frequentemente defeituosa. Mas o espectacular erro desta estrutura viria a ser demonstrado no último acto, quando é necessário ter em cena uma centena de pessoas. Amalgamadas, constituem uma mole humana sem beleza nem significado, com bailarinos a dançarem quase sobre a cabeça de "sir" John e os cantores em graves embaraços para representarem um mínimo.

Aí passa a ser dominante um certo mau gosto e a ópera termina com as artistas em embaraços para agradecer, obrigados, se tanto, a descerem uma escadaria, como na apoteose das revistas, procurando chegar ao proscénio, linha natural separadora das duas entidades. Pitoresco fenómeno foi, a este propósito, a circunstância de os homens recusarem, em cena aberta, as flores que lhes eram dirigidas. Isto criou uma série de hilariantes "quiproquós", que só o espírito decidido de Regina Resvick viria a desfazer.

Em suma, os simpáticos artistas polacos apresentaram um "Falstaff" que não estará de acordo com as suas grandes tradições musicais, mas que, na modéstia de uma pequena companhia, não envergonha ninguém. Carlos Morama

"Os diabos de Loudun"

Depois das óperas "Halka" e "Falstaff", a Companhia do Grande Teatro de Ópera de Varsóvia despediu-se do público lisboeta com dois espectáculos da ópera "Os Diabos de Loudun", do compositor polaco contemporâneo Krzysztof Penderecki, em estreia em Portugal. Diga-se, de passagem, que era este, dado o conhecimento que o nosso público tem do vanguardista Penderecki, o programa que mais curiosidade estava a despertar. Quem conheça o vanguardismo da estética e da escrita musicais de Penderecki não terá ficado decepcionado, bem pelo contrário, com o magnífico espectáculo que a companhia lírica polaca nos proporcionou.

O libreto, da autoria do próprio compositor e extraído do romance "The Devils of Loudun", de Aldous Huxley, e do drama "The Devils", de John Whiting, possui uma força dramática e uma fluência narrativa a que a música de Penderecki (por mais rebarbativa e aconventional que alguns a possam achar), aliás, profundamente teatral, imprime uma grandeza indiscutível. Sem dúvida que Penderecki consegue vencer muitos dos problemas inerentes a um teatro lírico para a nossa época, e, pudéssemos nós aqui dis-



por de espaço, bem gostaríamos de nos demorar na análise de tal assunto. Basta que se diga que a companhia polaca nos concedeu um dos mais belos e positivos espectáculos de ópera contemporânea que temos visto em Portugal. Já pela qualidade da obra, já pela qualidade do espectáculo, "Os Diabos de Loudun" ficará na nossa memória como um dos belos e superiores espectáculos líricos visto nos últimos anos... por muito que isso custe aos que mais dificilmente aderiram à magnífica obra de Penderecki.

Assim, e porque o nível do espectáculo e da produção foi assinalavelmente superior, apenas citaremos os responsáveis pelo êxito (que nem todo o público aceitou): a orquestra, o coro e o corpo de baile do Grande Teatro de Ópera de Varsóvia; os cantores Krystyna Jamroz, Maria Olkisz, Halina Slonicka, Jrena Slifarska, Ursula Trawinska-Moroz, Andrezej Hiolski, Bernard Ladysz, Roman Wegrzyn, Edward Pawlak, nos principais papéis; o maestro Mieczyslaw Nowakowski; o encenador Kazimierz Dejmek; o cenógrafo A. Majewski e o maestro de coro H. Wojnarowski.



Entre os destroços, vão-se separando os bens ainda utilizáveis, ao mesmo tempo que se procuram os corpos das vítimas

Sismos em Itália

MORTE NOS ALPES



Quinta-feira, 6 de Maio, faltam cinco minutos para as nove da noite. A população dos contrafortes dos Alpes italianos, junto à fronteira jugoslava, é sobressaltada por um primeiro abalo: a terra treme, as casas são abandonadas precipitadamente. Poucos minutos depois, um forte terramoto (6,5 – 7 graus na escala de Richter) abala toda a região. Quando a poeira assenta sobre os escombros do que foram cida-

Em Gemona, poucas são as casas ainda recuperáveis

Nas zonas mais afectadas, os mortos foram sumariamente identificados e enterrados em valas comuns



des como Udine, Gemona, Majano e Osoppo, a desolação é total: cerca de 1000 mortos jazem sob os destroços. O pânico apodera-se dos sobreviventes. Há inúmeros feridos que aguardam tratamento.

O terrível sismo destruiu riquezas arquitectónicas insubstituíveis, como os edifícios medievais de Gemona e a catedral de Buia (século XII). Em 55 minutos, cidades inteiras foram arrasadas. Toda uma região ficou como se tivesse sido sujeita a longos anos de guerra devastadora.

Passado o pânico inicial, as vítimas começaram a ser enterradas, os destroços removidos, a população cuidada. Nas localidades mais atingidas, foram abertas valas comuns, onde os cadáveres desceram, após uma identificação sumária; noutras, mais poupadas pela catástrofe, cada família ainda pôde chorar os seus mortos.

Para se chegar aos corpos das vítimas, foi, muitas vezes, necessário remover toneladas de destroços



Entre um "mar" de caixões, a procura de alguém desaparecido





Por entre os restos de toda uma vida, salvar as recordações de família...

As equipas de salvamento preocuparam-se, principalmente, em detectar e libertar sobreviventes soterrados sob os escombros



Félix Houphouët - Boigny

"O OCIDENTE ESTÁ A OFERECER A ÁFRICA A UNIÃO SOVIÉTICA"

Félix Houphouët-Boigny (72 anos), presidente da República da Costa do Marfim, um dos mais prestigiados chefes de Estado "históricos" africanos, um homem que obteve o arranque económico do seu país ao inventar uma forma de democracia pelo diálogo constante com o seu povo, acha que a situação em África, e ao mesmo tempo na Europa, é francamente inquietante. Conhecendo em particular a debilidade da maior parte dos regimes instaurados em África, receia que os seus dirigentes recorram a Moscovo, já que os Estados Unidos e a Europa parecem decididos a nada fazer para impedir a avançada soviética sobre o continente negro. O presidente da Costa do Marfim decidiu, pois, quebrar o silêncio que mantinha sobre estes temas desde há meses.

P. — Há realmente uma avançada soviética em África?

Houphouët-Boigny — Lembro-me do que os jornais franceses, ingleses e americanos escreviam a propósito da experiência dos bolcheviques, na véspera da primeira guerra mundial. Tema central: a experiência durará alguns meses, no máximo alguns anos. A superficialidade dos ocidentais não deixa

de me espantar, desde então. Porque a experiência bolchevique continua, não é verdade?

E quanto a África?

Vou responder-lhe. A verdade é que o Ocidente foi expulso da Ásia. Sem dúvida mais depressa do que os soviéticos o tinham previsto. Você responder-me-á que resta a Índia. Eu responder-lhe-ei que, na minha opinião, os

russos mantêm um "impasse" na Índia. Pela sua miséria, o seu sistema de castas, está à mercê deles. Por isso, "saltaram" um continente. O que é espantoso, aqui também, é a superficialidade dos Estados Unidos e da Europa, a pretexto de que os soviéticos falharam, há uns anos no Congo e no Gana. Todo o mundo se fez eco dos erros cometidos pelos técnicos checos, na altura. É simplesmente esquecer que os russos são obstinados, que reflectem sobre os seus erros e imaginam novas tentativas.

Desta vez, encontraram. A Europa tinha acabado a descolonização. Mas esqueceram-se de pressionar o regime de Salazar a fazer como os outros. Os soviéticos mandaram cubanos, cuidadosamente treinados, para o mato de Angola. E isto muito antes da queda de Caetano. E aconteceu então o que tinha que ser. Os cubanos, que morriam com os angolanos no mato, não eram, para os nossos irmãos africanos, invasores; eram amigos. Mas no dia em que

a máscara do colonialismo português caiu, os cubanos, e portanto os soviéticos, estavam nesta parte do mundo como em sua casa.

Porque é que os americanos não intervieram?

Porque é que os europeus não intervieram? Eis a verdadeira questão, eis a primeira questão. Sobretudo, a África actual é a filha do casamento movimentado entre a Europa expansionista de há um século atrás e a revolta negra de hoje. Era a vossa vez de agirem. Ora vocês não o fizeram; nem sequer pensaram nisso. Existirão vocês, ainda? Não estão vocês desde agora fascinados e paralisados pela União Soviética? Vou dizer-lhe o que penso. A história, é verdade, não se repete, mas os acontecimentos históricos mantêm uma certa semelhança. Quando rebentou a guerra de Espanha, as democracias sabiam que iam jogar a paz ou a guerra em torno de Madrid ou Barcelona. Ter-giversaram, quando interessava intervir. E depois, a vida era tão doce! Ninguém quis morrer pela Renânia, ninguém quis morrer por Teruel, ninguém quis morrer por Praga; e muitos gritaram que não queriam morrer por Dantzig. Quatro abandonos sucessivos; quatro vezes, e não três, o galo cantou.

Félix Houphouët-Boigny: um negro sem complexos



E depois foi a aurora de incêndios, dum canto ao outro do mundo.

Porque é que os soviéticos aceleram a cadência?

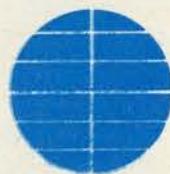
Eles só avançam quando não têm nada à frente. Em Angola, acredite-me, eles tomaram as suas precauções. Hesitaram durante meses, tão extraordinária lhes parecia a situação. Quando estiveram absolutamente seguros de que os europeus pensavam noutra coisa e que os Estados Unidos não tinham provisoriamente nenhuma directriz, então, avançaram. Mas, note, os russos não têm vontade nenhuma de deitar a mão às riquezas de Angola. Eles pretendem simplesmente congelar a situação económica. Porque uma situação congelada gera a miséria e a miséria é o melhor adubo para o comunismo. E eles querem simplesmente impedir que o Ocidente, e sobretudo a Europa, de-

envolva e explore as riquezas de Angola. Separar África da Europa é separá-la das suas matérias-primas. A seguir, serão feitos os jogos. Pobre África! Está atrelada à carroça europeia. E é uma carroça atolada entre dois precipícios.

Na sua opinião, que deverá fazer-se?

Acordar-vos, se ainda é tempo. Não vos deixar descansar com palavras; "détente", por exemplo. Nós vos deixar resignados aos escândalos. Conheci bem os comunistas, sabe. Fui mesmo classificado, no Parlamento francês, como "aparentado comunista". Tenho uma pequena história que, um dia, me abriu os olhos. Cada vez que a Câmara votava o aumento dos ordenados dos parlamentares, os comunistas protestavam. Um dia, vieram pedir-me para subir à tribuna e protestar também. Per-

RODAPÉ



AVIÕES A HIDROGÉNIO em 1985. Na sequência de intensas pesquisas levadas actualmente a cabo nos EUA, a firma Lockheed foi contactada pela administração federal, no intuito de desenvolver modelos de aviões supersónicos a hidrogénio, aptos a entrar ao serviço em 1985.

PETROLEIROS FRANCESES no Vietnã. Com o apoio discreto da diplomacia francesa, a firma petrolífera Elf prossegue negociações muito activas com o governo vietnamita, no sentido de continuar as prospeções petrolíferas nas águas territoriais do

Vietnã do Sul e no delta do Mekong. Em 1975, antes da queda do general Thieu, a Elf tinha iniciado a exploração de duas concessões, associada a uma companhia japonesa e outra inglesa

ADMINISTRADORES SOVIÉTICOS em Angola. Depois de ter enviado conselheiros militares, a União Soviética manda agora quadros administrativos para Angola. Um primeiro contingente de 250 soviéticos - composto, na sua maior parte, por engenheiros especialistas em transportes terrestres e telecomunicações - já desembarcou em Luanda.

EMBAIXADA DA U.R.S.S. com apartamentos e cinema. A futura embaixada da União Soviética em Paris, no Boulevard Lannes, será mais do que uma simples delegação diplomática: um verdadeiro conjunto residencial, de que fa-

zem parte, além de um auditório de 350 lugares, um cinema e mais de uma centena de apartamentos. As dimensões e o estilo pomposo do conjunto deram origem a que os raros franceses que já lá conseguiram entrar o baptizassem de "Galeria dos Espelhos".

A ARGÉLIA RECUPERA operários. O presidente Boumediene decidiu iniciar uma campanha de sensibilização junto dos trabalhadores argelinos espalhados pela Europa, a fim de incentivar 60000 deles a regressarem, com as respectivas famílias, ao seu país. Motivo: a falta de pessoal qualificado suficiente para o crescente desenvolvimento industrial da Argélia.

CIA: É PRECISO AJUDAR a China. Em relatório enviado ao Pentágono, sobre o potencial militar chinês, os

serviços secretos americanos indicam não estar a China em condições, nos anos mais próximos, de dispor de um sistema aperfeiçoado de espionagem por satélite. A CIA preconiza, assim, uma ajuda discreta da América à China, de forma a colocar em perfeito funcionamento esse satélite, a utilizar em caso de um eventual ataque soviético.

ALEMANHA: MENOS HORAS extraordinárias. O governo da República Federal, a pedido expresso de Helmut Schmidt, vai "exortar", por decreto, no próximo mês, os empresários e os assalariados a limitarem rigorosamente o número de horas extraordinárias. Objectivo: obrigar o patronato a admitir pessoal, uma vez ultrapassada a crise.

guntei-lhes o que fariam se, desta vez, o aumento fosse de facto votado. Olharam-me estupefactos e declararam-me que, bem entendido, aceitariam o dinheiro. Eu disse-lhes, então, que na nossa velha moral africana essas coisas não se faziam. Ou bem que não há escândalo e não vale a pena atirar a primeira pedra, ou bem que há escândalo, e não vale a pena embolsar o dinheiro do escândalo. Não subi à tribuna, portanto.

Vocês não podem, vós os europeus, continuar a garantir-nos por convenções solenes a estabilidade das nossas receitas de exportação, continuando simplesmente a alinhar-vos pelos baixos preços decididos pelo mercado internacional. Vocês, os europeus, devem dar o exemplo, pagando como convém o preço das nossas matérias-primas necessárias ao vosso desenvol-

vimento. O bem-estar que vocês nos ajudarem a estabelecer será a melhor arma contra as aventuras.

Acha que seremos capazes?

Vocês podem, porque têm os meios. Nos últimos seis anos, Abidjan triplicou em tamanho. E, na outra ponta da Costa do Marfim, o porto de San-Pedro está agora em actividade. No entanto, não somos um país rico. Não temos nem petróleo, nem couro, nem ferro, nem fosfatos, nem bauxite. As torres, as pontes, as fábricas, as casas para trabalhadores, tudo isso nasceu por vontade e coragem de um pequeno povo camponês. Eu sou um velho camponês africano, e nada mais. O meu amigo Senghor inventou o termo da "negritude" e fê-lo bem. Mas eu vivo essa negritude: continuo um negro. Sempre. E sem complexos.

A Europa ensinou-me muitas coi-

sas. Nunca negligencie as suas lições. O que ela outrora me ensinou é a vontade, a capacidade de fazer bem. Essa vontade, ei-la aqui. Depende de vós que ela se mantenha em Paris, Bona e Londres. Nós jogamos, nestes tempos, o futuro de dois continentes ao mesmo tempo. Um camponês sente a tempestade a aproximar-se. E de novo eu sou um camponês. Obrigo mesmo os meus ministros a voltarem a sê-lo também. Todos eles devem cultivar alguns hectares de terra nas suas aldeias de origem. Os velhos que os observam estão descansados. Sentem que não há desenraizamento. E os jovens descobrem que se pode ser ao mesmo tempo ministro e camponês. Os homens são como as árvores. Precisam de raízes e folhas. Eu cuido de que não percamos as nossas raízes. Receio que vós já não tenhais folhas. ●

Participe na luta contra a criminalidade



Para si
que é responsável
pelo transporte de dinheiro
encontra neste tipo de mala o
veículo ideal para melhor
levar a bom êxito a sua
missão.

Logo que por qualquer processo ela lhe seja retirada, imediatamente começará a funcionar uma sirene de alarme e uma densa camada de fumo obrigará o assaltante a abandoná-la.

**NÃO CORRA RISCOS
CONSULTE-NOS**

SOMOS

A
ALARMECONTROLO
EQUIPAMENTOS E VIGILÂNCIA ELECTRÓNICA, LDA

AV. VISCONDE VALMOR, 15-1.

TEL. 779263 - LISBOA

Relações franco-americanas

A OESTE NADA DE NOVO

As relações franco-americanas nunca foram mornas. Por ocasião do segundo centenário da independência dos Estados Unidos, muito se irá falar do papel de primeiro plano que a monarquia francesa em extinção desempenhou então contra a Inglaterra. Luís XVI, tão tímido no interior, não foi avaro neste grande empreendimento externo.

O presidente Giscard d'Estaing, em viagem oficial aos Estados Unidos de 17 a 22 de Maio, terá pois ocasião de reatar estes laços antigos e deles tirar efeitos políticos. Entretanto, o presidente recebeu, no Eliseu, do secretário de Estado Henry Kissinger.

Desde 1958, as relações franco-americanas têm sido difíceis. Podemos dividi-las em quatro fases. Na primeira dessas fases, as relações do general De Gaulle com o presidente Eisenhower e depois com o presidente Kennedy eram razoavelmente conflituosas, mas fundadas ainda na estima e na consideração. O próprio John Kennedy disse: "De Gaulle precisa de manter uma certa tensão conosco para levar a cabo a sua política na Europa e no Terceiro Mundo."

A guerra americana na Indochina levou a França, na segunda fase, a intervir mais directamente contra as pretensões americanas de arregimentar o universo: foi a presidência de Lyndon Johnson e o discurso pronunciado por De Gaulle em Phnom Penh, em 1 de Setembro de 1966.

Nixon tomou o poder três meses antes de De Gaulle o deixar. Mas eles encontraram-se ainda uma vez e, posteriormente, Nixon deu frequentemente a conhecer, junto do presidente Pompidou, a sua admiração pelo general De Gaulle, aplicando de resto, com cinco anos de atraso, os "conselhos" do discurso de Phnom Penh. É uma fase um pouco comparável à primeira.

Desde que Valéry Giscard d'Estaing sucedeu a Georges Pompidou e Gerald Ford a Richard Nixon — que é feito das relações franco-americanas? Digamos que surge de parte a parte, nesta quarta fase, uma certa decepção. Os americanos, sentindo os franceses menos contestatários, aparentemente menos resistentes, têm tendência, em lugar de se mostrarem satisfeitos por esse esforço sobre si mesmos, a considerar que se trata muito simplesmente duma "normalização" e que as coisas reentram na ordem. Um tal erro de comportamento, ao qual não lhe falta desenvoltura, é evidentemente um grave erro de apreciação que poderá conduzir, futuramente, a um novo endurecimento da política francesa, exasperada por não ser tomada suficientemente a sério.

Porque, pelo seu lado, os franceses têm tendência a considerar que, com Richard Nixon, Henry Kissinger perdeu o homem de Estado que trazia sorte à sua política — e do qual, em todo o caso, retirava o seu crédito. Um importante alto funcionário, Pierre Mayer, publica nestes dias em Paris uma obra sobre a política planetária da hora actual, intitulada: **Un monde rompu**. Aí se traça um balanço impressionante das derrotas de Henry Kissinger desde o enfraquecimento e posterior retirada de Nixon. A razão disso é, sem dúvida, que, à força de se identificar a Metternich, que admira, Kissinger faz executar à América a mesma estratégia conservadora e algo desesperada das monarquias em declínio do século XX. Os propósitos atribuídos ao secretário de Estado americano, aquando duma recente reunião de embaixadores em Londres, vão bem no sentido duma política mais desiludida que ofensiva ou simplesmente segura de si própria.

Na hora em que muitos consideram



SAINT-ROBERT

que a Rússia soviética se torna relativamente mais poderosa e mais ameaçadora que no passado próximo, a questão está em saber se a França se vai ater à sua política tradicional de independência ou confortar o clã daqueles que querem reforçar os laços da Aliança Atlântica. Mas quem é que não vê que, no fundo, a estratégia de Kissinger está bem na linha daquela que foi adoptada no passado por MacNamara, com a diferença que, então, os americanos acreditavam ainda na sua missão universal? Nos dois casos, essas estratégias têm de comum não fazer desempenhar à Europa nenhum papel responsável, nenhum papel ao nível do seu destino histórico, sob o pretexto que os seus interesses não se mostram mais do que "regionais" para Washington, o que de resto está longe de ser demonstrado.

Seria evidentemente paradoxal para a França, a quem tanto custou recuperar a autonomia da sua defesa e a independência da sua diplomacia, renunciar a isso num momento em que os Estados Unidos parecem por seu turno tão pouco seguros de si próprios. Melhor: até agora considera-se em Paris que o que há de mais dissuasivo ao encontro de eventuais pretensões da Rússia, é que a Europa Ocidental exista por si própria e para si própria, pois é sempre deixando de se ser o próprio e entregando a outros o seu destino que se oferece à adversidade o terreno mais tentador. Desse ponto de vista, o presidente da República francesa e o secretário de Estado americano não podem deixar de se manter nas suas posições ou, com rigor, explicitá-las melhor. A Oeste não haverá nada de novo dentro de algum tempo ainda. Entre a França e a América, também não. ● P. S.-R.

Presidenciais

(Continuado da pág. 8)

esquerda" retira não só as viabilidades ao candidato mais sofrível (para ele, PC), mas até a viabilidade de esse candidato chegar a uma segunda volta? Não cremos.

PERPLEXIDADES

Uma última questão. Ramalho Eanes é apresentado, por uns, como o "candidato das direitas". Outros, cujas tonalidades de uma certa esquerda são

identificáveis (alguns dos "nove", o GIS), entram em cena a dar-lhe cobertura ideológica. Paradoxal, a motivar perplexidades.

A quem interessa tão ostensiva identificação (ou pretensa identificação, como se quiser) de Ramalho Eanes com uma certa esquerda? Que os votos da direita fujam de um candidato que se apresenta como suspeito? E a perda de votos de Eanes a favor de uma direita redundaria em ganho objectivo de quem?

Deixemos no ar a interrogação. A campanha e os seus resultados dar-lhe-ão a resposta. ■ A. M.

SEMINÁRIO SOBRE INFORMAÇÃO PARA (POUCOS) JORNALISTAS

Decorre actualmente, em Lisboa, um Seminário sobre Informação, promovido pelo Ministério da Comunicação Social e liderado por alguns nomes grandes do jornalismo europeu.

Pena é que, por intromissão de adidos e pessoal dos ministérios, a ele não possam assistir mais profissionais do nosso pobre meio informativo.

"A Imprensa deve ser o contrapoder" — a expressão é de Giscard d'Estaing, presidente da República francesa. Ela serviu de exemplo a Jacques Sauvageot, director-administrativo do "Le Monde", para ilustrar as posições diversas que "nos países da liberdade de expressão" têm surgido a respeito do papel e responsabilidade da Imprensa.

Jacques Sauvageot foi o orador da conferência de abertura do Seminário sobre Informação promovido, no Hotel Tivoli de Lisboa, pelo Ministério da Comunicação Social. O secretário de Estado, tenente-coronel Ferreira da Cunha abriu os trabalhos, no passado dia 17, com uma breve alocução onde abordou alguma da problemática que, hoje em dia, se põe à Imprensa e, em particular, ao jornalista. Referindo que "cada vez mais, os "mass media" são o

centro regulador dos conflitos humanos", o secretário de Estado precisou que o "poder de informar é a mais importante das forças manobradas pelo homem". O poder de informar, disse ainda, vincula-se à capacidade de libertar o ser humano. E também a capacidade de destruí-lo, acrescentamos nós.

O tenente-coronel Ferreira da Cunha agradeceu ao Conselho da Europa, ao embaixador da França em Portugal, ao Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Jornalistas, de Paris, e ao Sindicato Nacional dos Jornalistas, a cuja colaboração se ficou a dever a possibilidade de o presente seminário se efectuar.

Mário Contumélias, presidente do Sindicato dos Jornalistas, esclareceu que a iniciativa da realização partiu do Ministério, lamentando que a ela não pudessem estar presentes mais profissionais, situação agravada pelo facto de terem sido concedidos quinze lugares a adidos de Imprensa e a funcionários dos gabinetes de informação dos ministérios, em detrimento dos jornalistas. E apelou para que alguns problemas candentes da Imprensa portuguesa, como o decreto para a fusão dos jornais, fossem debatidos durante as reuniões.

Sauvageot abordou questões gerais: a deontologia profissional, a liberdade e a verdade na informação, a objectividade, a responsabilidade jornalística.

Uma constatação: sem liberdade, a Imprensa é má. O que, transposto para a situação portuguesa, levaria a concluir que, de maneira geral, a Imprensa é má onde a liberdade não existe — a ilação é nossa; quanto às conclusões, elas pertencem ao leitor. De resto, Sauvageot, citando Montesquieu e Platão, avançou sobre os problemas levantados à informação pelo controlo estatal: por um lado, disse, a verdade do Estado é sempre a impostura do Estado; por outro, avisava o filósofo grego, o Governo é o único a ter o direito de mentir no interesse do cidadão.

"Não há jornalismo sem opinião", conceito que o director administrativo do "Le Monde" deixou expresso como núcleo da sua tese. O jornalista tem uma função pedagógica — informar e formar o leitor, que, no caso do meio de comunicação escrita, não é um público passivo. A informação não acompanhada de opinião é uma "informação sem cor".

Aqui, o jornalista assume consciência da sua responsabilidade, limite da liberdade que deve ter. A tal objectividade, propagandeada por todos os poderes, perde-se na evidente realidade de que apenas existem dois tipos de jornais e de jornalistas: os do Poder e os da oposição.

Com esta alocução, repleta de verdades simples que todos sabem e todos esquecem, Sauvageot abriu a série de conferências que vão ensinar (pretende-se que sim) os jornalistas portugueses a fazer jornalismo. Num seminário que, dizia-se, era destinado aos jornalistas de Portugal... e que para bem poucos é. ■ A.M.

Maria Lamas: UMA OUTRA HOMENAGEM

A Maria Lamas, a homenagem, também, da "VM". Só que, esta, definitivamente longe de quantas, por puro oportunismo, lhe são servidas ao sabor do proveito mais imediato...

Maria Lamas, pelo seu passado, merece homenagens. Pelo que foi, pelo que neste país representou, pela resis-

tência democrática que viveu. Em carne e osso, soube participar, corajosamente, no longo combate de anos contra a ditadura salazarista. Daí, portanto, se as homenagens são justas, as homenagens devidas.

Falamos, é claro, da Maria Lamas que, nos anos 40 e 50, esteve associada às movimentações antifascistas; daquela Maria Lamas que, chegada a Moscovo, nos primeiros anos da década de 50, disse a Molotov, então um dos dirigentes do Kremlin —, “este país está a aburguesar-se”; daquela Maria Lamas que, falando com Chu En Lai, expôs as suas dúvidas quanto ao que na URSS se passava; da Maria Lamas que, numa tarde da Primavera de 1968, esteve nas barricadas de Paris, ao lado dos estudantes que quiseram sonhar com a sociedade utópica na qual a imaginação ganhasse o Poder; dessa Maria Lamas que guardou, última homenagem à alegria da revolta de uma juventude que não aceitou o mundo das múmias, um paralelepípedo das ruas de Paris; daquela Maria Lamas que, regressada a Portugal, antes do 25 de Abril de 1974, ousou visitar nas cadeias presos



que não eram do agrado do “determinado partido político”; da Maria Lamas que o “partido determinado” (usemos a diplomática etiqueta da linguagem PREC, não vá a censura tecê-las...) acusava, em 1971, de estar “gá-gá”.

Essa homenagem é bem diferente das sessões com mesa pé-de-galo, nas quais o médio invoca os espíritos e lhe dita as palavras necessárias a prununciar perante a seleccionada assembleia, toda espírita como convém.

O charlatanismo do médio, em tais cerimónias (livres num país democrático), servirão os interesses do que se queira. Nada têm a ver com as homenagens que são devidas. ■

Afonso Manta

Fernando Oneto: A MORTE DO “HOMEM A ABATER”

Com a morte de Fernando Oneto, desaparece da cena política portuguesa o principal acusador das práticas contra a democracia levadas a cabo pela Comissão de Extinção da PIDE/DGS.

Mas não morreram todos os que sobre a Comissão afirmam, alto e bom som, que “o rei vai nu”...

Tombou um combatente que, antes e depois do 25 de Abril, esteve sempre na primeira linha da luta contra os fascismos. Respiram mais livres os pides, velhos e novos. A democracia, essa, chora a perda do seu militante.

Acusado por pessoas que só ultimamente se tornaram conhecidas como “progressistas”, na procura da sua “promoção pessoal”, o democrata Fernando Oneto era já um nome bem

conhecido dos resistentes antifascistas portugueses, antes do 25 de Abril. Era também um nome odiado pela PIDE, por onde passou várias vezes, onde foi preso e torturado. E, neste país de polícias e espiões, a PIDE e as suas cadeias eram, muitas vezes, a pedra de toque para distinguir os verdadeiros dos falsos resistentes.

No dia 25 de Abril, Fernando Oneto estava em Paris. Mas de Paris a Portugal viera já, clandestino, auxiliar acções da LUAR, de que era militante activo. Não fora o seu o exílio fácil de quem, querendo ser “de esquerda”, se exilava em terras estranhas e falava de política nos cafés. Fernando Oneto vinha a Portugal, se necessário, e, perante os torcionários da PIDE, demonstrara já ser daqueles que, contra a opressão, fazem a resistência. Os de “antes quebrar que torcer”. Ainda que, às vezes, mal aconselhado, pare-

cesse ceder, como quando Agostinho Neto, preso com ele, lhe sugeriu que assinasse um papel que a PIDE lhe apresentava, porque “lá fora é que se luta” — tese muito utilizada por aqueles a quem a tortura e a prisão pareciam duras de mais...

Fernando Oneto, personagem, era o revolucionário romântico por excelência. Após a sua morte, vários jornais narraram o seu grito de revolta numa parada sob o sol da Índia, onde prestou serviço militar. Seguem-se a revolta da Sé, em 1959, que havia de conduzi-lo a longos meses de prisão e interrogatórios duríssimos, acabando por fugir do tribunal militar numa acção aventureira e arriscada, que havia de terminar mal. Na verdade, refugiando-se na Embaixada da Colômbia, o embaixador teve medo de complicações que o prejudicassem e Oneto voltou a ser preso. Dezoito meses de cativeiro não lhe quebraram, porém, o ânimo.

A sua segunda prisão ocorre no malogrado assalto ao quartel de Beja. Depois, em 1969, apresenta-se como candidato pela oposição (CEUD). Em 1970, é novamente preso, desta vez por um ano. Quando libertado, corre a auxiliar a fuga de Palma Inácio, um dos seus grandes amigos, da cadeia do Porto.

É por essa altura que se exila em Paris, dando apoio às incursões da LUAR em Portugal, onde entra clandestinamente em 1973, conseguindo, no entanto, regressar sem ser preso pela PIDE.

Quando, em 25 de Abril de 74, volta de Paris ao lado de Mário Soares, nada mais natural para este combatente antifascista que ir trabalhar para a Comissão de Extinção da PIDE/DGS, aceitando um convite do então comandante do Forte de Caxias. Essa comissão é integrada por elementos preponderantes do PCP, como Rogério de Carvalho, Veiga de Oliveira, Gaspar Ferreira, João Honrado.

Fernando Oneto, que conhece muitos deles, pessoalmente ou de nome, de antigas prisões, vai deparar com uma situação algo surrealista para quem a analise pela aparência: esses homens, que parecia deverem ser os mais interessados em esmagar uma polícia que os prendera, torturara, perseguira, não só não se mostram interessados em destruí-la como evidenciam

fortes tendências para reagrupar quanto podem, com vista à criação de uma nova polícia política. Polícia política essa que, partindo do que resta da PIDE, não se dedica à caça de fascistas, mas sim à daqueles antifascistas cuja linha não agrada ao PCP.

A Fernando Oneto, tal actuação indigna-o profundamente e, como combatente a PIDE, começa a combater aquilo a que chamaria "a nova pide". Protesta contra o desaparecimento de fichas, contra os interrogatórios a agentes feitos sem testemunhas nem actas, contra os assuntos tabus (como o "Angoche", o assassínio de Mondlane, a invasão de Conacry), o não interrogatório dos legionários, a recusa em destruir os arquivos da PIDE. Protesta de mais e torna-se incómodo. Levantam, então, contra ele, questões como as que a PIDE levantava a quem queria arrazar: baixo estofamento moral, práticas fraudulentas, etc. Por fim, expulsam-no da comissão, juntamente com Al-

fredo Caldeira e alguns elementos militares. E, antes do 11 de Março, é pedida a captura de ambos no Conselho da Revolução.

Mas Oneto não se cala. Expulso, apela, com Caldeira, para o general Costa Gomes, a fim de que seja feita uma sindicância às actividades da Comissão de Extinção da PIDE/DGS e às suas próprias, no seio da comissão, uma vez que esta os afastou. É que Oneto tem o espírito tranquilo: à data em que foi irradiado, era um dos raros elementos responsáveis da comissão que apresentara contas pelo seu trabalho e pelo dinheiro gasto, preparava activamente o processo Humberto Delgado e havia, então, cerca de 600 processos de "pides" em fase adiantada. Oneto e Caldeira saem e, ainda hoje, um ano e três meses depois, nenhum desses processos foi julgado, apesar de só haver umas escassas dezenas de "pides" presos...

Teimando em não se calar, Oneto torna-se "o homem a abater". É ele quem o diz, com a tranquilidade de quem tem o hábito.

Há escassas semanas, dera Oneto uma conferência de Imprensa no Sindicato dos Jornalistas, com Alfredo Caldeira. Uma vez mais, incansavelmente, falou na sindicância pedida, há mais de um ano, ao general Costa Gomes, nas tentativas de criação de uma nova polícia política, na libertação dos pides, no não interrogatório aos legionários, nos casos em que, por intervirem militares, os elementos democratas da comissão foram impedidos de mexer, na libertação dos legionários que compunham o partido nacionalista português, etc. Alguns órgãos de informação publicaram o que ouviram. Foi aí que começou a perseguição que havia de levar à morte de Fernando Oneto. (Para aqueles que gostam de poesias de resistência, lembramos um poema que começa assim: "À uma da manhã o coração falhou." Não se morre de coração só nas celas da António Maria Cardoso, morre-se em casa, também, mas os torcionários não deixam de o ser...)

No passado dia 7, "O Jornal" publica uma entrevista do capitão Sousa e Castro, porta-voz do Conselho da Revolução, responsável pela Comissão de Extinção, em que acusa Oneto de perseguir "objectivos de promoção social"

e ter "baixo estofamento moral". À tarde, elementos da Comissão de Extinção passam busca à casa de Oneto, procurando armas que, segundo declarações de um "pide", ele teria apreendido para seu proveito. Tais armas não são encontradas.

Oneto é, na altura, administrador da Empresa Nacional de Publicidade, que edita "O Diário de Notícias". Não só o "DN", mas vários órgãos da Imprensa democrática movimentam-se e protestam, dado que Oneto não precisa de campanhas de promoção para ser amplamente reconhecido como democrata respeitado. Sousa e Castro agita-se, persegue "A Luta", "O Diário de Notícias", critica a RTP porque deixou Oneto falar, em resumo, tenta calar Oneto. O resistente explica porquê: Sousa e Castro ter-lhe-ia proposto que ele e Caldeira se calassem sobre a Comissão de Extinção, que ele, Sousa e Castro, nada levantaria sobre eles. Oneto, evidentemente, recusara. Seguiu-se a busca.

Segundo fontes próximas de Oneto, a morte deste sobreveio quando se preparava para tornar públicos dois factos relevantes: primeiro, uma carta que demonstrava ter a busca provindo da acusação de um "pide" libertado, que exigira à Comissão de Extinção a devolução da sua arma, ao que, não a encontrando, a Comissão acusara Oneto da sua posse e, segundo, que tinham sido enviadas ordens de libertação aos "pides" evadidos de Alcoentre, para que, tranquilamente, possam circular no País. É caso para perguntar de que serve, depois, estabelecer normas para o julgamento dos "pides", quando se é tão rápido em considerá-los inofensivos...

Oneto morreu. Mas não morreram todos os que, sobre a Comissão de Extinção, dizem que "o rei vai nu". Alfredo Caldeira, num depoimento feito a "O Seculo", proclamou que "a luta continua!". O mesmo disse Álvaro Guerra, no jornal "A Luta". O mesmo disseram aqueles que, no funeral, gritaram: "Vingaremos Fernando Oneto!"

Nem só de individualidades vive este país. É bom que seja o Povo a dizer: "Exigimos a sindicância pela qual Oneto se bateu e morreu!" O povo tem o direito de saber. O dever de saber. ● D. A.

LUTAR ATÉ MORRER

Morreu Fernando Oneto. Grande lutador antifascista, conheceu, à data da ditadura de Salazar e Caetano, toda a espécie de perseguições, que pareciam ter expirado com o advento da revolução de Abril. Vimo-lo entre os que mais entusiasticamente celebraram o triunfo da liberdade. Mal sabia Fernando Oneto que os cravos de Abril teriam um reverso que o faria de novo entrar na luta contra a repressão, desta vez configurada na prática política do PCP.

De facto, Fernando Oneto não poupou os novos inimigos da liberdade. Estes também não o pouparam, perseguindo-o com ameaças de morte e infligindo-lhe vexames que terão contribuído para o estado de tensão emocional que desencadeou a sua morte.

Assim o entenderam as vozes que, em unísono, se ergueram no funeral do lutador antifascista e anti-social-fascista, clamando: "Vingar-te-emos, Fernando Oneto!"

Os carrascos da democracia apostaram-se em liquidar Fernando Oneto. O fascismo não o conseguiu. Conseguiram-no eles.

Quantos Fernandos Onetos anónimos não terão, em idênticas circunstâncias, ficado pelo caminho?

Justiça

COSTA GOMES "JULGADO" À PORTA FECHADA

Na mesma sala onde, antes do 25 de Abril, foram julgados numerosos opositores ao regime, Vera Lagoa respondeu, na semana passada, por alegados insultos ao general Costa Gomes.

O indeferimento do requerimento apresentado pela defesa contra a decisão do juiz, dr. Hermínio Ramos, que declarou a audiência secreta, foi recebido com veementes protestos por parte das várias dezenas de pessoas presentes: jornalistas e figuras destacadas das nossas letras, na maioria, que acabaram por invadir a sala do tribunal.

O caso foi resolvido habilidosamente através do adiamento da audiência para hora posterior, sem recorrência à força policial para dar cumprimento à decisão do juiz. Evitavam-se assim repercussões de maior monta. Contudo, ficou na opinião pública a impressão deste precedente. O julgamento envolve uma alta individualidade — o general Costa Gomes — e a veracidade de certas acusações que lhe foram feitas num órgão de informação. A Consti-



tuição em vigor estabelece no seu artigo 211o. o carácter público das audiências dos tribunais salvo se for necessário decidir em contrário para "salvaguarda da dignidade das pessoas e da moral pública ou para garantir o seu normal funcionamento". Fica na consciência dos que defendem a liberdade a questão de saber se não assistiremos ao

Açores

AS "MANOBRAS" SÃO OUTRAS

No último número da Vida Mundial saiu um artigo intitulado "Açores: manobras pré-eleitorais", onde se expõem pontos de vista que são apenas, naturalmente, da responsabilidade de quem os assina.

Entendendo Vida Mundial que nesse artigo é dada uma perspectiva unilateral e incorrecta dos problemas que afectam o arquipélago açoriano, em breve abriremos as nossas páginas a uma ampla visão da realidade açoriana.

Para já, podemos acrescentar, segundo um dos nossos redactores que viveu de perto os acontecimentos a que se refere o artigo, que as referências feitas ao Esta-

tuto de Autonomia são anteriores às alterações depois introduzidas pelo Conselho de Ministros. De resto, mesmo que não o fossem, estavam ainda dependentes da aprovação do Conselho da Revolução.

Na verdade, o clima de ansiedade que se vive no arquipélago deve-se a um real, justificado e antigo sentimento de autonomia do povo açoriano e não a este ou àquele partido, não a esta ou àquela pessoa. Não compreender isto, tentar de alguma maneira não satisfazer este sentimento é, isto sim, contribuir para agudizar um problema, radicalizando a sua solução: autonomia completa, radical!

abafar dos casos que ao poder constituído ou às forças que disponham de peso suficiente em determinados órgãos desse poder não convenham ser tornados públicos. Nesse sentido se pronunciaram alguns democratas e reconhecidos antifascistas, cujos depoimentos recolhemos no plenário, durante a agitada mas salutar manhã. ● J. M.

Imprensa

A LEI DA MORDAÇA

Criticado por quase todos os lados, o projecto Almeida Santos para a reestruturação da Imprensa não deve ter grandes possibilidades de se transformar em lei.

Para além do descontentamento que, *a priori*, o projecto Almeida Santos produziu, por não ter consultado nenhum dos órgãos representativos dos trabalhadores dessa Imprensa, outro defeito lhe é comumente apontado: colocar toda a comunicação escrita estatizada nas mãos do (mesmo) poder político.

Dando a orientação ideológica como tarefa aos Conselhos de Informação representativos dos partidos com assento na Legislativa, Almeida Santos acaba com qualquer hipótese de expressão por parte dos trabalhadores (a quem muito amavelmente deixa olhar para a gestão, que não poderá ser senão ruínosa) e, também, com quaisquer veleidades de "pluralismo" e "liberdade de opinião".

Se alguns partidos não reagiram, quer em comunicado quer por voz dos seus militantes na Imprensa estatizada, foi que ficaram a contar pelos dedos se o projecto lhes era favorável ou desfavorável, ou seja, quem "tinham" no Conselho de Informação, e a advinhar qual das alas do PS será destacada para a Imprensa.

Sabemos que é constitucional, mas não podemos deixar de imaginar um

jornalista esperando pela publicação de uma notícia, enquanto 7 PSs, 4 PPDs, 3 CDSs, 3 PCs e 1 UDP fazem e desfazem alianças, a saber se lha publicam ou se é melhor instaurar-lhe um processo disciplinar por suspeita, revistar-lhe as gavetas, ouvir-lhe as gravações (talvez mesmo mandar passar-lhe uma busca a casa, já que voltou a estar na moda) e acabar por despedi-lo, considerando-o perigoso para o PREC (Processo Revolucionário Em Curso)... Podemos também convidar o leitor a fazer combinações e jogos de incógnitas, a ver todas as hipóteses de coligação que vão poder existir contra os trabalhadores da Imprensa (que a favor não serão, vindas de um projecto onde a primeira vez que se fala em "trabalhador" é para dizer que pode ser-lhe instaurado "procedimento disciplinar, se o Conselho da Informação entender que se comporta em termos de frontal desrespeito pela orientação geral definida pelo Conselho de Informação") e contra o povo leitor, que deixará de poder escolher entre vários jornais, prazer inocente que o sr. ministro Almeida Santos lhe regateia, enquanto permite a existência, por exemplo, de "Diário" e "A Rua"...

Para simplificar, ponhamos a questão deste modo, pese embora à sensibilidade dos partidos visados: PPD mais CDS igual a 7; PC mais UDP igual a 4 — o que torna difícil ao PS governar sozinho esta Imprensa conturbada. Assim, os olhos ficam assestados sobre o PS. Para que lado irá cair? Para a "maioria de esquerda", pensamos nós. O ministro Almeida Santos guardou o processo na gaveta até às eleições para Presidente da República. O ministro Almeida Santos tira-o da gaveta agora, quando, na maior parte da Imprensa estatizada, há direcções que apoiam o candidato por quem o PCP (a célebre "maioria de esquerda") mostra menos simpatia; quando o Conselho da Revolução e, sobretudo, um dos seus mais activos componentes, fazem pressões para fechar, como fascistas, jornais que têm posições democráticas e demonstram certo apoio a esse candidato (caso de "O Seculo-Hoje"). O ministro Almeida Santos nomeia as administrações novas, se o projecto for avante. (O "avante"; aqui, não é provocação.)

E para que o PS não se lembre, na luta

entre as linhas, de nomear para os jornais pessoas pouco convenientes, aqueles que se têm mostrado mais combativos a defender a democracia (por exemplo, no caso da busca à casa do antifascista Oneto) nos jornais, têm sido atacados e mesmo (caso Cunha Rego e Mário Mesquita) acusados de "utilizar um jornal estatizado" de forma censurável dado que, diz o acusador, conselheiro da Revolução, "para defender um seu administrador, calunia pessoas e divulga falsidades". O recado é claro, para que PS entenda.

Se os trabalhadores da Imprensa estatizada não se souberem unir e recusar esta aberração, resta-nos, portanto, encomendar a alma a Deus e esperar que ganhe a linha democrática do PS...

Enquanto este fica equilibrado no fiel da balança a criar "suspense", dado que, segundo comentou recentemente um dirigente ligado à Informação, "temos de pensar na solução deste problema, não só a curto mas a médio prazo, porque vai caber ao PS, no Governo, resolvê-lo e, também, em função do futuro ministro da Comunicação Social", os trabalhadores estão divididos. Embora o próprio autor do projecto reconheça que, economicamente, este não resolve nada e basta fazer contas para se chegar à triste conclusão que ouvimos por aí — "somos despedidos com dois meses de pré-aviso" —, a situação nos jornais estatizados é tão má que até este projecto pode fazer nascer uma certa esperança nos mais desanimados...

Esperança que a perderiam se se lembrassem que, na "solução" do caso "República", o facto de haver pessoal a mais foi considerado "justa causa para despedimento".

Há, depois, evidentemente, entre os trabalhadores, as naturais divergências políticas. Alguns existem que, se as contas de somar parecem favoráveis ao domínio pelo seu partido, aceitam o projecto sem outros protestos que os formais, esquecendo logo a tão falada "unidade, unidade" e os despedimentos que o projecto prepara para o sector. Outros pedem dilatações de prazo para ver, ponto por ponto, o que lhes convém. Mas a maioria — e nessa maioria, justiça lhes seja feita, estão os trabalhadores do PS — recusa, em globo, este projecto sinistro, como já recusou

o projecto Jesuíno, aliás quase igual (como o próprio ministro Almeida Santos reconhece, dizendo que o encontrou numa gaveta e o adaptou).

O certo é que muito terão de lutar os trabalhadores da Imprensa estatizada e a opinião democrática para que este projecto desapareça definitivamente e não esteja sempre a ser reeditado por ministros pressurosos. ■ D. A.

desertores

(Continuado da pág. 11)

tam, por considerarem injusto o facto de terem de pagar 60 contos para ficarem em igualdade de circunstâncias, perante a lei, com os que cumpriram o serviço militar ou ficaram dele isentos.

Para tal, vão lançar uma campanha de abaixo-assinados, que serão enviados ao Governo e ao Conselho da Revolução, protestando contra "a injustiça de que são alvo os desertores".

O decreto-lei em questão, que não foi contestado na altura da sua promulgação (poucos dias antes do 25 de Novembro), determina que os desertores paguem, durante 25 anos, uma taxa anual de 2400 ou de 1620 escudos, conforme os casos — o que soma um total de 60 ou 40 contos, respectivamente — enquanto os "adiados" ou isentos do serviço militar pagam normalmente, apenas 60 escudos por ano.

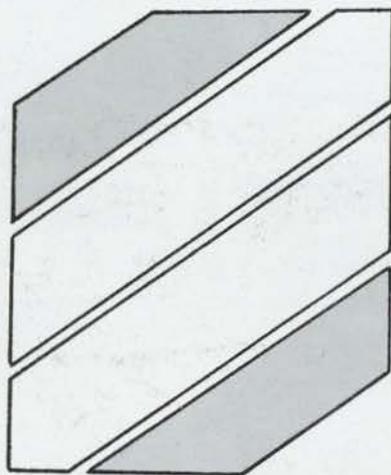
O problema não é tão simples como parece. Por um lado, os desertores afirmam ser incompreensível que após o 25 de Abril, que se fez para acabar com a guerra, eles sejam punidos por não terem querido participar nessa mesma guerra. Por outro lado, aqueles que andaram no "mato" ou, simplesmente, ficaram "de faxina" no quartel durante dois anos, pelo menos, não podem ver com bons olhos que as autoridades passem "uma esponja" sobre o passado militar daqueles que preferiram o exílio às agruras do "um, dois, esquerdo, direito".

Aparentemente, ambos têm razão. Mas quem decide é o Conselho da Revolução — e os conselheiros, quase todos, passaram pelo "mato". ■

Este livro cobre um tempo que vem de 1973 à actualidade, incluindo o 25 de Novembro. Livro de um militar que viveu os acontecimentos por dentro desde a primeira hora do 25 de Abril, percorre em consequência a criação do movimento dos capitães, a sua evolução até ao MFA, o 16 de Março de 1974, o 25 de Abril, o 28 de Setembro, o 11 de Março, o verão quente de 75, até chegar ao contexto do 25 de Novembro: a assembleia de Tancos, os documentos dos "Nove" e do Copcon, a queda de Vasco Gonçalves, o VI Governo e sua contestação permanente, a FUR, os SUV, o próprio 25 de Novembro e suas consequências.

Capitão Fernandes

PORTUGAL



nem tudo está perdido

do Movimento dos Capitães ao 25 de Novembro

À venda nas livrarias

Ulmeiro Editores

Distribuidora "O Século"

BALAIA

Penta Hotel

ALBUFEIRA / ALGARVE



TELS. 52681 A 52686 - TELEX 18298